

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ELAINE MUNIZ PIRES

Imprensa, Ditadura e Democracia:

A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha
(1978/2004)

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ELAINE MUNIZ PIRES

Imprensa, Ditadura e Democracia

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Prof^a Doutora Heloísa de Farias Cruz.

SÃO PAULO

2008

BANCA EXAMINADORA

Às minhas irmãs Carol e Débora
que a duras penas ainda encontram
sentido para a vida

Ao Vinicius

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado sob condições tão adversas que por muitas vezes pareceu que não se completaria. A finalização da pesquisa e sua apresentação têm, para mim, um significado muito especial de superação da dor pela continuidade da vida.

Dentre as pessoas que o tornavam possível, sem dúvida, a professora Heloísa de Farias Cruz, é a principal protagonista. Agradeço pela compreensão nos momentos difíceis e pelo encaminhamento dado à dissertação.

Agradeço aos colegas do Banco de Dados de S. Paulo e ao gerente Carlos Kauffmann pelo auxílio na pesquisa.

A todos os amigos que contribuíram no processo de produção do texto, em especial, Antonio, Jacqueline, Daniel, Valdemar, Fábio Magoo, Shis, Clodoaldo, Tiago, Eder, Cecília, Andrea e Fernando.

À professora Vera Lúcia Vieira pelo auxílio na preparação do projeto de mestrado e pelas contribuições valiosas em vários momentos da pesquisa. Ao professor Marcos Antônio da Silva pela participação e sugestões quando do exame de qualificação.

Ao meu companheiro Sandro pelo apoio, amparo e carinho. À minha família e aos companheiros de militância que compreenderam meu afastamento. Aos amigos Fábio e Márcia, pelo apoio tecnológico, pelo rango da hora, pelo vinho e pelo papo agradável.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação busca contribuir para a compreensão da história da imprensa brasileira na atualidade através do estudo da emergência da Folha de S. Paulo como um dos mais importantes jornais da grande imprensa nacional. Nossa pesquisa se dirige ao estudo da consolidação empresarial do Grupo Folha, suas relações com os governos militares e com a conjuntura das lutas contra a ditadura, pondo em foco a discussão da construção de uma imagem de jornal democrático e independente.

A análise volta-se para os anos 1980, quando o Grupo Folha resolveu investir na construção de uma imagem que trouxesse prestígio ao jornal e permitisse o sucesso comercial do empreendimento.

O primeiro capítulo explora a atuação da Folha de S. Paulo no processo de construção de sua imagem voltada à defesa dos valores democráticos, sobretudo a partir de seu engajamento na Campanha pelas Diretas-já. O segundo aborda a continuidade desta trajetória nos anos 1980 e 1990, destacando as estratégias de marketing e as publicações que rememoravam a participação da Folha no processo de transição da ditadura à democracia, concomitantemente à reformulação do jornal implementada a partir do projeto editorial e do Manual de Redação.

Por último, analisamos polêmicas sobre o Grupo Folha e suas relações com o regime civil-militar brasileiro trazidas à tona por produções a partir de 1999.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA DA IMPRENSA, FOLHA DE SÃO PAULO, DITADURA MILITAR, IMPRENSA e PODER.

ABSTRACT

The present dissertation aims to contribute for the understanding of the current Brazilian press history through the study of the process of the emergency of the newspaper Folha de S.Paulo as one of the most important newspapers of the Brazilian mass media. Our research studies the consolidation of Grupo Folha and its relations with military governments and with the historical juncture of the fight against the dictatorship, focusing the debate about the construction of the image of a democratic and independent newspaper.

This study begins in the 80s, when Grupo Folha decided to invest in the construction of a image which could brought prestige to the newspaper and to achieve commercial success for the enterprise.

The first chapter explores the performance of Folha de S.Paulo in the process of the construction of its image as a defender of democratic values, mainly from its engagement on the campaign for direct presidential elections, the Diretas-Já campaign. The second chapter approaches the continuity of this trajectory in the 80s and 90s, emphasizing the marketing strategies and the publications that remember the engagement of Folha de S.Paulo in the transition from dictatorship to democracy, concomitantly to the reformulation of the newspaper implemented from its editorial project and manual of style.

Finally, we analysed controversies over the relations of the Grupo Folha with the civil-military regime revealed by academic works since 1999.

KEYWORDS: PRESS HISTORY, FOLHA DE S. PAULO, MILITARY DICTATOESHIP; PRESS AND POWER

SUMÁRIO

Agradecimentos	p. 5
Resumo	p. 6
Abstract	p. 7
Apresentação	p. 9
Introdução	p. 13
Capítulo I	
Construindo uma Imagem: o jornal das Diretas	p. 32
Capítulo II	
Um Jornal de Rabo Preso com o leitor?	p. 59
Capítulo III	
Imagem Questionada	p. 87
Conclusão	p. 120
Fontes	p. 124
Bibliografia	p. 128

APRESENTAÇÃO

O falecimento de Octávio Frias de Oliveira, um dos “barões” da imprensa brasileira, em 29 de abril de 2007, aos 94 anos, marcou uma série de debates sobre o papel da mídia na sociedade brasileira. A morte do proprietário do jornal mais vendido do país, a Folha de S. Paulo, seguiu-se a de Roberto Marinho em 2003, outro expoente do pequeno número de conglomerados que compõem a poderosa mídia brasileira na atualidade.

O Publisher¹, Octávio Frias de Oliveira, foi aclamado como um dos responsáveis pelo retorno da democracia ao país na década de 1980 pela maioria das personalidades que lhe renderam homenagens. Além de seções na Câmara e no Senado, o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a ‘Campanha das Diretas Já’ não teria existido sem ele e que “todos nós ganhamos quando aprendemos as lições de democracia que foram deixadas pelo doutor Frias”². Eduardo Suplicy³ reconheceu que “Frias canalizou os sentimentos tão fortes de liberdade e democracia pelos quais a população clamava no final da ditadura militar”⁴.

A imprensa estrangeira também ressaltou o papel desempenhado no processo de redemocratização. A agência internacional *Associated Press* (AP) afirmou que Frias “liderou a abertura da mídia” e que, durante o período militar “manteve sua independência ao dar voz tanto a críticos quanto a simpatizantes da ditadura durante uma época de crise nos direitos civis e na liberdade de expressão”⁵.

No material produzido sobre a morte do proprietário era grande o destaque dado ao engajamento da empresa e do proprietário falecido nos anos 80, enquanto que aos momentos em que se vivenciou uma ditadura política no Brasil, o espaço curto relatava apenas as inovações técnicas implementadas no jornal Folha de S. Paulo. A notícia sobre o enterro afirma que “sob seu comando, a ‘Folha’ abriu suas páginas ao debate

¹ Não existe uma única definição para o conceito. Nossas pesquisas mostraram que o termo é utilizado para cargos de diferentes funções nas revistas e jornais de países de língua inglesa, atribuindo ao publisher, em alguns casos, responsabilidade editorial e em outros apenas de circulação. Não localizamos o significado do conceito para a empresa Folha da Manhã. Octávio Frias de Oliveira ocupa esta posição desde setembro de 1977, quando a Folha de S. Paulo foi ameaçada de ser fechada pelo regime militar por ter publicado uma coluna considerada ofensiva às Forças Armadas.

² “Pluralismo marca adeus a Octavio Frias de Oliveira”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01/05/2007.

³ Eduardo Suplicy, em 2007, era senador pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo.

⁴ “Políticos elogiam atuação na retomada da democracia no país”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/05/2007.

⁵ Nota publicada em 30 de abril de 2007 pela Associated Press, citada pela matéria da Folha Online do mesmo dia intitulada: “Octavio Frias de Oliveira liderou abertura da mídia no Brasil, diz AP”.

democrático e ao movimento que acabaria impondo a realização de eleições livres e diretas no Brasil e o fim do regime militar (1964-1985)”⁶. Em 2001, quando o jornal comemorava os 80 anos de existência, a chamada da matéria que analisava as décadas de 60 a 80, enfatizava que “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70”⁷.

Esta postura de jornal democrático e independente em processo de construção é reforçada constantemente no material publicitário e em publicações do Grupo Folha, como estratégia de marketing. A Folha de S. Paulo carrega a marca do “Jornal das Diretas Já”, como o trunfo de um passado recente que colocou a publicação e o Grupo Folha entre os maiores conglomerados de mídia do país.

Porém, nem todas as lembranças que emergiram com a morte de Frias, enfatizam este aspecto “pioneiro” e tão adequado aos interesses atuais de uma sociedade dita democrática. Há vozes dissonantes. E não são poucas. No dia 07 de maio de 2007, o jornalista Edgar Olímpio de Souza, publicou na “Revista Meio & Mensagem” o texto “Nem tão liberal assim” sobre o Octávio Frias de Oliveira. Edgar lembrava críticas do também jornalista Mino Carta às posições da empresa, favoráveis ao golpe de 1964:

O liberal Frias teve, de fato, uma história controversa em suas posições políticas. Logo ao comprar a ‘Folha’, teria feito do jornal um instrumento a serviço da conspiração golpista. Estampava manchetes sensacionalistas contra o ‘perigo comunista’ e assinava editoriais contra ‘a corrupção e a subversão’. Na fase mais aguda da ditadura militar, por exemplo, a ‘Folha da Tarde’, também do grupo, divulgava a morte de terroristas em emboscadas policiais quando estes ainda estavam na prisão.⁸

O box presente no obituário de Frias rendeu a demissão do editor adjunto da revista, Constâbile Nicoletta e uma greve na redação. Poucos dias depois, Hamilton Octávio de Souza, jornalista da Folha⁹ entre 1983 e 1986 e Vasco Oscar Nunes, entre 1970 a 1979, publicaram no portal “Comunique-se” e posteriormente no site do “Observatório da Imprensa”, suas versões sobre o empresário “para não deixar que a história seja reescrita conforme os interesses dos poderosos”¹⁰. Nunes considera que o

⁶ PLURALISMO..., 06/05/2007.

⁷ “Tudo sobre a Folha”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/02/2001.

⁸ “Nem tão liberal assim”. São Paulo: Revista Meio & Mensagem, 07/05/2007.

⁹ Nos escritos produzidos pela empresa e por estudiosos em geral, confunde-se a imagem do Grupo Folha com a Folha de S. Paulo, na denominação única de “Folha”. Utilizaremos em nosso trabalho a mesma referência em algumas passagens, por entender que o principal jornal do grupo reflete as decisões dos proprietários e da empresa, assim como a auto-imagem em construção do conjunto.

¹⁰ “Sobre Octávio Frias de Oliveira”. Portal Comunique-se, 14/05/2007.

erro de Nicoletta foi ter feito um bom jornalismo e reitera as informações contidas no box publicado. Rememorando sua experiência na redação, o jornalista cita entre outros exemplos, a censura praticada, os artigos publicados da TFP¹¹, os agentes do Dops¹² que trabalharam na sede da empresa. E, assim define Frias:

Frias era, como se diz, um ‘come quieto’, um ‘por dentro, pão bolorento, por fora bela viola’..... Qualquer pessoa que o conhecesse o julgava uma ótima pessoa. Cortez, gentil, amigável, fala mansa, um diplomata, um ‘gentleman’. Mas no recôndito do seu egoísmo era um ditador.¹³

Trazendo à tona novas lembranças, alguns à custa de seu emprego, estes jornalistas mostram como sobre um mesmo acontecimento, diversas “verdades” podem ser produzidas a partir do olhar de quem vivencia, envolvendo sentimentos, visões, seleções e interesses em sua reconstituição. Mas, mais do que isso, suas considerações são importantes questionamentos sobre a constituição da auto-imagem do principal jornal do Grupo Folha, a Folha de S. Paulo, em que a figura do proprietário é apenas a parte mais recente deste processo.

Motivados por este debate, desenvolvemos o trabalho sobre o processo de construção desta auto-imagem da Folha de S. Paulo a partir dos anos 80 e os argumentos que usam para legitimá-la em resposta aos questionamentos emergidos através de análises acadêmicas no limiar dos anos 2000.

No primeiro capítulo exploramos a atuação da Folha de S. Paulo no processo de construção de sua imagem voltada à defesa dos valores democráticos, sobretudo a partir de seu engajamento na Campanha pelas Diretas-já. Veremos que para cumprir este intento foi necessário o resgate de uma tradição de jornal pluralista e independente dos governos, até então pouco reivindicada pela empresa, e a elaboração de um projeto de jornal, que fixasse normas e estilos de produção da notícia.

Em um segundo momento, discutimos como a auto-imagem da Folha continuou a ser reforçada na década de 80 e 90 através de estratégias de marketing e de publicações que rememoravam a participação da Folha na campanha das Diretas-Já, concomitantemente à reformulação do jornal implementada a partir do projeto editorial

¹¹ Os artigos da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, escritos por Plínio Corrêa de Oliveira, foram publicados na Folha de S. Paulo em 12 de maio de 1969 “Tradição”, 24 de abril de 1969 “Família” e em 02 de outubro de 1968 “Propriedade”.

¹² O Departamento de Ordem Política e Social era um órgão repressivo do governo militar.

¹³ SOBRE..., 14/05/2007.

e do Manual de Redação. O novo período, inaugurado principalmente pelo diretor de redação Otávio Frias Filho a partir de 1984, foi marcado pela busca incessante de uma objetividade jornalística e da execução de técnicas de produção da notícia identificadas com a lógica empresarial, em detrimento de uma cultura jornalística em voga até o início dos anos 80 e de um projeto editorial baseado em princípios democráticos proposto por Cláudio Abramo. A adoção da centralização do poder editorial nas mãos do diretor de redação, apesar de contraditório, foi responsável pela continuidade da afirmação de uma imagem relacionada ao processo de redemocratização, definida como estratégia de crescimento comercial.

Por último, analisamos um processo iniciado a partir de 1999 em que produções acadêmicas trouxeram à tona polêmicas relacionadas ao Grupo Folha e suas relações com o regime civil-militar brasileiro. A autocensura praticada pela Folha de S. Paulo, o apoio e participação no golpe militar de 1964, o papel conferido à Folha da Tarde em relação à repressão e os contatos entre os proprietários do jornal e os militares, põem em xeque a imagem construída de defesa democrática. Para tanto, analisamos as produções institucionais a partir de 2001 que não só debatem os questionamentos emergidos, mas propõem respostas e a assunção por parte da empresa de aspectos escusos de sua trajetória, trazendo-lhes significados que permitem a manutenção da imagem em constante construção de jornal democrático para a Folha de S. Paulo e o grupo de que faz parte.

INTRODUÇÃO

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹⁴

O presente trabalho nasceu do interesse de pesquisar a censura governamental à imprensa durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), seus significados e como a Folha de S. Paulo respondeu a este sistema repressivo de controle das informações. Em um estágio que realizei no Banco de Dados de S. Paulo, do Grupo Folha, tive contato com comunicados enviados pela Polícia Federal entre 1969 e 1972 para a empresa contendo proibições governamentais de temas a serem publicados que levavam os jornais a praticar a autocensura. Resolvi investigá-los por perceber que a ditadura militar e, em especial, a participação da imprensa em sua promoção, são problemáticas que ainda carecem de aprofundamento na historiografia nacional, apesar do fluxo crescente de produções neste sentido.

Contudo, no processo da pesquisa, nos deparamos com ações promovidas pelo Grupo Folha visando rever sua atuação enquanto organismo de imprensa durante os governos militares. Cumprindo este propósito, presenciamos em setembro de 2006 uma palestra ministrada pelo diretor de redação Otávio Frias Filho da Folha de S. Paulo, a título de treinamento profissional de jornalistas, e localizamos um documento de circulação interna produzido em 2004 sobre a temática.

Não publicada até os dias atuais, a produção deste documento, intitulado “O Regime Militar e a Folha”¹⁵, reflete a necessidade de reconstrução de uma interpretação sobre a atuação da empresa durante a ditadura militar, como reflexo de um processo intensificado a partir de 1999, em que produções acadêmicas e discussões públicas em diversos espaços começaram a trazer ao debate pontos controversos sobre a memória dos jornais da empresa naquele período. A publicação de trabalhos como “Censura, Imprensa e Estado Autoritário”¹⁶ de Maria Aparecida de Aquino naquele ano e, em 2000 “Um Acordo Forçado”¹⁷ de Anne-Marie Smith, apesar de não se debruçarem

¹⁴ GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990, p. 426.

¹⁵ PILAGALLO, Oscar. **A Folha e o Regime Militar**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 15/09/2004.

¹⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário**. São Paulo, EDUSC, 1999.

¹⁷ SMITH, Anne-Marie. **Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa a censura no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

especificamente sobre a Folha de S. Paulo, apontam o exercício da autocensura no principal jornal do Grupo Folha durante o período de censura à grande imprensa (1969-1975), fato que vai de encontro com a defesa da empresa, até então em voga, de que o jornal resistiu à censura. Em 2004, a publicação de “Cães de Guarda: jornalistas e censores”¹⁸ de Beatriz Kushnir, que detalha as relações da Folha da Tarde com o regime militar corou este processo de questionamentos, que repercutiu num esforço interno da empresa de resgate e escrita de sua história, buscando a continuidade da construção da auto-imagem da Folha de S. Paulo, relacionada à defesa de eleições diretas em 1984.

Ao nos depararmos com obras e entrevistas que apresentam diversos aspectos de uma mesma história e interpretações produzidas sobre o Grupo Folha durante a ditadura militar brasileira, percebemos a importância da construção da imagem da Folha de S. Paulo a partir da década de 1980 e as implicações que as disputas destas memórias poderiam trazer para a manutenção do prestígio e da vendagem de produtos, de onde deve surgir o interesse da empresa em tornar-se dona de sua história. Estas questões, emergidas através da análise das fontes e da pesquisa bibliográfica, fizeram com que repensássemos a problemática de nosso trabalho, que passou a investigar o processo em curso de construção da imagem do principal jornal do Grupo Folha, a Folha de S. Paulo a partir da década de 1980, e os questionamentos sobre a legitimidade de sua auto-imagem, preocupação da empresa nos anos 2000.

Diante desta reorientação da pesquisa, a fonte principal de nosso trabalho se concentra nas produções da empresa associadas à construção de seu passado e de sua auto-imagem, como as obras a “História da Folha de S. Paulo”¹⁹, de 1981, “O Brasil em Sobressalto”²⁰, de 2002, “Mil Dias”²¹, de 1988 e o documento interno “O Regime Militar e a Folha”, de 2004. Para o enriquecimento desta perspectiva, tornou-se necessário abordar também editoriais e reportagens que associam o jornal à Campanha das Diretas-já, os documentos do Projeto Folha lançados entre 1978 e 1988 e peças publicitárias lançadas entre os anos 80 e 90. Utilizamos ainda entrevistas publicadas dos

¹⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores**, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, FAPESP, 2004.

¹⁹ MOTA, Carlos Guilherme, CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo** (1921-1981). São Paulo, IMPRES, 1981.

²⁰ PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em Sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha**. São Paulo, Publifolha, 2002.

²¹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.

proprietários e depoimentos orais coletados integrantes do Projeto História Oral ²², do Banco de Dados de S. Paulo, base da formulação do documento interno de 2004, na discussão de seu conteúdo.

As obras que trazem os questionamentos sobre a auto-imagem construída da Folha de S. Paulo rebatidos nos escritos da empresa, são utilizadas frequentemente como suporte bibliográfico de nossa pesquisa, já que são essenciais na compreensão dos debates promovidos. Entre elas “Cães de Guarda: Jornalistas e Censores”, de Beatriz Kushnir, “Censura, Imprensa e Estado Autoritário”, de Maria Aparecida de Aquino, “A Regra do Jogo”²³, de Cláudio Abramo, “1964: A Conquista do Estado”²⁴, de René Dreifuss, “Síndrome da Antena Parabólica”²⁵, de Bernardo Kucinski, “Folhas ao Vento”²⁶, de Gisela Taschner e “Um Acordo Forçado”, de Anne Marie Smith.

A evidência da imagem que se quer da Folha de S. Paulo tem um significado particular na imprensa brasileira, dada a complexidade da história da empresa marcada por diferentes proprietários e defesas políticas diferenciadas. Os principais jornais do conglomerado, as “Folhas” como são conhecidas as publicações Folha de S. Paulo, Folha da Tarde, Folha da Manhã e Folha da Noite, em seus respectivos contextos, nunca gozaram de uma imagem pública bem delineada. Suas imagens variaram no decorrer de suas trajetórias diferentemente de concorrentes, como O Estado de S. Paulo que há algum tempo possui uma imagem reconhecida de jornal conservador e liberal entre o público leitor. As mudanças nas linhas editoriais, as alterações no comando da empresa, os lançamentos, relançamentos e a aquisição de diferentes publicações, são alguns dos fatores que contribuíram para a dificuldade encontrada na instituição de uma imagem para a empresa.

O Grupo Folha é formado atualmente pelos jornais Folha de S. Paulo e Agora São Paulo, pela empresa de acesso à internet Universo Online (Uol), pela editora

²² O Projeto História Oral tem como objetivo resgatar as memórias de jornalistas e do proprietário Octávio Frias de Oliveira, sobre variados assuntos, como documentos passíveis de interpretações e produções posteriores. As primeiras entrevistas foram colhidas entre 1995 e 1998 e têm como foco principal ex-jornalistas da empresa. O projeto conta ainda com uma longa entrevista de Octávio Frias de Oliveira de maio de 1989 e o depoimento de Antonio Aggio Júnior em 2003, colhido especialmente para elaboração do documento “O Regime Militar e a Folha”, escrito por Oscar Pilagallo em 2004.

²³ ABRAMO, Cláudio. **A Regra do jogo** : o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

²⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981

²⁵ KUCINSKI, Bernardo. **Síndrome da Antena Parabólica**. Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

²⁶ TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

Publifolha, a agência de pesquisas Datafolha, além de outras empresas gráficas e de produção da notícia, como a Folhapress. Suas origens remontam 1921²⁷, quando do lançamento da Folha da Noite por Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo, e Artêmio Figueiredo. Estes jornalistas, que trabalhavam no O Estado de S. Paulo, visando criar um jornal que atingisse públicos leitores diferenciados, inauguraram uma publicação vespertina que dava ênfase nas reportagens em detrimento de artigos, e que continha seções e linguagens diferenciadas. A Folha da Noite era voltada principalmente às classes médias, procurando atingir também os trabalhadores assalariados. Tendo como um de seus colaboradores Júlio de Mesquita Filho (que escrevera inclusive o editorial de lançamento), os custos do jornal foram pagos pelo Estado de S. Paulo até que a empreitada mostrou sucesso financeiro.

Em 1925, Pedro Cunha e Olival Costa²⁸ lançaram a Folha da Manhã, com apresentação e linguagem mais próxima da imprensa “tradicional”, concorrendo diretamente com O Estado de S. Paulo. Segundo os fundadores, as “Folhas” priorizavam uma linguagem simples e a independência em relação a partidos, adotando o jornal opiniões flexíveis de acordo com as “necessidades”. Após a saída de Pedro Cunha da sociedade em 1929, Olival Costa se posicionaria politicamente ao apoiar a candidatura de Júlio Prestes à Presidência, o que rendeu o empastelamento do jornal em outubro de 1930.

As “Folhas” só voltariam a circular em janeiro de 1931, quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa, denominada agora Empresa Folha da Manhã Ltda. Fazendeiro e comerciante de café, os assuntos relativos à agricultura e à exportação do produto passaram a ser acompanhados de perto e o jornal abriu sucursais no interior. Ao defender a vocação agrária do país e criticar as medidas governamentais voltadas à industrialização, o público alvo deixaria de se constituir principalmente de setores da classe média: o jornal voltava-se à elite.

Com o fim do Estado Novo e a volta à democracia, o Brasil conheceu um acelerado processo de industrialização. Enterradas as esperanças dos setores agrários na unificação dos interesses e sua defesa pelo estado, em 1945, Octaviano vendeu a Empresa Folha da Manhã para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides

²⁷ O trecho de reconstituição histórica do Grupo Folha foi escrito baseado nas publicações da empresa sobre sua trajetória, como o livro “A História da Folha de S. Paulo” de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato.

²⁸ Neste ano os dois jornalistas passaram a ser os únicos proprietários.

Meirelles. Os novos proprietários assumem as redações pretendendo defender a democracia e manter imparcialidade em relação a partidos políticos. Em 1949, lançam mais uma publicação: a Folha da Tarde.

Nabantino implementa um processo de reformulação e modernização do jornal: estabelece critérios para a confecção da mensagem, inaugura em 1953 a sede própria da empresa na Alameda Barão de Limeira, centro de São Paulo, e unifica as “Folhas” em 1º de janeiro de 1960 na Folha de S. Paulo, que passa a ser a única publicação da empresa. Passa a vigorar neste período, a concepção de neutralidade e objetividade jornalística. Porém, o esforço expresso nestas remodelações e a conjuntura econômica nacional não propiciam o sucesso financeiro da empresa, impelindo Nabantino a vendê-la.

Em agosto de 1962, tem início o período fundamental para constituição do conglomerado. A Empresa Folha da Manhã passa para o controle dos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Frias era proprietário de empresas de variados ramos, como a Estação Rodoviária de São Paulo e a Transaco, especializada na venda de ações diretamente ao público, além de ser um dos maiores granjeiros do país. Caldeira tinha origens na construção civil.

A historiografia produzida sobre o jornal é unânime em afirmar que, pouco íntimos dos meios de comunicação, Frias e Caldeira investiram na reorganização do empreendimento e no saneamento das dívidas. A modernização tecnológica é considerada uma marca do período. Em 1967 é introduzido o sistema de impressão offset em cores abandonando em 1971 a composição a chumbo e adotando o sistema eletrônico de fotocomposição. O sistema de distribuição, reorganizado por Caldeira, passou a ser feito através da montagem de uma frota própria de carros, que garante a chegada pontual das publicações às cidades do interior paulista.

Dentro da estratégia de crescimento da empresa, os proprietários adquiriram gráficas como a Cia. Lithographica Ypiranga, e os jornais Última Hora e Notícias Populares, em 1965, lançaram no mesmo ano o Cidade de Santos e, em 1967, relançaram a Folha da Tarde. Um ano depois, assumiram a Fundação Cásper Líbero, passando a controlar também o jornal Gazeta Mercantil. A publicação de diferentes jornais garantia, dentro desta lógica, atingir públicos leitores distintos e conseqüentemente a lucratividade da empresa.

No entanto, as orientações editoriais diferenciadas, que não podem ser entendidas unicamente pelos objetivos comerciais do Grupo Folha, passavam uma

imagem para muitos jornalistas e analistas, de que havia uma ambigüidade entre duas publicações dentro de uma mesma empresa. Enquanto o principal jornal do grupo, a Folha de S. Paulo, não explicitava a defesa pelo regime militar em seu conteúdo, a Folha da Tarde fazia sua defesa deliberada. Para Perseu Abramo: “era uma batida na ferradura e outra no cravo, uma pela direita e outra pela esquerda. A Folha fazendo um papel de defesa da liberdade democrática e a Folha da Tarde, um órgão da repressão”²⁹. A maneira como reproduzia as informações advindas dos órgãos de repressão e o fato de possuir jornalistas policiais, levaram a Folha da Tarde a ficar conhecida como o “jornal de maior tiragem do país”, em alusão aos “tiras” que trabalhavam na redação, e “diário oficial da OBAN”³⁰. Há ainda outras acusações que a empresa enfrenta sobre o período, como a ligação dos proprietários com militares e governantes, o uso de carros por centros de tortura, a linha editorial adotada, a prática da autocensura e os financiamentos concedidos pelo governo.

Estas polêmicas sobre a trajetória da empresa durante a ditadura militar, começaram a afetar a imagem do Grupo Folha nos anos 2000, quando publicações demonstraram a preocupação de ajustar as contas com este passado contraditório. Até este período, apesar de já existirem questionamentos sobre a temática³¹, a empresa se concentrou em promover uma reformulação editorial de seu jornal carro-chefe, a Folha de S. Paulo, e de investir no reforço de uma imagem democrática para o jornal possível a partir da ampla cobertura da campanha pelas Diretas-já em 1984. Esta imagem se confundia com a do grupo, enquanto que a atuação da Folha da Tarde durante a ditadura militar podia prejudicar os lucros e o crescimento de participação da empresa no mercado de comunicação nacional.

A problemática de nosso trabalho exige, portanto, a discussão sobre as motivações e a prática empreendida pelos governos militares no Brasil, entre 1964 e 1985, os projetos de distensão e abertura política dos governos militares e os movimentos sociais engajados na luta pela democracia, assim como a participação da imprensa neste contexto.

O processo de levantamento historiográfico sobre a ditadura militar e a imprensa, aprofundamento necessário para a fundamentação de nosso trabalho, foi

²⁹ ABRAMO, Perseu. Perseu Abramo: depoimento (28/08/1995). Entrevistador: Lízia Bydlowski. São Paulo: Grupo Folha, 1995. Entrevista concedida ao Projeto História Oral em 28 de maio de 1995.

³⁰ A Operação Bandeirante (OBAN) foi um centro de informações, investigações e torturas montado pelo Exército do Brasil em 1969.

³¹ Durante os anos 80, algumas publicações já debatiam o papel desempenhado pela Folha de S. Paulo durante a ditadura militar e a campanha pelas Diretas-já, como veremos no decorrer do trabalho.

realizado tendo como base diversos estudos analisados no decorrer da pesquisa. Além dos livros utilizados para preparação do projeto de mestrado, escritos por Maria Helena Moreira Alves, Jacob Gorender, Moniz Bandeira, entre outros, buscamos obras que trouxessem mais perspectivas deste momento da história brasileira.

A leitura de artigos organizados no livro “O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)”³² foram importantes para entrarmos em contato com correntes historiográficas e sociológicas diversas que versam sobre o regime militar brasileiro. No capítulo I “1964: Temporalidade e Interpretações”, Lucilia de Almeida Neves Delgado nos informa sobre interpretações do golpe de 1964, de Octávio Ianni e Francisco de Oliveira a Moniz Bandeira e Renée Dreifuss. A autora apresenta também as análises elaboradas por Florestan Fernandes e Caio Navarro de Toledo que, por aproximarem-se de nossa interpretação deste processo, foram leituras que resolvemos aprofundar.

Para Florestan Fernandes, em “A Revolução Burguesa no Brasil”³³, o ano de 1964 apresentou-se como um momento de situação limite em que existia uma pressão real de baixo para cima e uma ilusão da possibilidade de revolução socialista, resultado das pressões políticas internas geradas pela emergência dos movimentos de massa antiburgueses e do radicalismo burguês. Esta situação, somada ao crescimento da influência externa sobre o desenvolvimento do capitalismo interno quando da eclosão do capitalismo monopolista, propiciou a solidariedade das classes e dos estratos de classe burgueses, até então irreconciliáveis em seus interesses. Contando com apoio do imperialismo internacional, a união destes setores se fez com intuito de estabelecer uma contra-revolução que mantivesse o domínio burguês do poder estatal através de uma nova ordem política baseada em processos considerados legítimos, como a manutenção da Constituição, e na violência institucionalizada, defendendo o binômio desenvolvimento e segurança.

A aparência da ordem constituída precisava ruir para que se iniciasse outro processo em que o poder burguês e sua dominação assumissem sua verdadeira imagem. Era necessário um excedente de poder pelo qual as classes pudessem acabar com as pressões inconformistas pró-burguesas e as pressões antiburguesas o que só poderia ser atingido na transferência para setores militares de tarefas centrais do movimento autodefensivo e contra-revolucionário. As práticas coercitivas a partir de então

³² REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

³³ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

instaladas, baseadas na violência institucionalizada para negar os direitos sociais e na existência de uma ordem constitucional que só tem validade para autodefesa, são conceituadas como medidas adotadas por regimes políticos de traços fascistas por Florestan, em “Poder e Contrapoder na América Latina”³⁴.

Para o autor, o fascismo latino-americano se caracteriza pela monopolização de uma classe no poder estatal que investe em uma modalidade do totalitarismo de classe, para evitar e impedir a transição para o socialismo. Neste sentido, o fascismo se apresenta como uma contra-revolução já que combate tanto a revolução dentro da ordem (quando o processo de democratização impede uma superconcentração do poder) como a revolução socialista. Nestes regimes é admitido o terror ocasional ou sistemático, o controle da comunicação de massa, o estabelecimento de eleições rituais e parlamentos simbólicos, a neutralização das oposições através da opressão, o controle total da economia, da educação e do movimento operário.

Seguindo este raciocínio, alguns autores aprofundaram a análise para o caso específico brasileiro. Antonio Rago Filho, em sua tese de doutoramento “A Ideologia de 64 e os Gestores do Capital Atrófico”³⁵, concordando com as características e análises apresentadas por Florestan Fernandes citadas resumidamente acima, acredita que, em 1964, teria se estabelecido uma contra-revolução de domínio autocrático da burguesia exercido de modo indireto pelo conjunto desta classe através das armas, subjugando ou castrando os poderes legislativo e judiciário. Rago, baseando-se em José Chasin, Luciano Martins e Ricardo Antunes, acredita que estas sejam formas de natureza bonapartista, já que a estrutura da dominação burguesa foi montada sob um executivo absolutizado, forte e ditatorial.

O conceito de bonapartismo foi elaborado por Karl Marx na obra “O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte”³⁶, análise do golpe de estado de 1848 na França. A partir deste momento histórico, Marx propõe que o bonapartismo ocorre quando os militares chegam ao poder e o governam visando assegurar os interesses da burguesia e o refreamento dos avanços sociais através da violência. Incapacitada de manter seu poder através da forma democrática de estado, a burguesia opta por fazer alianças com forças reacionárias e não com setores das classes trabalhadoras, conciliando-se assim, com as forças armadas que passam a exercer o poder político.

³⁴FERNANDES, Florestan. **Poder e Contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

³⁵ RAGO Filho, Antonio. **A Ideologia de 64 e os Gestores do Capital Atrófico**. São Paulo: Tese de Doutorado, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.

³⁶ MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2004.

Antonio Carlos Mazzeo³⁷ define bonapartismo como uma forma de governo que surge do caráter contra-revolucionário da burguesia visando estabilizar e consolidar sua dominação enquanto classe dominante. Intitulando-se imparcial, o Estado bonapartista apresenta autonomia e neutralidade em relação às classes ao fazer defesas em nome do bem comum ou dos interesses da nação. Buscando manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo e impedir que a dominação burguesa e o controle sobre o Estado nacional se deteriorem, a burguesia é levada a ações políticas profundamente reacionárias propensas a formas abertas de ditadura de classe.

David Maciel³⁸ admite que desde seu nascimento, no final do século XIX, o estado burguês brasileiro assumiu caráter autocrático, oscilando entre a forma democrático-liberal e ditatorial. Para ele, mesmo nos períodos em que predominaram mecanismos democrático-representativos, o estado atuou como uma ditadura dissimulada num processo em que a política se limitava às classes burguesas enquanto as classes subalternas eram cooptadas politicamente.

Maciel afirma que o auge da autocracia burguesa no Brasil foi a ditadura militar instalada em 1964, parteira do capitalismo monopolista e promotora da expansão máxima da ordem social burguesa. Entre 1964 e 1974, se consolidou um novo pacto de poder necessário à reestruturação capitalista, num movimento auto-defensivo gerado por uma situação de crise de hegemonia burguesa. O gerenciamento do estado foi passado aos militares com intuito de reprimir as classes subalternas e impedir que as contradições interburguesas ameaçassem a unidade da burguesia.

Diante destas análises, inclinamos-nos a entender a ditadura militar colocada em prática no Brasil entre 1964 e 1985, como uma forma bonapartista de autocracia burguesa em que, preocupada com a continuação de sua dominação política, a burguesia procura unir os estratos conflitantes em torno de um único objetivo: a autodefesa de seus interesses. Não entendemos que existisse uma ameaça real de tomada do aparelho do Estado pelas classes trabalhadoras. Para nós, os setores burgueses se uniram neste contexto sobretudo diante das pressões sociais emergidas no governo de João Goulart, reflexo de projetos sociais antagônicos implementados, e da resistência de setores proprietários associados ao imperialismo internacional relacionadas à aprovação das reformas de base.

³⁷MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa**. São Paulo: Cortez, 1997.

³⁸MACIEL, David. **A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

Preocupados em manter sua dominação política e econômica, os setores proprietários precisavam unir-se em torno de um ideal comum para seu fortalecimento e para a continuidade do desenvolvimento capitalista. Este consenso necessário só seria possível através de uma aparente ruptura com a ordem vigente e com a execução de um governo que intensificasse a opressão e a repressão visando o esvaziamento do poder de reação das classes dominadas e de setores divergentes da burguesia. O elo forte desta cadeia seria representado pelas Forças Armadas que dariam uma nova face ao poder político burguês aparentando uma ruptura com o modelo anterior, mas continuando a servir aos interesses burgueses indiretamente de maneira ditatorial, repressiva e opressiva.

Em relação à atuação da imprensa nos antecedentes de 1964, identificamos sua participação como um dos sustentáculos na conspiração do golpe e para a manutenção do regime militar. A maioria dos veículos de comunicação emitia editoriais e reportagens apontando o “perigo vermelho” no país, além de participar de encontros para promoção do movimento. Dada a concepção adotada, vemos esta relação como fruto da união dos setores da burguesia, em que está incluída a grande imprensa. Para nós, os veículos de comunicação de propriedade burguesa decidiram promover o golpe militar e legitimar os governos constituídos após 1964 por verem atendidos seus interesses capitalistas e de manutenção de classe no poder.

Diversas leituras corroboram esta análise de participação ativa da imprensa no golpe militar. Entre elas, podemos citar a obra de Rodrigo Patto Sá Motta, “Em guarda contra o perigo vermelho”³⁹ que, ao detalhar a atuação de diversos movimentos anticomunistas no Brasil, analisa o papel da imprensa em organismos golpistas, como o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). René Dreifuss também traz informações importantes neste sentido em “1964: A Conquista do Estado”⁴⁰. Estas análises serviram como contextualização da atuação da imprensa no processo inicial da ditadura sem, no entanto, aprofundarem-se no período que mais nos interessa, situado no processo de término da ditadura a partir dos anos 70 e durante as movimentações a favor de eleições presidenciais diretas no decorrer da década de 80.

³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva: Fapesp, 2002.

⁴⁰ DREIFUSS, 1981.

Nesse sentido, a leitura do livro “A Argamassa da Ordem”⁴¹ de David Maciel, foi essencial para a compreensão da problemática. Nesta obra, o autor tem como objetivo entender o processo de redemocratização brasileiro realizado por uma perspectiva política autoritária burguesa que, ao invés de estabelecer uma democracia popular, viabilizou a recomposição entre diversas frações de classes dominantes num projeto repressivo e autoritário, mesmo diante do acirramento das contradições sociais e da luta de classes. Maciel detalha nesta perspectiva o projeto distensionista do presidente Ernesto Geisel decorrente do acirramento das contradições interburguesas no seio do bloco no poder geradas quando da crise do milagre econômico e a passagem da distensão para a abertura no governo Figueiredo, como uma passagem gradual da responsabilidade do retorno da democracia para os setores burgueses e as manifestações populares que surgiram.

A análise apresentada nos permitiu compreender como a grande imprensa participou deste processo em consonância com os projetos governamentais, aproveitando-se das manifestações sociais para sua autopromoção. Eder Sader, por sua vez, permitiu que ampliássemos nossa análise deste processo, focando a participação de outros personagens, através da compreensão da reorganização do movimento sindical e popular e seu papel nas movimentações pelo fim da ditadura.

Já Bernardo Kucinski, em seus artigos publicados na obra “Síndrome da Antena Parabólica”⁴², nos trouxe a experiência da imprensa alternativa durante a ditadura e no seu fim, assim como confirmou a colaboração da grande imprensa com os governos militares. No entanto, o autor mostrou-se ainda mais importante em nosso estudo por seus textos analisarem várias problemáticas que debatemos, como a autocensura, a função da imprensa na eleição e queda do presidente Fernando Collor de Mello entre 1989 e 1992 e, os objetivos, causas e conseqüências do Projeto Folha no interior da redação da Folha de S. Paulo e nos meios de comunicação nacionais. Kucinski discute ainda os mecanismos de funcionamento da imprensa, a censura privada de informações já internalizada pelos jornalistas e os conglomerados jornalísticos brasileiros.

Estudar temas relacionados à imprensa requer a compreensão de qual sua função social, condições materiais e imateriais de existência, quais são os sujeitos e interesses envolvidos em sua produção. Muitas vezes, as pesquisas históricas utilizam a imprensa como fonte de informação, como se o conteúdo publicado, fosse uma verdade

⁴¹ MACIEL, 2004.

⁴² KUCINSKI, 1998.

inquestionável ou uma mentira irrecuperável. Enquanto historiadores, quer seja a mídia nosso objeto principal de pesquisa ou não, devemos analisar seu conteúdo criticamente lembrando a correlação de forças que representa, os interesses embutidos na sua formação, o caráter mercadológico que assumiu com o passar do tempo. Devemos entender como os jornais narram e olham os acontecimentos, priorizando certas versões de fatos em detrimento de outras. Qual é a lógica, o funcionamento, a ideologia que a orienta, quais interesses defende, quais olhares promove. Para tanto, construímos nosso entendimento sobre a formação, o funcionamento e o papel da imprensa através de leituras realizadas que passam desde Jürgen Habermas a jornalistas contemporâneos como José Arbex Jr.

Há vários debates sobre o papel que a imprensa cumpre. A leitura da obra “São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana 1890-1915”⁴³, de Heloísa de Farias Cruz, iniciou nossos debates sobre as relações entre imprensa e história. Neste livro, nossa orientadora utiliza a imprensa como fonte fundamental, associada às memórias e relatos da época na busca de apreender a popularização da cultura letrada na São Paulo do fim XIX, início do século XX. Compreendendo estas alterações na difusão das publicações não como um processo de massificação como manipulação, mas identificando as hegemonias e os conflitos presentes na sua construção, Heloísa acompanha a diversificação e expansão da imprensa paulista num contexto de expansão do mercado e das relações mercantis que acabaram por redefinir a cultura letrada. Esta análise nos mostrou que as demandas colocadas pelo mundo das mercadorias, passaram a moldar os conteúdos e formas de dizer da imprensa tanto que, nos anos 20, a propaganda já se tornava elemento essencial não só de sustentação financeira, mas também da própria conformação editorial de um periódico de sucesso, sinalizando as origens dos processos de constituição da imprensa como um meio de comunicação de massa no Brasil.

Sobre este processo de massificação da imprensa foi fundamental a leitura de Martin-Barbeiro⁴⁴. O autor analisa a questão com profundidade e a discute sob diferentes vertentes este processo que não é de mão única, é múltiplo e envolve não apenas sedução popular, mas a participação ativa da população. Leão Serva por sua vez,

⁴³ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta**. Periodismo e Vida Urbana – 1890-1915. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2000.

⁴⁴ MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

em “Informação e Desinformação”⁴⁵, debate como a imprensa nos dias atuais, atrelada à interesses econômicos e políticos, seleciona e cataloga os fatos atribuindo-lhes importância e prioridades, ao mesmo tempo em que não se aprofunda sobre seus significados mais profundos, não busca contextualizá-los e acaba por apresentar ao leitor uma grande quantidade de informações esvaziadas de conteúdo, que não podem ser compreendidas em apenas uma leitura e geram saturação no público leitor. Ao informar em quantidade e sem qualidade, não informam efetivamente e geram a necessidade de autoreprodução diária da mercadoria notícia, que traz sustentabilidade à empresa jornalística.

Sobre o funcionamento da imprensa, sua escrita, seus métodos, seus recortes, sua história, foram valorosas as considerações de Robert Darnton⁴⁶, sem as quais ficaria extremamente difícil contextualizar o material jornalístico e entender seu processo de produção e constituição. A leitura de “Showrnalismo”⁴⁷, de José Arbex Jr., também auxiliou na discussão levantada por outros autores sobre a pretensão dos veículos de comunicação de transmitir a verdade dos fatos. O jornalista traz à tona esta problemática através de sua experiência profissional ao ressaltar o contraste que ocorria entre a imagem dos fatos adquirida por ele e a forma como o jornal a traduzia ao leitor, quando era correspondente internacional da Folha de S. Paulo.

Estas análises foram importantes na medida em que confirmamos que o discurso dos jornais de anunciar de maneira clara e objetiva os acontecimentos como se fosse mera reprodução da realidade, imparcialmente, não passa de um pretense ideal. Na simples anúncio de uma notícia, a imprensa imprime valores e ideais, pessoais, da empresa, do governo ou do mercado. A organização do texto, as imagens escolhidas, as palavras utilizadas, carregam sempre uma visão dos fatos, interesses que estão em jogo.

Jürgen Habermas, no livro “Mudanças Estruturais na Esfera Pública”⁴⁸, mostra como esta suposta neutralidade da mídia na narração dos fatos faz parte do processo em que a imprensa aparece com papel fundamental na constituição e na afirmação da Esfera Pública Burguesa. Discutindo as transformações que o meio jornalístico passou desde seu aparecimento, o autor aponta como, diferentemente daquelas primeiras publicações surgidas com o advento da Revolução Francesa, voltadas para um público determinado

⁴⁵ SERVA, João. **Jornalismo e Desinformação**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

⁴⁶ DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. **A Revolução Imprensa : A Imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo, EDUSP, 1996 e **O Beijo de Lamourette**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

⁴⁷ ARBEX JR, José. **Showrnalismo: A Notícia Como Espetáculo**. São Paulo, Casa Amarela, 2002.

⁴⁸ HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

e com características marcadamente políticas deste público, hoje a imprensa se pretende imparcial num espaço em que as diferenças sociais são negadas, em que todos em princípio podem participar. Isto se deve em parte ao fato da imprensa poder assumir o caráter de uma empresa comercial e seus lucros, com o estabelecimento do Estado burguês de direito. Se de início, este caráter econômico assumido por algumas publicações é considerado condenável, aos poucos a necessidade de gerar lucros se torna inevitável para os grandes editores.

Ciro Marcondes Filho, em “O Capital da Notícia”⁴⁹ e “Imprensa e Capitalismo”⁵⁰, também se preocupa com o poder da notícia na sociedade capitalista em que vivemos. Como os fatos, transformados em notícia e daí em mercadoria, são mutilados ou embelezados para serem vendidos, como são submetidos a padronizações, simplificações, generalizações, como são apresentados sem contradições ao lado de matérias sem maior significância. Fatos/notícias/mercadorias são confundidos em meio de anúncios que permitem a existência do jornal enquanto empresa e que refletem ideologias e usos políticos governamentais e da imprensa.

Marcondes ressalta que a existência democrática que a mídia procura representar não passa de ideologia, não se sustenta diante de uma economia de mercado que visa o lucro, vez que as adequações da mercadoria notícia à necessidade de venda impossibilitam a prática de uma imprensa que abra espaço para diversos setores populares se posicionarem. Os interesses econômicos ditam a censura privada dos jornais para que as notícias não prejudiquem os interesses imediatos dos proprietários, anunciantes e da estrutura do Estado, que deve garantir o funcionamento do sistema econômico. Nesse sentido, para o autor, não há um atrelamento direto da imprensa ao Estado, mas sim da imprensa ao capital que, em alguns momentos, convergirá ou não com as medidas promovidas pelo governo constituído sem, no entanto, colocar-se contra o Estado capitalista. Em “Jornalismo Fin-de-siècle”⁵¹, Marcondes aponta que isto ocorre dada uma suposta função de “poder moderador” dada a imprensa que, por interesses de natureza econômica e aspirações próprias, questiona tanto as políticas governamentais quanto posições adotadas pela população em alguns momentos.

Estas leituras do funcionamento da imprensa na sociedade capitalista atual, como se deram as transformações em sua constituição, a padronização da notícia através

⁴⁹ MARCONDES FILHO, *Ciro. O Capital da Notícia*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

⁵⁰ Idem, *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984.

⁵¹ Idem, *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

das agências de notícias e, principalmente, o caráter empresarial atrelado ao capital adquirido cada vez com mais efetividade que influencia os interesses salvaguardados na produção da notícia, trouxeram contribuição na nossa compreensão não somente da maneira como se constitui e articula a imprensa hoje, mas sua importância na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo em que informa e forma a opinião de setores da população, a imprensa é responsável pela ampliação e divulgação do consumo e pela manutenção de classes sociais no poder governamental.

Ao definir nossa compreensão do papel da imprensa durante a ditadura militar brasileira e ao repensar nossa problemática, percebemos que era urgente a discussão sobre a memória coletiva e seus significados, já que a construção e sustentação da auto-imagem da Folha de S. Paulo passa por um processo constante de edificação e revisão da história da empresa e de seus proprietários. Em nosso trabalho, analisamos que o Grupo Folha tem demonstrado de forma cada vez mais intensa o interesse em se tornar “senhor” de sua memória na construção e reforço de sua imagem democrática. Além das publicações que fez evidenciando a defesa do processo de redemocratização do país, quando da morte de Octávio Frias de Oliveira, a empresa investe desde a década de 80 em obras sobre sua trajetória e relevância enquanto grupo de mídia.

Jacques Le Goff, em “História e Memória”⁵², discute como a memória não se constitui simplesmente da propriedade de conservar certas informações, mas compreende processos sociais de releitura e constante resignificação de experiências e informações passadas por indivíduos, grupos e classes sociais. É um exercício de releitura feito no presente de eventos e sentidos selecionados coletivamente ou marcantes na memória individual que trazem a marca da experiência vivenciada, do impacto causado, da importância atribuída.

Para o autor, a análise coletiva de uma experiência pode dar sentido a algumas memórias individuais ou de grupos e silenciar outras. Este processo ocorre, não só devido à forma como as lembranças são rememoradas, mas também diante das ausências nas narrativas que evidenciam as seleções e valorizações das experiências vividas ou o esforço proposital do esquecimento, na tentativa de fortalecer os elos das informações fornecidas e esconder fatos que não são considerados importantes pelo interlocutor. Na memória coletiva as ausências possuem um significado ainda mais importante já que são constituídas por um conjunto de interpretações compartilhadas

⁵² GOFF, 1990.

por um grande número de pessoas. O domínio da rememoração e do esquecimento, neste caso, é um mecanismo de manipulação da tradição e da identidade individual e coletiva. Geralmente há a predominância da memória produzida pelas classes que detêm o poder político ou econômico, através do Estado ou de outras esferas do poder.

Esta análise que Le Goff propõe reflete para nós, como uma disputa da memória, em que algumas verdades são ressaltadas enquanto outras são esquecidas, oculta intenções de forças hegemônicas que conspiram na afirmação de interesses, valores e práticas na busca de legitimação e dominação. Criam-se falsos consensos e determinações históricas reforçando projetos políticos e culturais de classes e grupos no poder. Na medida em que as intenções são alteradas ou têm predominância de outros agentes sociais, os consensos podem ser modificados e outras verdades podem emergir. Os sentidos negligenciados em certos períodos não são apagados, podendo ser retomados pelas circunstâncias históricas, por sujeitos históricos diversos e através do trabalho historiográfico.

Sobre esta questão, Pierre Nora⁵³ debate o uso da memória no trabalho do historiador. Para o autor, a memória tornou-se objeto da história e é por ela reivindicada no discurso histórico. Assim, a memória é considerada imprescindível para reconstituição do passado, individual ou coletivo, tanto nos processos institucionais quanto nas análises acadêmicas. O autor contrapõe-se a Maurice Halbwachs que, em 1925, opunha memória coletiva e histórica por compreender a história apenas como síntese de grandes acontecimentos de uma nação, distinta das percepções de indivíduos e grupos. Para ele, a memória só passava a fazer parte da história, quando os grupos que as lembravam deixam de existir ou de rememorar-las. Nora, diante do desenvolvimento de concepções historiográficas menos restritas a fatos e datas, identifica o uso cada vez mais intenso da memória no ofício do historiador.

Apesar de discordarmos desta proposição de Halbwachs e concordarmos com Nora, para nós, a leitura da obra “A Memória Coletiva”⁵⁴ deste autor, foi extremamente importante, no que tange ao debate sobre como a intersecção entre identidades coletivas e a história. Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista para a memória coletiva, a constituindo assim no refazer constante do passado através de idéias do presente. A memória individual existe sempre na memória coletiva, já que é

⁵³ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

⁵⁴ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editoria Revista dos Tribunais, 1990.

criada no interior de um grupo e muitos sentimentos que acreditamos ser puramente nossos, formam criados coletivamente. Assim, a identidade que acreditamos formar sozinhos de nós mesmos é resultado da memória coletiva de que fazemos parte, assim como a memória coletiva também carrega nossos valores e ressignificações.

Marilena Chauí, na introdução da tese de doutoramento de Ecléa Bosí, publicada em livro posteriormente sob o título “Memória e Sociedade”⁵⁵, ressalta como a autora, ao analisar a memória de velhos, debate este aspecto decorrente dos entrelaçamentos entre memória individual e memória coletiva. Chauí reconhece em alguns depoimentos a incorporação da história oficial, num processo que pretende roubar o sentido da memória individual e aprofundar estereótipos necessários à manutenção da ideologia dominante e esclarece como ainda permanecerem significados pessoais para as experiências coletivas. Esta leitura serve como um alerta de um lado para o impacto do monopólio da história oficial e, por outro, para as significações pessoais das experiências e sua existência que revela sentidos diferentes, mas não menos verdadeiros, de uma mesma história.

Este aspecto transparece em nossa análise, quando análises acadêmicas se aprofundam em memórias do jornal, que contradizem a versão oficial de sua trajetória e que, se durante anos foram negligenciadas, nos anos 2000, emergem com tal impacto, que ameaçam a imagem em construção da Folha de S. Paulo através de seu passado por um lado mas, por outro, integram a identidade em construção do jornal na medida que a fazem repensar e ressignificar sua trajetória.

Sobre esta questão, Bronislaw Baczko⁵⁶, esclarece que os sistemas simbólicos são construídos através da experiência dos agentes sociais, mas também através de seus desejos, aspirações e motivações, ou seja, baseia-se também em objetivos claros que nortearam o discurso construído sobre o passado rememorado. Baczko estuda como para garantir a dominação simbólica, qualquer esfera do poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, procuram controlá-los para manter a dominação e o prestígio alcançado. E os meios de comunicação de massa são elementos centrais neste processo, não só pelo alcance de uma gama representativa de pessoas, mas pelo fato de manipularem suas características, através da seleção, hierarquização e dos interesses que envolvem.

⁵⁵ CHAUI, Marilena. Introdução. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵⁶ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

No mesmo sentido Eric Hobsbawn, na introdução do livro “A Invenção das Tradições”⁵⁷, aponta como muitas vezes o passado institucionalizado diverge da memória popular conservada sobre ele. Isto acontece porque na busca de legitimação de formas de sociabilização, através de valores ou normas de comportamento, tradições são inventadas tendo como suporte acontecimentos históricos reais ou artificiais reconstruídos de maneira a dar sustentação a imagem que ser passada através da imposição da repetição. Hobsbawn nos indica assim, apesar de seu estudo dirigir-se mais às práticas relacionadas à constituição e manutenção das nações e nacionalismos, um processo em que as tradições propagadas são inventadas tendo como suporte um passado institucionalizado para este fim, que acaba por inculcar valores ou tornar possível o estabelecimento e manutenção de organismos públicos e privados nas sociedades atuais, como tradições a serem conservadas.

Em relação ao Grupo Folha, nossa análise demonstra como a constituição de uma imagem para o jornal Folha de S. Paulo foi possível dada sua associação com um passado lido através das produções institucionais produzidas conscientemente a partir da década de 80 pela empresa, diversamente às memórias conservadas sobre a empresa durante o regime militar e o seu fim vivenciada por jornalistas e funcionários do jornal, que tornaram-se públicas através de obras acadêmicas mais recentemente. Desse modo, não poderemos deixar de lado em nossa análise o sentido histórico das memórias institucionais que analisaremos. Os interesses e valores que carregam, os lugares de que foram rememorados, a experiência vivenciada, os esquecimentos, as memórias contraditórias que a questionam. O objetivo da pesquisa histórica que tem como problema a memória institucional é apreender os esforços empreendidos na busca de instituir como hegemônicas identidades.

No início dos anos 80, a historiografia produzida sobre as “Folhas” procurou mostrar quanto à empresa sofrera durante o regime militar. Nos dias atuais, diante das vozes díspares emergidas nos últimos anos, o Grupo Folha revê sua participação. Nosso objetivo é investigar as representações que os proprietários fazem do jornal, como procuram compor uma imagem única e os argumentos que utilizam para legitimá-la, no mesmo processo em que outras imagens são colocadas à mostra.

Entender como publicações de modesta repercussão em meados dos anos 60 que colaboraram com o golpe militar, praticaram a autocensura e deram voz à repressão

⁵⁷ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

política, se tornam símbolos do processo de redemocratização, indicam o poder das empresas capitalistas na sedução do consumidor e as contradições da história institucional na memória coletiva por um lado, mas por outro, traça caminhos de reflexão de como a sociedade brasileira lidou com os participantes e apoiadores do regime militar. Ao mesmo tempo em que ainda são eleitos alguns políticos a cargos públicos enquanto são expurgados outros representantes deste processo, não parecem nítidas para a maior parte da sociedade as articulações de poder não expressas apenas na figura de governantes, mas de amplos setores da sociedade de que a participação foi necessária para a sustentação de uma ordem política ditatorial. Ajuda-nos a lembrar acontecimentos e posturas e a reconhecer na atualidade as permanências e rupturas de processos políticos ditatoriais que não podem ser silenciados. Auxilia, também, no preenchimento de lacunas que refletem a dificuldade de parte da sociedade em identificar e assumir feridas abertas que se sente responsável por ter produzido. Lembrando Daniel Aarão Reis⁵⁸, é doloroso para a sociedade brasileira dita democrática compreender como participou de uma ditadura que institucionalizou a tortura como prática de contenção das oposições. Esta dificuldade gera a contradição de poucos personagens assumirem que colaboraram, a maioria hoje reconstrói sua história tentando provar que resistiu.

⁵⁸ REIS, RIDENTI e MOTTA, 2004.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO UMA IMAGEM: O JORNAL DAS DIRETAS

A Folha de S. Paulo nunca gozou, diante da opinião pública, de uma identidade política definida. (...) Com a perspectiva das Diretas Já, a Folha entrou no movimento, após uma curta indecisão, para dele sair como o jornal dos novos tempos.⁵⁹

1984 é um marco na história do jornal Folha de S. Paulo. Naquele ano, a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, aglutinou milhões de pessoas nas principais capitais do país⁶⁰. As Diretas-Já, como ficou conhecido este movimento, contava com a participação de diversas organizações da sociedade civil, de partidos políticos, centrais sindicais e movimentos sociais. As motivações que levaram estes diversos personagens a participar da campanha eram distintas e por vezes conflitantes, a defesa de eleições presidenciais diretas era o único ponto consensual. A Folha foi o meio de comunicação brasileiro que deu mais ênfase às manifestações e que utilizou a ampla cobertura dada para construção de uma auto-imagem para o jornal.

A reivindicação por eleições diretas fazia parte do contexto de transição da ditadura militar para a democracia finalizado em 1989. Este processo teve início com a crise econômica vivida a partir de 1973, quando era visível não só o considerável desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil do final da década de 60, como também suas conseqüências: aumento da desigualdade social e da concentração de renda e o êxodo rural. A dependência externa ficou evidente quando a crise internacional do petróleo gerou a diminuição das exportações brasileiras, a alta dos juros da dívida externa, o aumento da inflação e o colapso da produção agrícola. Neste contexto, o descontentamento com o governo cresceu entre as classes trabalhadoras que sentiam os efeitos diretos da crise na queda do poder de compra causado pela inflação, rebaixamento do salário mínimo, êxodo rural e desemprego.

A crise no padrão de acumulação capitalista gerou disputas também entre os setores burgueses que sustentavam e compunham o bloco do poder. A dificuldade em unificar estes setores podia trazer conseqüências consideráveis à manutenção dos governos militares e, sobretudo, questionamentos sobre a origem autocrática do poder

⁵⁹ MARCONDES, Ciro. "A Folha e as Diretas-Já". São Paulo: Revista Novo Leia, jan 85, ano 8, nº 75, p. 16 e 17.

⁶⁰ No comício realizado em São Paulo no dia 16 de abril de 1984, participaram cerca de 1,7 milhões de pessoas.

se permitisse a mobilização das classes trabalhadoras. Neste contexto, o presidente Ernesto Geisel lançou em 1974 o projeto de distensão política lenta, segura e gradual sob a direção do governo militar. Este projeto previa o alargamento progressivo da representação política visando passivizar os conflitos sociais e acomodar a pluralização dos interesses burgueses evitando assim a ruptura no bloco do poder. Uma das primeiras medidas neste sentido foi a diminuição da repressão e da vigilância aos organismos burgueses da sociedade civil, como o fim da censura à grande imprensa⁶¹. O Legislativo recuperou parte de suas atribuições e as eleições foram valorizadas como instrumentos de legitimação da ordem. O descontentamento popular, ainda tímido, foi expresso quase que exclusivamente através do voto de protesto, quando o partido de oposição⁶², o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), recebeu votações massivas em 1978.

A política de distensão de Geisel foi continuada pelo presidente João Baptista Figueiredo sob o termo de abertura política, a partir de 1979. O acirramento gradual das contradições do bloco no poder, causado pela crise econômica, e a emergência de protestos populares, aprofundaram a crise política vivenciada, e levaram o governo a realizar reformas institucionais para contenção dos conflitos nos marcos da ordem, como a reestruturação partidária, em 1979 e 1980, a promoção de eleições diretas para governadores de estados em 1982, o fim do AI-5 e a anistia política em 1979. No entanto, este processo não rompeu com a perspectiva autoritária do governo militar. O Executivo continuou com ascendência legal sobre o Legislativo e Judiciário, e os aparatos repressivos e de informação adquiriam novas funções, mas não foram desmontados nem desativados. Paulatinamente, apesar do governo militar ainda direcionar a abertura política, foram criadas condições para que os militares passassem a responsabilidade do processo de transição para setores da sociedade civil que compunham o bloco de sustentação do governo, garantindo a continuidade da autocracia burguesa já que o pleno desenvolvimento do capitalismo monopolista estava realizado.

A emergência de movimentos sociais e de protestos populares na cidade e no campo nesta etapa, era fator de preocupação para as classes hegemônicas levando-as a compor este processo de transição dirigido pela ditadura militar. Entre 1983 e 1984, foram muitas as greves desencadeadas no país, a maioria em decorrência da política de

⁶¹ O cerco à imprensa alternativa continuou.

⁶² O bipartidarismo criado através do Ato Institucional nº2, de 1965, pelo presidente Castelo Branco, extinguiu os partidos políticos existentes e criou um partido da situação (ARENA) e um da oposição (MDB) para legitimar o governo militar sem que necessariamente o MDB fizesse oposição política efetiva ao governo.

arrocho salarial, outras dada a reorganização dos trabalhadores em seus sindicatos e o processo de formação das centrais sindicais Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) ⁶³.

A Campanha das Diretas Já foi articulada em torno da proposta de emenda constitucional por eleições presidenciais diretas apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB) em 02 de março de 1983. Em junho daquele ano, foi formada uma Frente Suprapartidária para promover a campanha em nível nacional, mas as Diretas-já só tomaram fôlego em janeiro de 1984, nos comícios realizados em Curitiba e São Paulo. A Frente Suprapartidária aglutinava setores de oposição composto por movimentos sociais das classes trabalhadoras e setores de oposição burguesa. Alguns partidos políticos recém-criados, como o PMBD, haviam se fortalecido nas eleições diretas para governadores ocorridas em 1982. A ascensão da oposição burguesa aos governos de alguns estados reforçou a disposição de representatividade governamental de setores burgueses que se opunham à política econômica empregada e eram comprometidos com o fim da ditadura. Representantes destes partidos eleitos aumentaram a bancada oposicionista no Congresso permitindo a ampliação de sua autonomia diante do Executivo Federal.

Pretendendo participar da sucessão presidencial que se aproximava, muitos partidos se dedicavam a costurar alianças, sob uma perspectiva de conciliação e acomodação política. A campanha pelas diretas, ao mesmo tempo em que dava visibilidade aos políticos entre as classes trabalhadoras e garantia a associação do partido ao processo de retomada da democracia, por contar com a intervenção de setores e movimentos sociais antiautocráticos, feria a política conciliatória praticada. Muitos partidos se viram obrigados a participar dos comícios, apesar de atuarem no sentido de manter as reivindicações apenas em relação às eleições diretas, respirando aliviados quando a campanha foi derrotada e eles puderam retomar o processo de acomodação e conciliação políticas em vista das eleições presidenciais.

Neste processo, aproveitando a imagem positiva criada na opinião pública de participação na campanha, num processo de consentimento com o governo, foi criada a Aliança Democrática ainda em 1984. Contando com quase a totalidade dos setores governistas e da oposição burguesa em torno do PMDB, esta frente elegeu por via

⁶³ Sobre a retomada do movimento sindical e social na década de 80, ver SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

indireta Tancredo Neves presidente em 1985, mantendo a institucionalidade autoritária no governo e a tutela militar como condição de uma passagem tranqüila para a forma democrática de Estado.

Como na derrocada do golpe militar de 1964, a mídia teve destacado papel na campanha das Diretas-já. Desde o início do processo de distensão política, a maior parte da mídia apoiou a abertura dirigida pelo governo defendendo a transição de maneira ordeira. De início, era a imprensa escrita que dava mais destaque aos comícios, mas com o crescimento das manifestações, as redes de televisão tiveram que rever os boicotes à campanha, quando grande parte dos setores de oposição resolveram aderir⁶⁴. Progressivamente, a cobertura da campanha crescia nos diferentes veículos de comunicação nacionais e a Folha de S. Paulo foi o jornal da grande imprensa que com mais ênfase cobriu os eventos, ao ser o primeiro a declarar-se favorável à medida quando publicou o editorial “Por eleições diretas”, em 27 de março de 1983:

O êxito da tese das eleições diretas será tão menos improvável quanto mais firme e abertamente ela seja sustentada pelos setores da opinião pública que lhes são favoráveis. (...) Na atual situação de graves dificuldades econômicas e demandas sociais insatisfeitas, tal forma de escolha se apresenta como a mais apta a estabelecer vínculos sólidos e de confiança entre governos e sociedade.

Defendendo a superação da ditadura sob controle governamental como meio de fortalecer os laços do contrato social, o jornal promoveu uma pesquisa em abril daquele ano que confirmou ser este o caminho aprovado pela população em relação às eleições presidenciais. Dando continuidade à promoção do movimento, publicou matérias e editoriais em 1983 sobre as manifestações, mas a ampla cobertura dada à campanha pela Folha de S. Paulo veio somente após o comício realizado em 25 de janeiro. A primeira página do jornal do dia seguinte é constantemente rememorada no imaginário da campanha: abaixo da manchete “300 mil nas ruas pelas diretas”, uma grande foto da Praça da Sé, no centro de São Paulo, tomada por manifestantes.

Deste momento em diante, várias foram as iniciativas para promoção do movimento. A Folha de S. Paulo passou a defender o uso da cor amarela, símbolo da campanha. Em abril, a expressão “Diretas-Já” fazia parte da cobertura exaustiva que o

⁶⁴ Bernardo Kucinski, por exemplo, cita que “A campanha pelas eleições diretas de 1984, o maior movimento de massas ocorrido no Brasil desde os anos 60, foi ignorado pela TV Globo até o último minuto, quando a avalanche de adesões do campo liberal-conservador tornou o movimento quase irresistível e acabou por colocá-lo sob o controle das elites”. KUSCINSKI, 1998, p. 30.

jornal dava ao movimento, incluindo a publicação dos telefones de todos os congressistas para que os eleitores pressionassem o voto a favor da emenda Dante de Oliveira.

Quando a emenda foi rejeitada em 25 de abril de 1984, o jornal foi publicado com uma tarja preta e trouxe o editorial “Cai a emenda, nós não” ao lado do placar da votação do Congresso Nacional na primeira página. Chamando os congressistas de “fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura” avaliava que:

Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem. Nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da história se apresentou assim palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável. Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu, ante a surpresa de observadores locais e estrangeiros, o espetáculo de seu próprio talento para se organizar e manifestar com responsabilidade, energia e imaginação.⁶⁵

O jornal clamava pela preservação da “ordem, paz e tranqüilidade” em que acredita ter ocorrido a campanha e elogiava a sociedade brasileira, em sua demonstração de responsabilidade na participação do movimento. Em sua avaliação, os diferentes interesses políticos se uniram em torno de um objetivo que os parlamentares, representantes do povo, não respeitaram, apesar da pacificidade do movimento e de uma reivindicação exercida dentro dos limites da ordem. Esta defesa do jornal demonstra o grau de importância que era dado em seus editoriais às eleições diretas e às reivindicações populares através dos mecanismos de representação do Estado e em respeito à sua estrutura. Valdemar Gomes de Souza Júnior, analisando os editoriais da Folha entre 1961 e 1963, concluiu que para a publicação:

Estas seriam as características fundamentais do processo democrático: a existência e o funcionamento livre do sistema eleitoral, por meio do qual haveria uma transferência de poder do povo para os homens e partidos que representassem suas aspirações. As eleições funcionariam, assim, como um contrato, onde o povo detentor do poder transmitia ao destinatário (o Parlamento) o poder-fazer, embora não renunciasse a ele, mas apenas abria mão de exercê-lo diretamente. Ao fazer esta transferência de poder ocorreria uma delimitação e o estabelecimento de tarefas distintas para o povo e

⁶⁵ “Cai a emenda, nós não”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 26/04/1984.

para o governo. Ao primeiro caberia trabalhar ordeiramente e obedecer às decisões emanadas do Estado, ao segundo o executar e o decidir. A cada um caberia executar o seu papel, determinado naturalmente, de que deveria redundar o benefício de todos.⁶⁶

Apesar de referir-se ao período em que João Goulart presidia o Estado brasileiro, diversas passagens nos indicam que esta concepção foi mantida pela Folha de S. Paulo no decorrer dos anos 1980, como a passagem que analisamos anteriormente. O projeto editorial do jornal datado de 1986, por exemplo, esclarece que o jornal era a “favor de uma sociedade de mercado dotada de instituições políticas que possam viabilizar as pressões dos grupos excluídos das vantagens do desenvolvimento”⁶⁷.

Nas pesquisas que realizamos, compreendemos que para a Folha, a base de sustentação da democracia é o sistema eleitoral. O voto é o método primordial de participação da sociedade civil no governo, através do qual elege seus representantes que devem aplicar medidas visando minimizar as contradições sociais e assim os conflitos entre classes. Os eleitores, quando não se sentem contemplados nas decisões do governo, devem utilizar os mecanismos democráticos para pressioná-lo, como abaixo-assinados, moções, manifestações pacíficas ou através das próximas eleições. Não cabem, nesta ótica, manifestações que firam a ordem social burguesa ou que atrasem o desenvolvimento econômico. Em 1996, a empresa publicou sua concepção, que condiz com nossa análise:

Do ponto de vista político, sustenta a democracia representativa, a economia de mercado, os direitos do homem e o debate dos problemas sociais colocados pelo subdesenvolvimento. (...) Acredita que a democracia se baseia no atendimento livre, diversificado e eficiente da demanda coletiva por informações.⁶⁸

Concordando com a reivindicação de eleição presidencial direta a Folha, a partir de então, passou a cumprir um papel importante enquanto veículo de informação para setores da sociedade que passaram a vê-la como porta-voz de seus interesses. Encampanando a luta destes setores numa clara estratégia de marketing, conseguiu tornar-se a expressão daqueles que enxergavam o fracasso do regime militar e vislumbravam a

⁶⁶ SOUSA Jr. Valdemar Gomes de. **Os Editoriais da Folha de S. Paulo (1963-1964)**: evidência de uma solução bonapartista para a crise política. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 2007, pg. 139.

⁶⁷ Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1986.

⁶⁸ NOVO Manual da Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996.

possibilidade de mudanças. Enquanto um organismo da grande imprensa com respaldo financeiro para o investimento em propaganda e em cobertura jornalística, a Folha era favorecida para assumir o espaço ocupado até então pela imprensa alternativa. Os jornalistas da imprensa nanica, que resistiram à censura prévia e à censura empresarial desde 1969, foram lembrados posteriormente por sua ousadia e pelo papel que cumpriram apesar de muitos amargarem até hoje o afastamento de postos importantes na imprensa⁶⁹.

O resultado inesperado do crescimento das manifestações e a identificação da Folha com sua promoção passaram a ser usados como slogan nas campanhas publicitárias e reforçados constantemente em suas publicações. Em uma de suas campanhas, após mostrar manchetes publicadas pelo jornal, entre elas “300 mil nas ruas pelas diretas”, aparecia o slogan “Este país tem um alarme: Folha de S. Paulo”⁷⁰. Em reportagens e publicações que produziu sobre sua trajetória posteriormente, a participação da empresa na abertura política é reforçada como prova de sua imagem democrática. A primeira página do jornal que traz a foto da manifestação na Praça da Sé em janeiro de 1984 é constantemente rememorada no livro “Primeiras Páginas”, reeditado pela Publifolha, ano após ano. A imagem “pegou”, num esforço de rememoração constante dos “tempos de glória”.

Em 2003, o diário publicou a reportagem “Defesa das diretas fixou identidade da Folha”, com subtítulo “Em março de 1983, o jornal elegeu a volta da democracia plena como prioridade da agenda nacional; o restante da mídia não o acompanhou”. Ilustrada com imagens das páginas do jornal que comprovam o engajamento da Folha de S. Paulo e cronologias da campanha, a matéria descreve o processo de engajamento na campanha, destacando o papel desempenhado:

Em janeiro de 1984, a notícia emenda, informando se o político era pró-direta ou pró-indiretas. Nessa altura, o jornal já estava em plena campanha pró-diretas. Sintonizada com a maioria do eleitorado na busca pelo reestabelecimento da democracia plena no país, a Folha aprofundou suas transformações editoriais de meados dos anos 70, quando apostou no projeto de abertura política do governo Geisel, aparelhando-se para ocupar o espaço que se apresentava. (...) Quando o Congresso **rejeitou** a emenda, a Folha mais uma vez captou o sentimento popular: “A Nação Frustrada!” foi a manchete de 26 de abril.⁷¹

⁶⁹ KUCINSKI, 1998, p. 63 a 67.

⁷⁰ Esta informação foi localizada no caderno especial TUDO..., 2001.

⁷¹ “Defesa das diretas fixou identidade da Folha”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 23/11/2003.

Inflando sua participação no processo como pioneira entre os meios de comunicação na divulgação da campanha atendendo aos interesses de seus leitores, a Folha desconsidera outras publicações que resistiram à censura prévia e que muito antes defendiam o encerramento da ditadura, ao mesmo tempo em que reconhece que seu engajamento foi uma medida tomada em consonância com o projeto governamental.

Vários estudiosos e jornalistas reconhecem o papel desempenhado por este grupo de mídia, apesar de atribuírem significados distintos para o processo. Ciro Marcondes⁷², analisando a renovação da imagem do jornal, afirma que:

A posição da Folha no movimento das Diretas-Já foi a de organizadora em nível macrossocial e de divulgação do processo dirigido pelo Comitê Suprapartidário. Ocorre que nem o jornal nem o comitê imaginavam a forma explosiva com que tudo foi crescendo. (...) a Folha obteve os melhores lucros políticos (ideológicos) e econômicos.⁷³

O engajamento do jornal na campanha das diretas, tornou possível para empresa edificar uma imagem sólida a partir da repercussão de seu envolvimento neste processo. Octávio Frias de Oliveira, principal proprietário do jornal nesta época, considera que “a campanha das Diretas deu à Folha uma imagem muito boa” e que foi “onde a Folha realmente nasceu como um grande jornal”⁷⁴. Na avaliação do jornal: “Esta Folha não foi a primeira nem a única a exigir diretas-já. Mas não mediu esforços, desde o início, para que a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando”⁷⁵. É unânime a avaliação de que a emergência da Folha de S. Paulo como o maior jornal do país em circulação em 1986, foi resultado das reformulações colocadas em prática com o Projeto Folha e a defesa da Campanha das Diretas Já, aliadas à consolidação do grupo enquanto conglomerado de mídia.

A decisão de assumir o engajamento na campanha é apontada como advinda da proposta de Otávio Frias Filho, então secretário do Conselho Editorial do jornal, e do texto escrito a Octávio Frias de Oliveira pelo jornalista Ricardo Kotscho. Contudo, é consequência de um processo que iniciado em 1974, quando a Folha resolveu investir

⁷² Ciro Marcondes Filho, sociólogo e jornalista, é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo desde 1987.

⁷³ Marcondes, 1985, p. 16 e 17.

⁷⁴ OLIVEIRA, Octávio Frias de. In: DINES, Alberto e outros org. **Histórias do Poder** - 100 anos de política no Brasil. Volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil. São Paulo, Editora 34, 2000, p. 384.

⁷⁵ CAI..., 26/04/1984.

na abertura política, num claro apoio ao governo. A defesa dos princípios democráticos na imprensa, foram apresentados neste ano para os proprietários pelo jornalista Cláudio Abramo. Segundo os documentos da empresa, Abramo expôs neste ano a Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho, na reunião batizada como “Encontro de Nova York”⁷⁶, a necessidade de mudanças significativas na linha editorial do jornal, tendo em vistas as promessas de abertura política anunciadas pelos governos militares. O jornalista argumentou que era preciso mudar porque “o golpe estava esgotado” e o presidente Geisel já havia iniciado o processo de abertura política e reduzido a força dos militares. Octávio Frias de Oliveira concordou com as propostas sugeridas, segundo Abramo, por:

(...) razões de competição de mercado. O Estado podia ficar na oposição sem perder o prestígio, pois era e sempre foi do establishment; sobre o Estado nunca pesou uma ameaça real. A Folha podia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. Ao contrário de hoje, não fazia parte do poder. Frias percebeu então que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa.⁷⁷

Nesta passagem, Cláudio Abramo mostra como o apoio às suas propostas apresentadas aos proprietários do grupo Folha, relacionadas à abertura política, foi resultado da compreensão da inevitabilidade da democracia, acenada pelo próprio governo, e diante dos objetivos comerciais da empresa, não enquanto um princípio defendido pelo jornal em qualquer contexto. A Folha de S. Paulo acabou por atuar como linha de apoio do governo e aproveitou-se das oportunidades do momento para o crescimento do jornal. Utilizando formatos e personagens que já atuavam na imprensa alternativa como demonstração da disposição por mudanças⁷⁸, vários jornalistas considerados opositores ao regime militar, como Alberto Dines e Mino Carta, foram chamados para compor o corpo redacional. Os editoriais voltaram a circular e foi inaugurada a Página Três, um espaço de debate aberto às algumas análises do quadro político nacional, conhecida nos dias atuais como a seção “Tendências e Debates”.

⁷⁶ Segundo Abramo, o jornalista Carlos Castelo Branco intitulou assim o encontro. ABRAMO, C. 1988.

⁷⁷ Ibidem, p. 88.

⁷⁸ Bernardo Kucinski cita que a formação do conselho editorial do jornal em 1978, foi baseada na experiência da imprensa alternativa. KUCINSKI, 1998.

A decisão de defender a retomada da democracia começou a tornar-se visível nas publicações da Folha de S. Paulo a partir de 1978. Em 07 de maio daquele ano, quando da volta da emissão dos editoriais⁷⁹, o jornal afirmava que:

se a situação política e seus possíveis desdobramentos se apresentam hoje em traços obscuros e indefinidos, torna-se por outro lado cada vez mais evidente o corte vertical que separa uma sociedade em emergência, modernizadora e reivindicante, de uma sociedade em obsolescência, retrógrada e agarrada a situações já superadas ou em fase de superação. A imprensa tem indubitavelmente aí um papel a cumprir, no sentido de concorrer para que essa contradição se resolva de forma positiva, rápida e menos traumática possível. O Brasil já não é o ‘Brasil de amanhã’ de ontem.⁸⁰

Atribuindo à imprensa um papel preponderante no processo de abertura política, a Folha destacou em suas edições a necessidade de liberdade de imprensa, a defesa da anistia⁸¹, os novos rumos propostos pelo governo e as reivindicações populares crescentes. O jornal considerava que a ditadura já estava esgotada e que as contradições decorrentes de seus estertores, deviam ser superadas de forma menos traumática possível. Era necessário que a abertura política continuasse sem abalos profundos para manutenção do estado autocrático.

O ano de 1980 se iniciou na Folha de S. Paulo com um balanço feito da década anterior, da qual afirmava termos herdado “um fardo bastante pesado” em relação à política econômica praticada nos últimos anos, à ausência de liberdade de expressão e, no mesmo processo, às ações dos grupos guerrilheiros de luta armada que acabavam por justificar a repressão. Por outro lado, a criação de espaços democráticos à margem do regime, obra de diversas organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) segundo análise da empresa, são apontados como responsáveis por trazer à tona o “fosso existente entre o Estado e a Sociedade Civil”. Nesta década, afirma o jornal, “descobriu-se (a sociedade civil), definitivamente, que palavras como ‘cidadania’, ‘república’, ‘liberdade’, ‘independência’ e ‘democracia’ devem sair da retórica formal para a construção do país real”⁸². A Folha clamava pelo fim da ditadura militar, com argumentos que ignoram

⁷⁹ Os editoriais foram suspensos pelo jornal em setembro de 1977, quando da prisão do jornalista Lourenço Diaféria.

⁸⁰ “Nosso Direito e Nosso Dever”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 07/05/1978.

⁸¹ Segundo o caderno especial “Tudo sobre a Folha”, publicado em 2001. O movimento pela anistia política foi uma das principais bandeiras no processo de redemocratização, nos anos 70.

⁸² “A Década da Incerteza”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01/01/1980.

que setores da sociedade civil defensores naquele momento da democracia, haviam sustentado os militares no poder e foram responsáveis em manter a cidadania e a liberdade na dimensão retórica.

Estes valores democráticos sublinhados acima, são ressaltados novamente nos debates sobre a convocação da Assembléia Nacional Constituinte que “não pode ser deliberada num quadro de exclusão da cidadania, nem de limitação da expressão e da organização de tendências políticas ou da opinião em geral”⁸³. Para o jornal, significava mais do que a revisão da principal legislação de um país, trazia o debate sobre “o estabelecimento das bases livres e iguais em que um povo se reconhece como cidadãos de uma mesma sociedade e, para isso, define a ordem social e política que melhor se amolda à sua convivência. Somente em seguida se coloca a questão de como a sociedade se governa e a quem se delega tal função”⁸⁴. A Folha assumia a defesa da participação da população nos organismos do governo e nos processo de sua legitimação.

Em clara referência às atitudes tomadas pela Folha de S. Paulo, em sua leitura, durante o regime militar, a função da imprensa “sobretudo a que conseguiu se manter independente nessa década” é apresentado como de fundamental importância “no estabelecimento de um espaço crítico: acuada aqui, repontou ali com mais força e lucidez”⁸⁵. O editorial datado de 19 de fevereiro de 1981, intitulado “Os Caminhos da Transição”, ressalta a necessidade de liberdade de imprensa⁸⁶ para o cumprimento da “função primordial da imprensa nesta quadra (que) é a de fazer presentes aos olhos da sociedade e aos ouvidos dos governantes os caminhos da transição”. Se por um lado esta afirmação confirma a disposição da Folha pela transição, por outro, não revela como esta postura foi assumida em apoio à ditadura, entrando em contradição com o papel destacado da imprensa de mostrar aos governantes a necessidade da democracia. Ao contrário, a grande imprensa compactuou desde a década de 1970 com o processo de transição negociada dirigida pelo governo militar que, aos poucos, devolveu a condução do poder para os civis.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ “Constituinte com Legitimidade”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/01/1980.

⁸⁵ A DÉCADA..., 01/01/1980.

⁸⁶ Possivelmente pelo enquadramento do diretor de redação Boris Casoy na Lei de Imprensa, nos primeiros dias daquele mês.

Nas publicações das comemorações dos sessenta anos da empresa, em 1981, foram apresentados depoimentos de políticos, leitores e jornalistas que reconheciam as disposições da Folha de S. Paulo no processo de abertura política:

Embora com convicções político-filosóficas diversas, conflitantes até, (vários colaboradores) foram unânimes em ressaltar a linha democrática, pluralista, mantida pela Folha e sintetizada na Página Três do jornal, na qual suas contribuições são publicadas.⁸⁷

São destacados os depoimentos proferidos pelo senador Jarbas Passarinho: “Um jornal que é o símbolo de um regime livre” e por Luis Carlos Bresser Pereira, colaborador do jornal⁸⁸ à época, que afirma “a Folha ser hoje não apenas um dos grandes jornais nacionais, mas também o veículo de abertura democrática neste país”. O destaque dado nas páginas do jornal aos depoimentos, e os títulos utilizados como “Almoço destaca caráter aberto da Folha” e “A harmoniosa convivência dos contrários”, mostram que o jornal fazia questão de afirmar esta imagem em processo de construção utilizando para legitimá-lo personagens que refletem a política de conciliação levada a cabo na abertura política por setores burgueses.

Jarbas Passarinho, em 1981, era presidente do Senado Federal. Durante o regime militar, o tenente-coronel filiado ao partido do governo Arena (Aliança Renovadora Nacional), foi governador e senador pelo Pará, ministro do Trabalho e da Educação. O destaque dado à fala ao senador, esclarece ao público leitor a participação Folha na abertura política direcionada pelo governo militar. Tanto é que, em 28 de agosto de 1980, quando três atentados a bomba à sede da OAB e à Câmara dos Vereadores e à sede do jornal “Tribuna da Luta Operária” mataram uma pessoa e feriram seis, o jornal publicou editorial concordando com a avaliação de Jarbas Passarinho de que este ato tinham como objetivo desestabilizar o governo do presidente Figueiredo:

Essa interpretação reflete a realidade: com todas as críticas e restrições que possam ser feitas, é fato incontestado que o Presidente tem procurado promover o reencontro da Nação com a sua vocação democrática.

Recuos nessa caminhada só podem interessar a forças obscurantistas. E a esta altura do acontecimento, ante crescente onda de violência

⁸⁷ “A Harmoniosa Convivência dos Contrários”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/02/1982.

⁸⁸ Colaborador, segundo o Manual de Redação, é a “pessoa que tem seu trabalho publicado pela Folha sem vínculo empregatício. Pode ser freelancer ou colaborador especial. O colaborador especial é a pessoa que se destaca em área de atuação externa à Folha.” **Manual de Redação**. Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 109.

política nacionalmente coordenada, não pode haver dúvida sobre os desígnios totalitários que por trás dela se escondem. A intenção, repita-se, é comprometer a abertura.

O momento é difícil e por isso mesmo exige não só uma decidida ação das autoridades no sentido de pôr cobro a esse retorno à barbárie, como uma verdadeira mobilização da consciência nacional em torno da preservação dos caminhos apontados pela abertura política”.⁸⁹

Reforçando a necessidade da abertura política conduzida pelo governo, a Folha atribui caráter totalitário aos grupos que promoveram os atentados, mas não atribui sequer uma postura autoritária ao governo ditatorial. O presidente é enaltecido por mostrar-se preocupado em promover a “vocalização democrática” do povo brasileiro. Esta era a função da imprensa neste período, segundo a Folha: Apoiar o governo e rechaçar aqueles que se manifestavam fora dos limites do estado.

Começa a tornar-se visível a associação que o jornal fazia de sua imagem a este processo, cumprindo a função a que era destinada e aparecendo aos leitores como defensora de democracia. Contudo, faltavam as bases para esta imagem. Entendeu-se não ser possível definir a atuação da Folha de S. Paulo neste processo de redemocratização, sem a compreensão de como fora possível alcançar aquele patamar, qual era a trajetória da empresa, de seus proprietários e jornalistas. Resolveu-se investir na edificação da história da empresa, num movimento de “colagem” dos diversos momentos de sua existência, visando à emergência de uma memória que traçasse uma trajetória do grupo até os acontecimentos contemporâneos. Buscando dar unidade a um conjunto de fragmentados recortes, objetivava dar visibilidade a um grupo de mídia que até então possuía publicações de vertentes diferenciadas e que, ao longo de sua trajetória, teve diferentes proprietários, o que dificultava sua apresentação ao público leitor com uma imagem definida.

Os esforços neste sentido foram resultados principalmente das iniciativas de Otávio Frias Filho, então secretário do Conselho Editorial e um dos herdeiros do conglomerado. Sua preocupação com a imagem e a história da empresa se reflete no investimento da construção de um livro sobre a história do jornal. Otávio propôs a realização aos historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, em 1979. Mota, que era professor de História Contemporânea e História das Idéias na USP, orientara Capelato em sua dissertação de mestrado “O Pensamento Liberal de ‘O Estado de São Paulo (1927-1933)’”, no ano de 1977. O historiador era também colaborador da

⁸⁹ “Contra a abertura”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 28/08/1980.

Folha de S. Paulo à época, de onde decorre a sugestão do trabalho pela empresa. Capelato por sua vez, especializava-se nos estudos sobre imprensa, não só em sua dissertação de mestrado, mas na publicação de “O Bravo Matutino” com Maria Lígia Prado em 1980, obra sobre a ideologia do jornal “O Estado de S. Paulo” na década de 30.

Especialistas da pesquisa da imprensa na História, os autores aceitaram o desafio de produzir um livro sobre o Grupo Folha apesar do curto espaço de tempo disponível, menos de um ano, e da história da imprensa no Brasil se constituir um “campo relativamente virgem” à época ⁹⁰. Dada estas problemáticas, advertem que o produto final deve ser entendido como “um estudo preliminar, exploratório e tão somente indicativo” ⁹¹.

A motivação da obra, segundo Mota, era a necessidade da construção de um passado para o jornal que fizesse sentido às decisões do presente:

Apenas três ou quatro jornais brasileiros já têm uma história, uma tradição. A idéia de tradição é muito forte, serve para desqualificar os outros. Ora, 60 anos já são um lapso de tempo bastante significativo. De outro lado, a empresa está jogada nos conflitos mais recentes da questão da abertura, da questão da Constituinte, posição tomada em editorial. A gente começa a pensar: bom, mas como é que se chegou a isto? Então, é a busca dessa trajetória e, ao mesmo tempo, a busca de um projeto atual. ⁹²

A trajetória interna da empresa, portanto, é investigada sob uma perspectiva memorialística, que utiliza argumentos auto-legitimadores e conservadores, claramente indicados na conceituação de tradição e história. Estas motivações no investimento da produção do livro “História da Folha de S. Paulo” se tornam nítidas não só pelas declarações documentadas, mas pelo fato de seu lançamento fazer parte das comemorações dos 60 anos da empresa. Publicado pela Impress, editora do Grupo Folha, em 07 de dezembro de 1981, o evento foi antecedido por anúncios no jornal e matérias detalhando os processos que levaram à sua produção, como foi organizado, quais as fases da história da empresa estudadas. Na reportagem publicada em 29 de novembro, os autores assim definem seu trabalho:

⁹⁰ Esta é uma postura que nos surpreende dada a formação sobre imprensa que os autores possuíam, já que afirmá-la significa negligenciar produções anteriores sobre a temática. Podemos citar a título de exemplo, as obras produzidas por Werneck Sodré, Hermam Lima, Max Fleiuss e Monteiro Lobato.

⁹¹ MOTA e CAPELATO, 1981, pág 3.

⁹² “Características distintas marcam as quatro fases”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/11/1981.

É uma história para a discussão dos projetos políticos e ideológicos de cada momento, numa linha cronológica. São 60 anos de jornal, de um jornal que agora está em busca de sua memória. É uma proposta, não é um livro fechado.
93

Em suas páginas, são discutidos os diferentes momentos da história da empresa, seus proprietários e os projetos políticos que acabavam por influenciar a confecção da notícia. As oscilações nas orientações empresariais levam à divisão desta trajetória em quatro fases, delimitadas de acordo com os proprietários, que pouca continuidade apresentam entre si.

A primeira fase, compreendida entre a fundação da Folha da Noite em 1921 por jornalistas do O Estado de S. Paulo e a venda do jornal em 1931, é caracterizada pelos autores, por uma proposta de jornal que expressava a ideologia da classe média e se aproximava, mesmo que timidamente, do operariado. Nesta perspectiva, o papel urbanista e fiscalista de suas publicações, foi perdido quando o jornal foi vendido em 1931 a um fazendeiro de café, Octaviano Alves de Lima, em que os interesses da lavoura, sob perspectiva elitista, passaram a ser reforçados.

Considerado como de pouca expressão nacional, as duas primeiras fases da Folha, são analisadas como demonstração das mudanças nas defesas políticas do jornal no livro, apesar de ser ressaltado um começo relacionado aos interesses das classes médias, setor social que a empresa assume defender em várias passagens de sua história. Esta preocupação estritamente política da função social da imprensa começa a ser alterada, para Mota e Capelato, durante a terceira fase da empresa. A gestão liderada por José Nabantino Ramos, a partir de 1945, é apontada como responsável por trazer uma nova visão empresarial para a Folha, com o emprego de técnicas diferenciadas de confecção da notícia que se balizavam em princípios como imparcialidade e neutralidade, mas que na prática foram negligenciados, já que o jornal defendia algumas políticas públicas e criticava constantemente o populismo.

A crise econômica que atingia o país e a maior parte das empresas jornalísticas no início da década de 60, a dificuldade em conseguir empréstimos, a timidez editorial, os problemas encontrados na racionalização do trabalho da redação e a greve dos jornalistas em 1961, são apontados como os fatores que levaram Nabantino Ramos a vendê-la em 1962, a Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira. Os novos proprietários, segundo a análise, encontraram a empresa em situação preocupante e

⁹³ “A História da Folha. Tema de Livro”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/11/1981.

decidiram investir na recuperação do empreendimento, adquirindo equipamentos para a confecção do jornal, investindo na distribuição dos produtos ao constituir uma frota de veículos, e “modernizando” as relações trabalhistas. A análise destes períodos da gestão Frias e Caldeira, realizada pelos autores, sobressalta a fundação das bases empresariais, caracterizando-os como reorganização financeiro-administrativa (1962 e 1967) e “revolução” tecnológica (1968-1974).

A política editorial não é considerada prioridade na prática dos proprietários, devido:

(...) à própria concepção empresarial do novo grupo, fundamentalmente voltado para a esfera da circulação. De fato a Folha desse período não melhorou substancialmente em termos de qualidade do noticiário ou dos editoriais. É no setor administrativo que se vão notar alterações substanciais.⁹⁴

De acordo com a obra, os proprietários pouco interferiam na redação. Mantidos praticamente todos os jornalistas da época de Nabantino, os autores apontam que os editoriais e reportagens do jornal continuaram a ser produzidos seguindo os mesmos princípios da gestão anterior ao “atuar com extrema imparcialidade – na perspectiva liberal tradicional – abrigando e ouvindo opiniões contrárias, mas evitando se posicionar claramente. Imaginava-se buscar ‘neutralidade’”⁹⁵.

Esta imagem apresentada de distância dos proprietários em relação à política editorial, expressa na manutenção de princípios defendidos por Nabantino e de seus jornalistas, indica que o conteúdo publicado no período não passava necessariamente pelo crivo dos proprietários e que, por isso, pode ter sido produzido à revelia de seus interesses ou sem receber a atenção necessária. Este tipo de análise acaba por eximir Frias e Caldeira da responsabilidade de defesas expressas pela Folha de S. Paulo nos primeiros anos de sua gestão. Nesta ótica, a preocupação dos proprietários estaria voltada apenas à reorganização da empresa, na primeira fase e, na segunda, a colocar em prática a “revolução tecnológica” na composição do jornal.

Em relação à ascensão dos militares ao poder, a obra reconhece que o jornal era anti-janguista e que por este motivo “o golpe de Estado de 1964 foi bem recebido pela Folha”⁹⁶, como por toda a imprensa brasileira e que, em editorial, “chegou a sugerir ao

⁹⁴ MOTA e CAPELATO, 1981, p. 190.

⁹⁵ Ibidem, p. 189.

⁹⁶ Ibidem, p. 189.

presidente Humberto Castello Branco medidas para regeneração social”⁹⁷. Foram publicados editoriais criticando ações contra a sociedade civil, como a prisão dos professores da USP num movimento analisado como de protesto às medidas governamentais e de “distanciamento ao apoio incondicional ao movimento de 1964”⁹⁸.

Percebemos claramente no debate deste contexto, que os autores procuraram a todo momento legitimar as ações da Folha de S. Paulo em relação ao golpe, eximindo-a inclusive de ter participado como se fosse algo externo à imprensa. No mesmo movimento, 1968 é datado como o fim do apoio da Folha ao regime, quando iniciou-se a censura à imprensa e o jornal “adotaria o silêncio tático contra os destemperos da nova ordem militar”⁹⁹. Seguindo este raciocínio legitimador, obedecer a censura significa resistir e não capitular. A afirmação de “resistência” neste contexto é baseada em quanto o jornal teria sofrido durante a censura, já que “diversamente de outros jornais, não possuía censores em sua redação” e por isso “o exercício da autocensura era mais dificultoso”¹⁰⁰, quando na verdade era internalizado e aceito por decisão empresarial.

A manutenção pela empresa de Cláudio Abramo, “um dos mais combativos jornalistas do País”¹⁰¹, também é apontada como uma prova de como o jornal não se deixava convencer. Na obra, Abramo é apontado como um dos responsáveis pelas reformulações editoriais iniciadas na década de 70 e este processo é intitulado de “escala crítica” do jornal, que começou com a mudança na terminologia, naquele ano, de “revolução” para “movimento militar”.

Mota e Capelato, em sua análise da atuação do jornal entre 1968 e 1974, assumem a imparcialidade pregada pelo jornal, chegando a legitimar não só uma neutralidade da empresa, como uma suposta resistência em relação ao governo. Quando indicam que a Folha começa a publicar críticas ao governo em suas páginas, afirmam que o faz sem “saber exatamente por onde passava a linha daquela nova política”¹⁰². Suaves, as críticas eram inseridas em meio a fartos elogios. Em relação à Geisel, por exemplo, a direção da empresa diz ter adotado “uma tática ditada pela necessidade de assumir uma atitude crítica, mas salvaguardar a imagem do Presidente”¹⁰³. Por outro lado, o jornal apresentava constantes elogios à política econômica, responsável pela

⁹⁷ MOTA e CAPELATO, 1981, p. 189.

⁹⁸ Ibidem, p. 189.

⁹⁹ Ibidem, p. 196.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 207.

¹⁰¹ Ibidem, p. 205.

¹⁰² Ibidem, p. 208.

¹⁰³ Ibidem, p. 216.

renovação do parque tecnológico da empresa, entendida como necessária ao desenvolvimento da democracia. A empresa tomava este tipo de atitude, classificada na obra como “escala crítica” porque “desaconselhava qualquer ação que não fosse ‘lenta, evolutiva, embora só comportando alterações graduais’”¹⁰⁴.

Nessa medida, com habilidade, a ‘Folha ia sondando o terreno, falando do novo projeto, usando pragmaticamente Maquiavel para contrapor a ‘renovação’ e a ‘democracia’ à hierarquia. Ao leitor de hoje, essa posição talvez soe banal e tímida. Mas a 15 de março de 1974, numa era de selvageria política, essas palavras implicavam uma certa ousadia política.”¹⁰⁵

As críticas que supostamente a Folha faz em relação aos governos militares neste período, são enaltecidas pelos autores como prova de sua resistência que, progressivamente, ia aparecendo no noticiário como que acompanhando as possibilidades apresentadas pelo governo e para resguardar sua sobrevivência. Ao apontarem a habilidade com que a Folha desenvolveu este processo, e ao considerarem esta atitude como de “certa ousadia política”, Mota e Capelato não só legitimam a conciliação do jornal com o governo como transformam a situação em uma atitude positiva para a empresa. A obra aponta que as críticas aos governos militares chegaram ao auge em 1978 e permitiram que a Folha de S. Paulo ganhasse dimensão política ao defender, entre outras coisas, a necessidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1980.

As alterações na linha editorial do jornal que defendeu o golpe em 1964, passou a criticar o governo a partir de 1974 mesmo que superficialmente, e levantou a bandeira da democracia em 1978, colocam a empresa, para Mota e Capelato, no limite da contradição da imprensa burguesa. Mesmo tendo feito contundentes críticas ao regime político fechado e tendo demonstrado capacidade de assimilação das diferenças em nome da liberdade de imprensa - quando criou as páginas de opinião -, o jornal, como todos os veículos de comunicação da grande imprensa, apóia e ajuda a manter a dominação de uma classe social no poder sob a aparência de um regime democrático. Utilizando-se da conceituação proposta por Florestan Fernandes¹⁰⁶, os autores afirmam que a mídia é parte integrante do modelo autocrático de poder, em que pese algumas

¹⁰⁴ MOTA e CAPELATO, 1981, p. 217.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 225.

¹⁰⁶ FERNANDES, 1975.

ocasiões que a imprensa contesta aspectos da política governamental, não significa que se posiciona contrariamente a estrutura do estado. Este é o caso da defesa do processo de redemocratização, que teria sido mais um reflexo do contexto vivido do que uma defesa permanente.

A sua eventual ousadia verbal, permitida pela abertura, não pode garantir que se tornariam (desde liberais até comunistas) insensíveis a acenos do poder, contanto que estes lhes fossem dirigidos com suficiente empenho. (...) De outro lado, devido à mobilização parcial da sociedade civil esses setores se encontram agora numa situação favorável.¹⁰⁷

Estas posturas contraditórias da Folha de S. Paulo refletem, para os autores, a tradição política da “conciliação” da elite brasileira, citando Michel Debrun¹⁰⁸. Nesse sentido, a defesa pela Folha de S. Paulo dos valores democráticos em fins dos anos 70, é compreendida como possível dada a conjuntura política e os interesses das elites que convergiam neste caminho.

Estas análises finais apresentadas na conclusão da obra, destoam daquelas presentes na construção dos capítulos. As observações dos autores sobre a tradição de conciliação da elite brasileira passam quase despercebidas para o leitor. Parece que reconhecer a contradição da atuação do jornal no processo de redemocratização e durante a ditadura, em poucas páginas, contradiz o conteúdo geral na medida em que não explicita estas tensões em seu desenvolvimento.

Não podemos deixar de apontar que o fato da obra ter sido encomendada pela empresa, pode ter influenciado algumas análises apresentadas, assim como as críticas ao jornal presentes apenas na conclusão. A identificação do período de censura à imprensa, entre 1969 e 1974, como de resistência, por exemplo, apresenta contradições. Apesar dos autores afirmarem que o jornal operou em “low profile”¹⁰⁹, que silenciou para sobreviver, em outras passagens sublinham que foi além do simples relato dos fatos e que sua postura liberal não teria agradado o regime.

Vários indícios nos levam a acreditar que, de fato, os autores não sofreram pressões por parte da empresa na elaboração do documento. Mota e Capelato chegam a frisar: “Nós não podemos dizer que sofremos nenhum tipo de censura. Aliás, o Sr. Frias

¹⁰⁷ DEBRUN, Michel. “A Volta da Conciliação Tradicional”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 05/10/1980.

¹⁰⁸ Michel Debrun (1921-1997), filósofo francês, foi professor emérito da Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo.

¹⁰⁹ Podemos compreender a expressão como um comportamento deliberadamente discreto.

se recusou a discutir conosco qualquer coisa do livro”¹¹⁰. No entanto, o jornalista Mino Carta, avaliou em artigo publicado um dia antes do lançamento, que o livro, resultado de um trabalho honesto de pesquisa, é:

Muito bonito, muito democrático, mas, ao ler certas passagens, não consegui furtar-me à impressão de que os autores, enquanto se preocupavam em não compor uma sinfonia de louvação à Folha, faziam média com variadas patotas e interesses paroquiais, e com o fanatismo do Apocalipse que, às vezes, medrou (infelizmente) dentro da categoria jornalística. Com o que fiquei tomado pela sensação que nem sempre a imparcialidade de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato logrou ser realmente imparcial.¹¹¹

A imagem que fica da obra é da colagem de diferentes proprietários e políticas numa única história, tendo como elemento de ligação os nomes dos jornais e a defesa de princípios baseados na concepção de imprensa como um organismo que deve informar de maneira imparcial e pluralista o leitor. Na prática, os autores demonstram diversas passagens em que esta “imparcialidade” é nitidamente ausente. Nas primeiras fases, são apontados como responsáveis pelas decisões editoriais os proprietários, enquanto na última, esta responsabilidade só é atribuída a Frias e Caldeira no período de defesa da abertura política. No apoio ao golpe militar, os proprietários estão ausentes da redação, enquanto durante a censura à imprensa, resistem.

A imagem que permeia, portanto, toda a trajetória da Folha de S. Paulo, segundo a obra, é a busca da imparcialidade que, adicionada à independência editorial possível nos anos 70 e a característica identificada de “jornal da classe média”, cria as condições que se encaixam perfeitamente na defesa da democracia vivenciada no processo de produção das análises. A identificação do período de censura à imprensa como um período de “resistência”, também corrobora neste sentido. Podemos concluir assim, que a “História da Folha de S. Paulo” cumpriu com os objetivos para qual foi projetada. Todas as publicações posteriores, produzidas pela empresa ou por acadêmicos, a tomam como ponto de partida, tanto para as críticas quanto na reprodução das conclusões desenvolvidas. Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, neste sentido, podem ser considerados os ideólogos da Folha de S. Paulo, já que foram os responsáveis por trazer a público a trajetória da empresa, a edificar sua memória e assim permitir a construção de sua auto-imagem.

¹¹⁰ “O Fim de uma Época Ainda Romântica”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/11/1981.

¹¹¹ CARTA, Mino. “Análise Imparcial”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/12/1981.

O lançamento do livro representou um marco fundamental para a construção da imagem do jornal Folha de S. Paulo e seu crescimento nos próximos anos, mesmo que tenha recebido críticas de seu idealizador, Otávio Frias Filho, que avaliou na data do lançamento “que o trabalho dos autores poderia ter prescindido do caráter historiográfico nitidamente acadêmico”. Para ele, o livro, “negligencia o discurso oral (...) Eu, particularmente, teria colocado uma epígrafe como ‘se não é verdade, é bem provável’”¹¹². A preocupação com este caráter acadêmico manifesta pelo secretário do Conselho Editorial, se reflete nas produções posteriores sobre a empresa, não mais produzidas por historiadores, mas por jornalistas.

De qualquer forma, estava pronta a base histórica em que pudesse ser baseada a imagem do jornal relacionada ao processo de redemocratização brasileiro. Era necessário, contudo, o desenvolvimento de um projeto de jornal que indicasse o caminho a seguir, no mesmo movimento em que se reforçava a imagem da Folha de S. Paulo associada à defesa de princípios democráticos.

Quando em 1974 Cláudio Abramo e os proprietários da Folha de S. Paulo iniciam um processo de reformulação do jornal, devido aos novos tempos indicados pelo governo militar diretamente à empresa, a formulação de um projeto editorial passa a ser uma preocupação central para o sucesso deste processo. De acordo com nossas pesquisas, até o início dos anos 80, não havia uma definição documentada da forma e do conteúdo das publicações e de como deveria ser tratado cada tema, para nenhum jornal do Grupo Folha. Com este objetivo seria criado em maio de 1978 o Conselho Editorial, organismo responsável por reformular a política editorial da Folha de S. Paulo.

Contando com nomes como Alberto Dines, Samuel Wainer, Boris Casoy, Luís Alberto Bahia, Odon Pereira e Cláudio Abramo, o órgão era secretariado por Otávio Frias Filho, que começava a fazer parte efetivamente das decisões da empresa a partir de então. Começaram a ser produzidos documentos de circulação interna por este conselho que indicavam a postura editorial a ser assumida pelo jornal, ao mesmo tempo em que eram projetadas as medidas necessárias para o crescimento da empresa e o sucesso editorial do principal jornal do grupo. O conjunto destes documentos ficou conhecido como “Projeto Folha”.

A primeira tarefa realizada foi um “Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político”. A partir de uma análise

¹¹² “A História da Folha é lançada em livro”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 08/12/1981.

histórica do desenvolvimento da sociedade brasileira, surgem os pontos a serem discutidos como tendência editorial do jornal. A crítica feita ao regime militar, expressão política do capitalismo concentracionista, aponta principalmente para o fato de naquele momento, o regime se tornar obsoleto ao não atender aos interesses e necessidades de camadas cada vez mais significativas da sociedade. Os militares, nesta perspectiva, haviam cumprido a necessidade histórica de modernização do país e do capitalismo. A crise econômica brasileira que estourou em 1974 e a política de distensão anunciada pelo governo, são apontados como sinais perceptíveis de que o modelo desenvolvimentista daquele período estava esgotado e a sociedade civil abria espaços de discussão em prol da reivindicação democrática, estimulada pela ação da imprensa que passava a informar e opinar com mais liberdade. Nesse sentido, em 1978, o Conselho Editorial acreditava que a linha editorial a ser seguida pelo jornal, deveria primar pela preservação e ampliação destas defesas, num processo de conscientização social da necessidade de implantação de um regime democrático. Isto porque, quando a sociedade “estiver suficientemente organizada nesse sentido, a superação do atual estado de coisas já terá sido conseguida”.

Esta é uma análise de que o papel da imprensa era fundamental no alargamento dos espaços de discussão e, conseqüentemente, na retomada da democracia. Sua ação, baseada na conscientização, propiciaria tal alargamento do debate que, “naturalmente”, a abertura política ia passar a ser uma demanda majoritária da sociedade civil. A Folha acreditava que o aprofundamento deste processo entre a população, poderia refletir também nas ações do Estado que, no Brasil, segundo ela, possui uma tendência de antecipar-se às reivindicações sociais. As perspectivas das mudanças, nesse sentido, eram entendidas mais uma questão da abertura de espaço político do que de tempo, já que o próprio Estado se encarregaria de possibilitar uma participação mais democrática na política. Cabia à sociedade apenas entender e difundir a abertura para que os representantes do povo percebessem sua necessidade e se dedicassem a realizá-la.

Na promoção do debate das questões a serem aprofundadas para o sucesso desta estratégia, foram apontados os seguintes temas: melhores condições de vida, organização de um regime democrático, liberdade de informação, fortalecimento de organismos da sociedade civil, distribuição mais equitativa da sociedade civil, submissão de toda economia ao interesse social e preservação da identidade cultural brasileira. Estes pontos foram abordados posteriormente em editoriais, reportagens ou discussões internas, com a finalidade de refletir os rumos a serem seguidos.

Os documentos produzidos posteriormente dão maior atenção ao modo de produção das notícias, não se concentrando apenas no papel que a imprensa deveria assumir para o sucesso da abertura política e do seu empreendimento. Esta mudança nas orientações projetadas se deve ao pedido de demissão de Cláudio Abramo em 1979, já que os pontos abordados anteriormente e a preocupação redobrada sobre o fim da ditadura eram reflexões apresentadas pelo jornalista¹¹³. O Projeto Folha muda seus questionamentos centrais a partir de então, sob a coordenação de Otávio Frias Filho, que poucos anos depois assumiu a direção editorial da Folha de S. Paulo. As alterações são tão significativas que, no site da empresa hoje, é possível encontrar todos os documentos produzidos para o projeto editorial, exceto este datado de 1978.

O documento "A Folha e alguns passos que é preciso dar", de junho de 1981, delineia as características principais que norteiam os projetos editoriais do jornal deste então: o oferecimento de informações corretas, interpretações competentes e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Por informação correta, entende-se a descrição de tudo que possa afetar a vida do leitor da maneira mais despojada, sintética e distanciada possível. Não acreditando ser possível alcançar a total imparcialidade, o jornal deve tomar medidas que o aproximem da neutralidade. Por outro lado, os fatos devem ser submetidos aos comentários de profissionais qualificados na área e reproduzidos os diferentes pontos de vista existentes na sociedade. O jornal precisa, contudo, ter suas próprias convicções para transformar-se em ser ativo, com imagem visível e um papel a desempenhar, e não um “mero repositório de opiniões”.

Estas premissas, segundo o documento, foram esboçadas e claramente colocadas em prática a partir da década de 70 na redação da Folha de S. Paulo. Entre as condições que permitiram sua adoção, encontra-se a independência econômica e financeira da empresa e o “senso de oportunidade para saber avançar somente quando as circunstâncias ao mesmo tempo permitem e reclamam”¹¹⁴. Retomando a discussão presente no documento de 1978, em que se apresentava a luta pela redemocratização como uma necessidade realizável apenas com a abertura de espaços políticos de discussão e não mediante ações mais incisivas e perturbadoras da ordem, como greves ou revoluções, o Conselho avalia que sua “escalada crítica” estava acertada e correspondia ao reflexo das necessidades geradas pela própria sociedade civil. Seguindo neste rumo:

¹¹³ Kucinski cita que Cláudio Abramo é o autor do documento de 1978. KUCINSKI, 1998.

¹¹⁴ Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1981.

Quando, na década passada, deu começo à sua "revolução política", "abertura" ou que outro nome se queira dar a esse processo que nos é conhecido, a Folha nada tinha a oferecer à opinião pública, aos leitores, anunciantes e mesmo aos profissionais e colaboradores que nela trabalhavam e atuavam, a não ser intenções.¹¹⁵

“Hoje a situação não é mais a mesma”. O implemento de qualidade na produção da notícia do jornal e o sucesso que estava progressivamente obtendo, na avaliação da empresa e não necessariamente dos profissionais, era entendido como resultado desta atitude de expressar as intenções da sociedade civil no seu próprio ritmo, não impondo prazos ou resultados imediatos. Se antes, só havia intenções nas edições do periódico, era em razão da própria conjuntura que assim o exigia. Possuindo naquele período, as bases de distribuição e composição consolidadas, segundo a empresa, os “ventos da abertura” (74-78) trouxeram a grande oportunidade para o jornal utilizar as circunstâncias propícias para consolidação e desenvolvimento do espaço opinativo.

Neste processo, o documento ressalta que começava a delinear-se uma imagem de jornal independente, confiável, partidário do liberalismo político, defensor de reformas pacíficas no capitalismo brasileiro que criassem uma “convivência social estimável para maioria e aceitável para minoria”¹¹⁶.

Podemos dizer que o projeto vem dando certo: é indubitável que a ‘Folha’ é hoje um jornal mais influente, mais forte e mais conhecido do que era na década passada e mesmo nas décadas anteriores. Parece especialmente fora de dúvida que a Folha vem prestando, em concreto, um serviço útil à democracia pela publicação honesta dos fatos e pela divulgação honesta de idéias, em artigos ou em debates realizados no jornal.¹¹⁷

Anunciando sua honestidade, a Folha coloca como necessárias algumas medidas para o prosseguimento do projeto de jornal, como a delimitação clara das posições e do projeto do jornal e a assunção do projeto por parte das pessoas que ocupam posição de chefia ou o afastamento seus cargos. Os jornalistas que se opunham ao projeto ou que o criticavam, deviam para abrir espaço a novos profissionais que defendessem a independência da publicação, entendida como sua desvinculação de qualquer grupo de interesses, de natureza política ou econômica. Na prática, estava em curso o processo de

¹¹⁵ PROJETO..., 1981.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

descarte de uma antiga geração de jornalistas que, entre outras características, não pretendia corroborar com o argumento legitimador de independência pregado pela Folha e tampouco defender que a empresa não possuía vinculação com grupos políticos e econômicos.

O documento interno “A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo”, datado de março de 1982, no que tange ao trabalho jornalístico, esclarece que independência significava o desengajamento do jornalista, nomeado como profissionalismo. As novas condições de trabalho que se anunciavam, previam profissionais obedientes ao projeto e aos objetivos da empresa, não questionadores da linha editorial adotada e tampouco envolvidos em atividades políticas. Para tanto, foram estabelecidos graus de diferenciação do produto final da redação, visando definir em quais lugares e quais as intensidades das opiniões em sua confecção: matérias não assinadas e as assinadas, artigos, editoriais e reportagens.

Estas defesas relativas às posturas políticas dos jornalistas, em virtude das eleições diretas para governadores em 1982, colocava o jornal em uma situação delicada: como posicionar-se em relação aos partidos políticos formados naquela conjuntura. Se, até aquele momento, a Folha de S. Paulo estava ao lado daqueles que se opunham ao regime político, qual partido o jornal tomaria nesta situação? Assumir-se-ia como um jornal de esquerda? Neste ponto, a empresa, diferentemente do papel que havia assumido até o momento de tomar partido das camadas médias ao invés de manter-se neutra nos conflitos entre a sociedade civil e o regime militar, decide abrir o debate e espaço para as diferentes tendências em disputa na sociedade, buscando um caráter pluralista para o jornal. De acordo com o documento, em ano de eleição, profissionalismo significava a luta contra o partidarismo. Fazer uma opção partidária naquele momento reduziria o impacto do jornal na opinião pública e o autocondenaria ao isolamento. Porém, alguns autores como *Ciro Marcondes*¹¹⁸, identificam uma aproximação da Folha à candidatura do PMDB neste período, mesmo diante deste caráter pluralista defendido, enquanto que muitos jornalistas simpatizavam com o Partido dos Trabalhadores (PT)¹¹⁹.

¹¹⁸ MARCONDES, 1985.

¹¹⁹ Kucinski informa que conforme pesquisa de opinião entre jornalistas realizada pelo Cebrap no início dos anos 90, 41,6% dos jornalistas entrevistados alinhavam-se ou com o PT ou com o PSDB. KUCINSKI, 1988, p. 68.

A postura democrática assumida neste período é apresentada em junho de 1984, no documento “A Folha depois da campanha das Diretas-Já”, como um marco na história da empresa e no desenvolvimento editorial do jornal, que:

(...) aderiu à campanha em novembro do ano passado e foi o primeiro grande meio de comunicação a fazê-lo. De novembro até a votação da emenda Dante de Oliveira, em abril, o jornal experimentou uma mobilização interna sem precedentes. Externamente, disseminou e consolidou o prestígio público acumulado nos anos anteriores. Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a “Folha”, depois dela, tornou-se impraticável.¹²⁰

Considerada como uma oportunidade única, a empresa reconhece a importância de sua participação na campanha para o desenvolvimento dos artigos de opinião no jornal e de seu reconhecimento entre a opinião pública. Este era visto como um momento em que o jornal deveria se utilizar para alcançar a maturidade jornalística, baseando-se nas idéias gerais já apresentadas, de jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. A ausência de preconceitos, a posição política aberta, a disposição para crescer e a estagnação dos grandes jornais, na leitura do jornal, contariam a seu favor:

A Folha é o meio de comunicação menos conservador de toda a grande imprensa brasileira. É o que mais tem se desenvolvido nestes anos. É o mais sensível aos movimentos da opinião pública e é também o mais ágil. Politicamente é o mais arrojado. É com certeza o que encontra maior repercussão entre os jovens. Foi o que primeiro compreendeu as possibilidades da abertura política e o que mais se beneficiou com ela, beneficiando a democratização. É o jornal pelo que a maioria dos intelectuais optou. É o mais discutido nas escolas de comunicação e nos debates sobre a imprensa brasileira. Está no rumo certo, graças à lucidez e à competência dos que dirigem a empresa e graças ao trabalho jornalístico que conseguimos desenvolver até aqui.¹²¹

Os benefícios recebidos pelo engajamento à abertura política são reconhecidamente as “cartas na manga” do jornal em busca de tornar-se o maior jornal do país – posição alcançada em 1986, ao atingir a maior circulação entre os diários brasileiros – e de fixar uma imagem para a Folha de S. Paulo. Como veremos no

¹²⁰ Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

¹²¹ Ibidem.

próximo capítulo, as alterações no Projeto Folha e sua implantação nos anos 80, aliado ao marketing que passou a ser empregado a partir de então, ajudou no processo de construção de uma auto-imagem de jornal democrático, ainda em debate.

CAPÍTULO II

UM JORNAL DE RABO PRESO COM O LEITOR?

Em 1984 o processo de construção da auto-imagem da Folha de S. Paulo recebeu um impulso significativo quando a empresa investiu na campanha das Diretas Já. Como vimos no capítulo anterior, a cobertura dada a esta campanha, é resultado da decisão de apoiar o processo de transição da ditadura instituída no Brasil em 1964 para a democracia, em que o jornal teve especial destaque. Neste capítulo, veremos como a finalização do Projeto Folha e a implantação do Manual de Redação no segundo semestre de 1984, inauguraram um novo período na história da empresa marcado por mudanças na forma de produção da notícia, da organização do poder interno da redação e da negação de uma cultura jornalística que, associadas ao investimento em marketing, deram continuidade à construção da auto-imagem da Folha de jornal democrático e independente de governos com impacto altamente positivo em setores do público leitor naquele contexto histórico.

Estas alterações integrantes do Projeto Folha, projetavam uma nova forma de produção da notícia e de racionalização do trabalho, ao mesmo tempo em que buscavam reforçar essa auto-imagem em construção. Elas começaram menos de um mês após a derrota da Campanha das Diretas Já, quando Otávio Frias Filho assumiu a direção da redação e a participação da Folha no movimento se esgotara possibilitando o reforço de seu envolvimento como exemplo dos ideais democráticos defendidos.

Como vimos no capítulo anterior, os primeiros documentos produzidos para o projeto editorial, demonstram o entendimento de que a imprensa cumpria um papel central no processo de conscientização da sociedade civil acerca da necessidade do retorno da democracia, o que levou a Folha a apoiar e estimular as movimentações em favor da abertura política a partir de 1978, medida praticada que, segundo análise do Conselho Editorial, lhe rendeu crescimento contínuo da credibilidade e do prestígio das publicações.

Este crescimento mostrava que a associação do jornal com o processo de abertura política trazia bons frutos para constituição de sua imagem pública e para sua consolidação comercial. A empresa decidiu, neste sentido, intensificar o investimento na imagem da Folha relacionada à democracia concomitantemente à implantação de novos mecanismos de produção da notícia com a finalidade de tornar as publicações do

grupo mais competitivas no mercado da indústria cultural. Neste movimento o jornal logrou sustentar uma imagem democrática no mesmo movimento em que era promovido o esvaziamento de opinião da notícia.

As alterações propostas no projeto editorial eram justificadas como necessárias sob o argumento de que a politização do jornalismo presente no período de transição não se encaixava mais em uma sociedade dita democrática. Se no decorrer da ditadura militar, a imprensa posicionava-se através do conteúdo publicado a favor ou contra o governo - como a Folha o fez ao defender o golpe militar e ao abrir espaço para opiniões diversas com a seção “Tendências e debates” na década de 70 -, a partir de 1984 a notícia devia estar desvinculada de convicções políticas como garantia de um jornal independente:

A implantação de um regime democrático mudou muita coisa no país. O espaço público, antes fechado e dicotômico, abriu-se em matizes sofisticados e possibilidades múltiplas. Trata-se de um novo período, com dificuldades e perspectivas novas. De agora em diante, o crime será cada vez mais apenas o crime, o cientista terá que se preocupar cada vez mais com a sua ciência e o jornal, mais do que nunca, volta a valer antes pelo que ele é como jornal do que pela sua atitude em face de uma conjuntura. O desenvolvimento da Folha depende, hoje, mais da posição do jornal em relação ao mundo do que da forma pela qual ele trata o mundo e o incorpora à existência pessoal do leitor. Na mesma linha, o desenvolvimento ao Projeto que orienta a Folha depende sobretudo de duas coisas: de que ela se caracterize de maneira original como uma publicação com imagem pública ostensivamente diferenciada e de que se torne um produto de mercado indispensável ao público pela quantidade do serviço de interpretação, de opinião e - principalmente - de informação que produzir. Por imagem pública devemos entender a unidade formada pelo corte ideológico das preocupações do jornal, pelo seu estilo editorial e pela sua fisionomia plástica. É preciso que essa unidade seja reconhecida pelos que lêem a Folha e vivida pelos que a fazem. Não devemos ambicionar as unanimidades (como ocorreu na época da campanha pelas diretas-já) mas sim o reconhecimento da identidade pela diferença (como ocorreu durante a cobertura da doença do presidente Tancredo Neves). Devemos aprofundar a política editorial traduzida na prática de um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista.¹²²

A argumentação para justificar tais medidas, de que o contexto político não era mais dicotômico e que, portanto, as notícias publicadas não mais traziam as imposições governamentais em seu conteúdo ou a crítica ao governo, procura simplificar a correlação de forças existente na sociedade e a adesão do Grupo Folhas ao projeto de

¹²² Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.

distensão da ditadura. Esta leitura mostra uma tentativa de desqualificar grupos políticos divergentes da posição do jornal e reforçar o conceito de democracia por ele utilizado, que coloca a luta dentro da ordem e dos limites do governo, sendo as eleições diretas o objetivo central de realização democrática.

Por outro lado, fica evidente no trecho citado, que os novos rumos projetados pelo Conselho Editorial, evidenciavam aquele momento como decisivo para o estabelecimento de uma imagem para o marketing da Folha diferenciada em relação aos concorrentes que garantisse ao jornal se tornar um produto de mercado indispensável. A base de sustentação desta imagem, nesta visão, não dependia apenas do reconhecimento alcançado durante a Campanha das Diretas-Já, mas da nova prática de produção jornalística que ia ao encontro das exigências do contexto vivido:

“se não fizéssemos uma modificação no jornal, desenvolvendo a parte noticiosa – com mais informação, mais reportagens, mais serviço para o leitor, - , o seu futuro estaria comprometido. Eu via o seguinte risco: se ficasse presa à mitologia política dos anos 70, a Folha perderia o bonde na direção de se transformar no maior jornal do país.¹²³

Para não perder o “bonde da história”, o projeto editorial apontava processos do trabalho jornalístico que deveriam ser modificados visando a melhoria do conteúdo informativo do jornal ao priorizar informações rápidas, objetivas e consideradas úteis em detrimento dos artigos opinativos e a adequação da empresa à regulação do mercado capitalista:

Temos contra nós graves problemas de estrutura jornalística. (...) Não obstante, enfrentamos dificuldades sérias. Nossos serviços noticiosos são ainda precários, a qualidade das nossas edições é muito flutuante, há altos e baixos no interior de cada edição. (...) o fluxo interno, desde as fontes de produção até a impressão, é cheio de percalços e irregularidades. Não conseguimos cumprir o cronograma imposto pelas exigências industriais e da circulação. Nossos mecanismos de controle sobre o padrão técnico do material editado são falhos: é raro que uma edição da Folha não apresente erros grosseiros de informação e de edição.¹²⁴

Vários eram os argumentos utilizados para a solução destes problemas relacionados à qualidade dos jornalistas, a capacitação profissional, a quantidade de erros nas publicações, as indefinições de estilo na construção das reportagens e a grande

¹²³ FRIAS Filho, Otávio. Entrevista. **Revista Playboy**. São Paulo, n.5, ano.13, maio de 1988, p. 43.

¹²⁴ PROJETO..., 1984.

incidência de opinião nas matérias. Um deles afirmava que antes do estabelecimento de normas fixas, era necessário despender mais tempo na aprendizagem dos novos jornalistas e na sua adequação às técnicas utilizadas em cada redação. Outro sublinhava que estabelecer critérios considerados mais objetivos na confecção da notícia, que no caso significava o mínimo de influência possível das opiniões pessoais dos produtores e o uso intensivo de tabelas e gráficos, garantia um resultado mais uniforme ao conteúdo que chegava ao público leitor.

Nesse sentido, visando padronizar os procedimentos técnicos e estabelecer uma linguagem jornalística comum, as mudanças dos mecanismos de produção da notícia se efetivaram sobretudo com o estabelecimento de um horário fixo para o fechamento do jornal, o controle diário de erros e uso do Manual de Redação, a partir de 1984. Preparado pelos secretários de redação Carlos Eduardo Lins da Silva e Caio Túlio Costa e por Otávio Frias Filho, o manual foi uma iniciativa pioneira no Brasil de sistematização do tratamento do conteúdo jornalístico, nos moldes de jornais internacionais como The New York Times. Em seu interior é possível encontrar de regras gramaticais à padronização de linguagem, definição de conceitos e elementos que servem como base de discussões da redação. Através dele, uma nova forma de produção da mensagem foi colocada em prática, em nome de uma organização mais racional e metódica do processo de trabalho que homogeneizava a escrita. Segundo o projeto editorial de 1984, este manual tinha como objetivo:

uniformizar nossos critérios editoriais e técnicos. (...) Não se trata de um evangelho editorial. Trata-se de uma base de referência que traduz uma visão uniforme sobre os vários problemas da atividade jornalística. Organizado sob a forma de centenas de verbetes práticos, o Manual Geral vai sustentar as nossas discussões e decisões com a objetividade do texto escrito, que substituirá a subjetividade das opiniões pessoais.¹²⁵

Formulado tendo como base o conceito de objetividade jornalística ao separar as reportagens dos artigos opinativos, o manual de redação, reflexo da política editorial adotada, procurava tornar a notícia um produto de mercado disponível a diversas vertentes do público leitor, ao mesmo tempo em que privilegiava os furos jornalísticos como diferencial nas publicações. A prática informativa baseada num jornalismo mais crítico, menos fragmentado e visivelmente mais engajado, responsável em certa medida

¹²⁵ PROJETO..., 1984.

pela cobertura da Folha dedicada às Diretas-Já, era apelidado de mitologia política ultrapassada e devia ser descartado a partir de então. Na visão da empresa:

A idéia deste projeto editorial é de procurar desenvolver todo um conceito jornalístico que viesse a contribuir para que o jornalismo brasileiro atingisse um novo patamar de qualidade num quadro colocado com o fim do regime militar, ou seja, uma democracia de massas, uma sociedade altamente industrializada, altamente urbanizada e com características de desigualdade estrutural, seja do ponto de vista social seja do ponto de vista regional extremamente acentuadas, né. Então nossa preocupação era primeiro resgatar uma série de valores de técnica jornalística que tinham sido postos de lado.

Por exemplo: o problema da objetividade jornalística. O problema da objetividade jornalística foi colocado de escanteio durante todo o período do regime militar uma vez que o enfrentamento básico que acontecia no país era o enfrentamento entre os partidários de uma ordem autoritária e os partidários de algum tipo de democracia que não se defendia muito bem na época até porque havia uma característica de uma frente ampla de crítica ao autoritarismo durante o período do regime militar.

Então dentro deste contexto, as dicotomias tendiam a ocupar o lugar de qualquer preocupação com a exatidão factual dos fatos.

Então toda uma série de normas que nós procuramos recuperar e codificar inclusive no Manual de Redação da Folha visavam entre outros objetivos esta idéia de se recuperar o conceito de objetividade jornalística não no sentido clássico, tradicional, mas numa visão crítica deste conceito, ou seja, numa visão dinâmica. Não existe uma objetividade dada mas existe a necessidade de trabalhar dentro de certos modelos técnicos para que se ampliasse a objetividade possível dentro do jornalismo.¹²⁶

A busca pela exatidão dos fatos é apresentada nesta passagem, como condição almejada em uma sociedade democrática, composta pela pluralidade de ideologias, opiniões e posicionamentos políticos. Tornava-se necessário, segundo Otávio Frias Filho, o estabelecimento de métodos de produção da notícia e de confecção do jornal que abrisse portas a diferentes vertentes de pensamento, ao mesmo tempo em que fornecesse grande quantidade de informações de maneira objetiva e mais próxima da verdade possível.

Como vemos, o conceito de objetividade jornalística, tornava-se o centro do método de confecção da notícia projetado pelo Grupo Folha. Enxuta de opinião, a informação passava a ser produzida através da busca da neutralidade jornalística diante

¹²⁶ FRIAS Filho, Otávio. Entrevista. **TV Record**. São Paulo, 05/11/1989. Entrevista concedida em 05 de novembro de 1989 sobre o Projeto Folha ao Programa Imprensa na TV, da Rede Record.

dos fatos, da descrição de dados objetivos como se por eles se chegasse à verdade, da categorização em setores, temas e subtemas e da redução dos significados dos acontecimentos para torná-los de fácil digestão ao consumidor. A objetividade é perseguida pela Folha enquanto aproximação da realidade através do jornalismo de que simplifica a informação e a destitui de qualquer complexidade ou tensão interpretativa, levando ao leitor uma redação pretensamente objetiva dos fatos narrados através da supressão deliberada de outras versões possíveis.

Esta tarefa mítica de busca da objetividade é uma estratégia de legitimação do discurso jornalístico que visa dar credibilidade ao meio de comunicação. Ao produzir um texto que detalha já nas primeiras linhas os dados do conteúdo abordado, escrito por um narrador onisciente, o jornal acaba por sustentar o discurso como verdade, como se o jornalista soubesse e transmitisse os fatos exatamente como são. A informação passa a ser vendida como uma descrição isenta, cabendo ao leitor interpretá-la. Este tipo de jornalismo noticioso, praticado como uma reprodução automática da estrutura da notícia fragmenta, não situa, não contextualiza a informação. Acaba por tornar-se um fim em si mesmo, na medida em que não informa, sua finalidade é a autoreprodução, é a necessidade de ser lido e consumido dia após dia e isso só é possível se o inesperado aparecer em todas as edições.

Ao processar notícias com objetivo de surpreender, a imprensa deixa de buscar sua compreensão histórica e social e os conflitos de interesses que a integram, para não correr o risco de esgotar o assunto e no dia seguinte não existir mais o interesse do leitor pela informação. O jornalismo acaba por gerar uma confusão no público leitor e por fazê-lo compreender o mundo não aproximando-se da realidade e sim do modelo de realidade ditado pela imprensa. A quantidade e a qualidade fragmentária do noticiário acabam por dificultar que o consumidor coloque sua interpretação dos acontecimentos e aja. Ao leitor é reservada apenas a possibilidade de ser receptor da informação, ele acaba por perder o poder individual de manifestar-se e de compreender o mundo.

Nesse sentido, a objetividade jornalística se constitui enquanto estratégia discursiva de legitimação e autoreprodução da imprensa, não se consolidando enquanto possibilidade real de alcance da isenção, imparcialidade ou neutralidade no processo informativo, mas apenas enquanto ideal defendido ao público leitor que garante credibilidade ao noticiário, no mesmo processo em que o simplifica e descontextualiza o conteúdo e realiza a submissão do consumidor à lógica do mercado capitalista.

Este é o sentido para nós da defesa da Folha de imparcialidade jornalística, que não pode se realizar efetivamente. O discurso construído pelo jornal de distanciamento da imprensa da arena política e dos interesses de grupo econômicos, expresso na técnica de produção da notícia baseada na objetividade jornalística e tendo como lema o pluralismo opinativo associado a uma idéia de jornal de edição e temática moderna e crítica, não evidencia a lógica capitalista empregada, o entendimento de jornalismo enquanto mercadoria e a defesa dos interesses privados dos proprietários de jornais e de segmentos da sociedade, além de evidenciar disputas do contexto vivido. Sobre o conceito de apartidarismo, por exemplo, Otávio Frias Filho definiu posteriormente que:

Quando estávamos falando, em 1984, 85, em fazer um jornalismo apartidário, estávamos procurando não só ressaltar como incentivar essa mudança na direção de uma imprensa cada vez menos dependente do poder político e cada vez mais dependente do jogo de forças de mercado.¹²⁷

A independência da imprensa em relação ao Estado, que de fato pode ser considerada real em alguns casos nos dias atuais, não significa no entanto, que a imprensa esteja isenta da defesa de interesses que podem ou não convergir com os governamentais. A construção da notícia e a recriação da realidade à sua maneira é realizada em consonância com os próprios interesses e os valores da empresa e do mercado. Como vimos na fala de Otávio Frias Filho citada acima, o mercado é um dos principais elementos norteadores do conteúdo e das ações da imprensa na sociedade contemporânea e na Folha de S. Paulo.

Estes interesses mercadológicos atribuídos à notícia, são refletidos nas alterações da técnica de produção do trabalho jornalístico, associadas à incorporação do Manual de Redação para resolução de problemas de infra-estrutura da redação, presentes no Projeto Folha. O projeto editorial de 1986, quando analisava que a manutenção do prestígio da Folha de S. Paulo alcançado naquele ano com a marca de jornal de maior circulação paga¹²⁸ dependia do investimento na edição da notícia e apontava que de maneira o conteúdo publicado devia atingir diferentes públicos leitores:

Cada texto publicado na Folha deve ser claro e explicativo o bastante para ser lido com utilidade pelo leigo, sofisticado o bastante para ser

¹²⁷ FRIAS Filho, Otávio. In: ABREU, Alzira Alves et all (org). **Eles Mudaram a Imprensa. Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 382.

¹²⁸ Segundo o projeto Editorial da Folha de 1986, entre junho de 1984 e junho de 1986 a circulação da Folha de S. Paulo aumentou 39,5%, chegando a um total de 291.659 exemplares em média por dia.

lido pelo especialista e enriquecido sempre por uma dimensão de serviço que o fará lido por ambos. É importante indagar-se sempre onde está o interesse direto, imediato do leitor, e procurar por todos os meios atendê-lo.¹²⁹

É como se fosse possível fazer um jornalismo crítico sem opinião, uma notícia neutra de convicções políticas ou interesses comerciais, enfim, um jornal vendável a públicos leitores distintos como qualquer mercadoria. A imprensa nesta visão é esvaziada de sua missão social, de seu desígnio informativo, intelectual, subjetivo, potencialmente provocador. O jornalismo é apresentado estritamente como um produto do mercado:

Um das mudanças conceituais que procuramos fazer a partir de 1984, 85 foi combater a idéia de que o jornalista tem um mandato outro que não seja o debate social de leitores: quer dizer, a idéia de que o jornalismo tem um mandato delegado pela sociedade, ou pelos setores oprimidos, ou pela história. Combatemos muito essa idéia missionária. (...) jornalismo é um bem de natureza cultural, mas que funciona na sociedade exatamente como uma mercadoria.¹³⁰

A assunção deste caráter mercadológico da notícia publicada pela Folha, é evidenciado na apresentação do livro “Mil Dias”¹³¹, de Carlos Eduardo Lins, escrita por Otávio Frias Filho. Neste texto, os instrumentos implementados através do Projeto Folha na década de 80, de reformulação e racionalização do trabalho, são descritos como “taylorismo”¹³². O uso deste conceito indica a perda de autonomia do jornalista, através do trabalho em série, de forma intensa, padronizado e fragmentado e pressupõe o controle do trabalhador pela empresa impondo-lhe o ritmo necessário à produtividade do mercado e a padronização do produto final. Neste processo, a notícia é esvaziada de uma missão social que não se restrinja à descrição da informação, para atender somente à lógica capitalista de produção.

O diretor de redação assume abertamente não obedecer a convicções político-ideológicas e sim às razões do mercado. O autor do livro, Carlos Eduardo Lins, aponta que os ideólogos do Projeto Folha entendem que as empresas jornalísticas dependem apenas do mercado para sobreviver e por isso precisam enfrentá-lo. Neste sentido,

¹²⁹ PROJETO..., 1986.

¹³⁰ FRIAS Filho, 2003, p. 377.

¹³¹ SILVA, 1988.

¹³² Apenas indicamos um entendimento geral sobre o conceito de taylorismo, presente no livro RAGO, Luzia M. e MOREIRA, Eduardo F.P. **O Que é Taylorismo**, Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

atendendo à lógica capitalista, a função do jornalismo na sociedade atual não é entendido pela empresa como a defesa de ideologias políticas e tampouco de assumir responsabilidades sociais. A sua responsabilidade é exclusivamente com o leitor, que não é mais o cidadão, e sim o consumidor, senão vejamos:

Nosso compromisso não é nem com uma missão social vaga, nem com o conjunto da sociedade e nem com um receituário de princípios. Nosso compromisso é com um determinado mercado. Isso é uma atitude nova. Não porque ninguém tenha feito isso. É nova porque é a primeira vez que se faz isso, se declara isso e se assume isso como atitude de projeto editorial.¹³³

Nesta passagem, o compromisso com o leitor não chega a ser citado, apenas o mercado é apontado nesta relação de prioridades porque, na visão da empresa, “quanto mais fortemente vinculado ao mercado um jornal estiver, maior a garantia do leitor de que aquele jornal é transparente e publica as informações importantes a que tem acesso”¹³⁴. A defesa do público consumidor é assim utilizada para legitimar a imagem em construção da Folha ao reforçar sua independência em relação aos governos.

A implantação desta prática noticiosa baseada na objetividade jornalística enquanto ideal que pressupõe uma “mecanização” do trabalho, o desengajamento político e a não admissão dos interesses que envolvem as empresas de comunicação, não foi recebida nas redações da empresa com aplausos, muitos jornalistas procuraram resistir às medidas estabelecidas, sem sucesso a longo prazo:

(...) hoje em dia não há nenhum grande jornal feito por grandes jornalistas ou cujos diretores sejam de nome. Nenhum, no Brasil inteiro. Isto quer dizer alguma coisa e vou citar: “O Estado”, “A Folha”, o “Jornal do Brasil” e o “Globo”, nenhum de seus dirigentes é um grande jornalista, sendo jornais que tiveram como diretores grandes jornalistas. (...) Essa é uma questão sobre a qual é preciso meditar: por que isto agora, num período em que a sociedade se abre? Não pode ser uma coincidência.¹³⁵

Questão não assumida abertamente é o fato de que na base da implantação do Projeto Folha travava-se uma batalha que buscava derrotar toda uma cultura jornalística em voga até fins dos anos 70. No processo de implantação deste projeto editorial, jornalistas experientes foram demitidos em nome da racionalização do trabalho, porque

¹³³ FRIAS Filho, 1988, p. 52.

¹³⁴ Ibidem, p. 56.

¹³⁵ ABRAMO, Cláudio. **In:** IN: MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira.** São Paulo: Global Editoria, 1980, p. 178,179.

senão, na visão de Otávio Frias Filho, “o jornal poderia declinar até se transformar em mais um episódio da história da imprensa alternativa no Brasil. Se dependesse dos barões da imprensa, a tendência era essa”¹³⁶. Referindo-se a jornalistas conceituados na imprensa nacional como Cláudio Abramo e Alberto Dines, que trabalham na Folha, o diretor de redação admite que:

Tínhamos, simultaneamente, não só escolas jornalísticas diferentes, que se engalfinhavam entre si sem que nenhuma conseguisse a hegemonia, como verdadeiros trechos diferentes da história do jornalismo no mesmo lugar. O jornal estava hiperpoliticado e entrara numa espécie de embriaguez de Diretas-Já. (...) Era preciso homogeneizar o jornal.¹³⁷

Para cumprir este intento, foi necessário o afastamento no Grupo Folha de profissionais contrários ao novo modo de produção da notícia e o divisor de águas foi a greve dos jornalistas em 1979 em que o conflito entre aquilo que se chamava as novas e as velhas gerações tornou-se evidente. Num clima de ressurgimento do movimento sindical combativo, a greve dos jornalistas em São Paulo estourou no dia 22 de maio de 1979, quando cerca de 1.700 jornalistas, em assembléia, votaram a favor da paralisação¹³⁸. As principais reivindicações giravam em torno de melhores condições de trabalho e de aumento salarial de 25%. Pouco depois, no dia 30 daquele mês, declarada ilegal, a greve acabou. A categoria não alcançou nenhuma conquista e amargou a demissão de mais de 200 grevistas.

Várias são as análises que apontam os motivos que levaram ao fracasso do movimento¹³⁹. Um dos argumentos utilizados é o fato dos grevistas não conseguirem impedir a circulação dos jornais por não terem adotado estratégias que unificassem a luta com os outros setores ligados à produção jornalística, como os gráficos e funcionários administrativos, é um dos principais argumentos utilizados, nesta situação as empresas organizaram-se para garantir as publicações. Como cerca de vinte por cento dos jornalistas das redações furaram o movimento, foram disponibilizados ônibus para os fura-greves trabalharem sem serem reconhecidos. Os proprietários recorreram à repressão policial sobre os grevistas e ao abastecimento da imprensa paulista de informações de agências noticiosas de outros estados.

¹³⁶ FRIAS Filho, 1988, p. 43.

¹³⁷ Ibidem, p. 43.

¹³⁸ Os dados sobre a greve foram retirados do artigo “Vinte anos da Greve dos Jornalistas de São Paulo”, publicado no Jornal Unidade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo em 01 de maio de 1999.

¹³⁹ Ibidem.

As demissões foram generalizadas. Logo após o fim da greve, só no Grupo Folha, foram demitidos 72 jornalistas: 12 na Agência Folha, 32 na Folha de S. Paulo, 21 na Folha da Tarde, 7 no Notícias Populares. As relações de poder nas redações se intensificaram. As novas condições de trabalho eram marcadas por desemprego, superexploração e controle do trabalho pelas empresas, através das chefias.

Alberto Dines, em entrevista ¹⁴⁰, admite que a derrota do movimento foi responsável pelo crescimento do corporativismo dos donos de jornais com a criação da Associação Nacional dos Jornais, em agosto de 1979, e pela intensificação da troca de quadros antigos por jornalistas novos, num processo de “juvenilização” das redações, consequência da crescente mercantilização do jornalismo, de que a Folha é o modelo central. Dines, foi demitido do Grupo Folha em 1980, quando começou a colaborar com o Pasquim. Durante a greve, abriu mão de sua posição de chefia na Sucursal do Rio de Janeiro, por não impedir a participação dos jornalistas sobre seu comando no movimento paredista.

Cláudio Abramo, por sua vez, membro do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo criado por ele em 1978, preferiu demitir-se em decorrência da greve. Sua participação no movimento foi marcada por tensões ¹⁴¹. Ao mesmo tempo em que era uma figura de prestígio que trazia notoriedade à paralisação, muitos participantes viam-no com desconfiança por possuir um cargo de chefia. Esta dualidade no engajamento de Abramo por parte dos grevistas, não foi sentida, por outro lado, pela Folha de S. Paulo. Após sua demissão, o jornalista voltou a trabalhar para empresa no ano seguinte como correspondente em Londres e posteriormente em Paris, sem assumir, porém, posição de comando. As opções tornavam-se claras. Abramo optou pela categoria de que fazia parte e por manter suas opiniões. O Grupo Folha optou pela renovação dos jornalistas que não contestavam seu controle centralizado e o poder de mando dentro do jornal.

Eu acho normal que pessoas como o Mino (Carta) e eu tenham sido mais frequentemente vítimas. É normal que a gente desperte hostilidades, porque nós somos pessoas difíceis, temos opinião, não abrimos mão de certas coisas. Embora às vezes tenhamos afinidade com os donos, nós mantemos sempre uma grande distância do ponto de vista de nossas convicções, de nossas posições. Então somos pessoas que não são cômodas e passamos a ser tratados como leprosos, como não pessoas. ¹⁴²

¹⁴⁰ DINES, Alberto. Alberto Dines: depoimento (11/12/1995). Entrevistador: Lízia Bydlowski. São Paulo, Grupo Folha, 1995. Entrevista concedida por Alberto Dines ao Projeto História Oral em 1995.

¹⁴¹ KUCINSKI, 1998.

¹⁴² ABRAMO, C. IN: MARCONI, 1980, p. 175.

Cláudio Abramo mereceria um capítulo a parte. Suas idas e vindas na redação da Folha de S. Paulo e o papel lá desempenhado, é o melhor exemplo de descarte dos antigos jornalistas que podemos citar. Abramo foi acolhido no Grupo Folha meses após o golpe de estado deflagrado em 1964. O jornalista era famoso na época devido a reformulação que ajudou a colocar em prática no “O Estado de S. Paulo”. Com a ascensão dos militares ao poder, Abramo ficou alguns meses desempregado, até que Octávio Frias de Oliveira lhe ofereceu uma vaga na Transaco, empresa de corretagem daquele proprietário, passando para o cargo de chefe de produção na redação da Folha de S. Paulo pouco tempo depois.

Afastado em 1972, voltou à redação em 1975 trazendo importantes contribuições ao jornal, iniciando o processo de reformulação editorial da Folha de S. Paulo. As sugestões de Abramo, no entanto, eram substancialmente distintas do resultado final do Projeto Folha. Advindas da experiência da imprensa alternativa¹⁴³, algumas alterações tinham como elemento central a missão da imprensa de discutir as condições materiais de existência, incluindo a ditadura militar instalada. Outras, como a criação da seção Tendências e Debates na Página Três, que privilegiava o espaço opinativo do jornal num contexto de crescimento das manifestações pelo fim da ditadura, foi utilizada posteriormente para separar a opinião da notícia. Em setembro de 1977, Abramo foi substituído por Boris Casoy, retornando no ano seguinte e encabeçando o Conselho Editorial. Em seu pedido de demissão em 1979, transparece o conflito entre os jornalistas que não aceitavam a centralização do poder interno e aqueles que a aceitavam. Apesar de sua contribuição à reformulação da Folha, o jornalista era gradualmente afastado, primeiro por Boris Casoy, que tinha bom trânsito entre os militares e posteriormente por Otávio Frias Filho. Em suas memórias publicadas, Abramo considera não ter recebido o reconhecimento de seu trabalho na empresa:

(...) às vezes acho que ter ido para a Folha foi um dos maiores erros que cometi na minha vida, pois ajudei muito o jornal e hoje sou marginalizado. (...) Se tivesse que repetir toda a experiência da Folha não o faria de novo, porque foi muito frustrante profissionalmente. (...)No livro (História da Folha) há uma foto minha, mas não se diz o que fiz no jornal. Quem lê não entende: parece que eu apenas visitava a redação.¹⁴⁴

¹⁴³ Kucinski cita que Cláudio Abramo “não hesitou em se apropriar de algumas experiências da imprensa alternativa, que havia atingido seu apogeu na época”. KUCINSKI, 1998, p. 77.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 85 a 88.

De fato, as obras sobre a Folha de S. Paulo não dão destaque suficiente à participação de Cláudio Abramo. Carlos Eduardo Lins, cita apenas que as origens do Projeto Folha encontram-se quando a direção da redação ainda era responsabilidade deste jornalista, mas afirma que a direção da empresa percebeu que o país mudava e que não era possível continuar resistindo ao regime. Otávio Frias Filho, nas entrevistas que pesquisamos, declara que Abramo lhe ensinou a fazer jornalismo e a tomar gosto pelos negócios da família¹⁴⁵, mas poucas vezes lhe atribui a responsabilidade sobre a reformulação editorial. Sua figura é sempre apontada como de colaboração com os proprietários do jornal ao praticar suas preocupações¹⁴⁶. Já Otávio Frias de Oliveira, na entrevista concedida ao Projeto História da Oral da Folha em 1989, afirma que:

Eu acho que ele deu uma bela contribuição (...). Não foi o único e não foi quem deu mais, na minha opinião. Eu acho, sou suspeito para julgar, mas na minha opinião ao crescimento da Folha quem deu a maior contribuição está aqui presente.¹⁴⁷

Não nos resta dúvida de que a base da reformulação da Folha de S. Paulo foi obra principalmente de sua autoria, apesar de muitos dos princípios defendidos em 1978 se perderem com o passar do tempo. No entanto, a imagem que passou a ser construída do jornal, o direcionamento e a definição de quais valores seriam reforçados no Projeto Folha, a saber: a produção de uma narrativa que tinha como alvo a produção de um efeito de verdade e imparcialidade, renovação tecnológica e organizacional e racionalização da produção jornalística, são marcas da presença de Otávio Frias Filho no Conselho Editorial. Como evidência, podemos apresentar o afastamento de Abramo das decisões redacionais em 1979, período em que borbulhavam os pontos fundamentais do novo projeto editorial do jornal.

¹⁴⁵ “No final da adolescência, me liguei ao Cláudio Abramo, que na época dirigia a redação da Folha, e acabei estabelecendo com ele uma relação quase que de discípulo para professor. Foi muito por conta da influência do meu pai, antes de mais nada, e num plano propriamente jornalístico, do Cláudio Abramo, que passei a trabalhar na Folha”. FRIAS Filho, **IN: ABREU**, 2003, p. 352.

¹⁴⁶ “A partir daquele momento, teve início uma série de conversas entre meu pai e Cláudio Abramo e, secundariamente, eu próprio, a respeito de mudanças que conviria fazer no jornal. Meu pai, evidentemente, estava tendo a perspectiva do que ia acontecer no país, de que haveria algum tipo de liberalização, e achou que aquela era uma oportunidade para que o jornal viesse a ter uma presença maior, viesse a se renovar. Cláudio Abramo, que era um excelente jornalista, (...) passou então a introduzir uma série de reformas de cunho não esquerdizante, mas politizante, que, ao mesmo tempo, abriram uma grande possibilidade de participação no jornal de pessoas e movimentos de esquerda. (...) Meu pai tinha uma preocupação, que tem até hoje, com a pluralidade dos pontos de vista, um pouco sob inspiração dele, no meio dessa reforma, o Cláudio projetou a seção “Tendências e Debates”. *Ibidem*, p. 357.

¹⁴⁷ Entrevista concedida ao projeto História Oral da Folha de S. Paulo em 21 e 28 de maio de 1989.

Neste período, a direção de redação estava nas mãos de Boris Casoy desde setembro de 1977 e, no mesmo movimento que jornalistas eram descartados, Otávio Frias Filho, filho do proprietário Octávio Frias de Oliveira, assumia posição de comando. Em 24 de maio de 1984, aos 27 anos, Otávio tornou-se diretor de redação, como resultado da influência crescente que vinha exercendo nas decisões editoriais da empresa. A implantação efetiva dos princípios jornalísticos contidos no Projeto Folha e no Manual de Redação em sua gestão, aliada ao fato de não possuir diploma da profissão¹⁴⁸ e de ser filho do *publisher*, geraram grande insatisfação entre os funcionários do jornal e derrocou num novo processo de demissões. Enquanto na gestão de Casoy, ainda havia uma prática de tomada coletiva de decisões, apesar da palavra final ser sempre do proprietário, a hierarquia personificada na figura de Otávio a partir daí passou a imperar.

Como resultado deste novo modelo de comando e as exigências presentes no Manual de Redação, em 1985 foi feito um abaixo-assinado contra o diretor e o rigor na aplicação das novas medidas de produção jornalística. Octávio Frias de Oliveira deu carta branca para que o filho demitisse aqueles que assinavam o documento, o que incluía vários jornalistas experientes e membros do Conselho Editorial como Clóvis Rossi. Segundo Otávio Frias Filho:

Era um clima difícil, de muita agitação sindical. Era muito freqüente, por exemplo, eu tomar uma decisão e a redação parar. Então eu tinha que receber uma comissão, que vinha discutir por que foi tomada tal decisão, por que não sei o quê... Havia uma mobilização muito grande, um clima de grande liberdade interna, de grande possibilidade de expressão – o período de Boris na redação da Folha, como já disse, foi de muita liberdade – e, as pessoas achavam que o próximo passo seria a autogestão. (...) Houve uma série de discussões e, afinal nossa proposta foi de que o jornal assumisse doutrinariamente uma posição que foi cristalizada num lema, num jargão interno: fazer um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Isso, naturalmente, foi encontrando muita resistência. Durante o primeiro ano, ano e meio, minha política foi muito de tergiversar e tentar conciliar, ver se havia alguma maneira de levar a situação, ainda num clima de forte organização interna, comitês e assembléia geral. (...) Isso foi num crescendo, até que, em setembro de 1984, nós implantamos, sem consulta prévia, o Manual Geral da Redação (...). Esse manual foi baixado, com uma série de medidas bastante draconianas em termos de normatizar procedimentos, despolitizar, procurar garantir que as diversas versões fossem registradas na mesma reportagem (...) Fizemos uma série de demissões de caráter

¹⁴⁸ Otávio Frias Filho graduou-se em Direito na Universidade de São Paulo.

político. Num período de poucos meses, no começo de 1985, imagino que devem ter ocorrido algo como 50 demissões.¹⁴⁹

Em entrevista anterior, o diretor de redação afirmou que em apenas duas semanas 40 jornalistas foram demitidos¹⁵⁰. Dentre eles, aqueles que lhe faziam mais oposição “um pessoal petista, com forte ligação com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e um pessoal que era, digamos, protegido por editores mais velhos”¹⁵¹. Passou a ser empregada uma política de formação de jovens profissionais que aceitavam a centralização editorial nos moldes ditados pela empresa, contratados através de concursos e avaliados internamente com frequência. Teria início assim o reinado de Otávio Frias Filho e descarte definitivo de uma cultura jornalística. Segundo o diretor de redação:

Hoje, olhando para trás, agradeço que tenha havido tanta resistência, porque senão eu nunca teria chegado ao grau de radicalização a que cheguei. Se tivesse havido uma disposição um pouco mais conciliatória da parte da base petista, nós nunca teríamos sido levados aos extremos a que chegamos, e as mudanças que implantamos teriam sido seguramente mais tímidas.¹⁵²

Após a demissão de vários jornalistas e o afastamento de Abramo, o projeto editorial proposto por este foi deixado de lado e o Conselho Editorial prosseguiu com a construção de um novo projeto marcado por relações autoritárias, alta rotatividade de profissionais e competitividade mercadológica nas relações de trabalho. Passava a ser cobrada a assunção da vassalagem das chefias do jornal aos proprietários, ocasionando o desaparecimento de boa parte de uma geração de jornalistas das posições de comando e mostrando a fragilidade da mão-de-obra dos jovens contratados. Em 1984, quando o Manual de Redação começou a ser operado, os últimos remanescentes da cultura jornalística dos anos 70 foram eliminados da redação, sob a alegação de falta de qualificação profissional:

Nossos critérios ainda são muito heterogêneos e, além disso, é comum faltar orientação editorial para repórteres ou redatores, que se ressentem da falta de instruções precisas e uniformes. Finalmente - e apesar das constantes substituições de pessoal, responsáveis em parte

¹⁴⁹ FRIAS Filho, 2003, p. 360 e 361.

¹⁵⁰ FRIAS Filho, 1988, p. 46.

¹⁵¹ FRIAS Filho, 2003, p. 361.

¹⁵² Ibidem, p.361.

por uma certa turbulência que intranquiliza a Redação -, ainda há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da Folha. Não há tempo nem condições materiais para adestrá-los e prepará-los adequadamente; terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá.¹⁵³

O argumento da impossibilidade de instruir os jornalistas de acordo com as exigências do projeto editorial expresso com o termo “adestramento”, deixa nítido que o principal objetivo desta reformulação era a centralização do poder editorial nas mãos do diretor de redação visando o direcionamento das publicações a favor dos interesses empresariais. Consequentemente, esta atitude acirrou o conflito com uma cultura jornalística que aos poucos desaparecia das redações da grande imprensa brasileira, mesmo num contexto de luta por liberdades democráticas que incluía, pelo menos na visão dos jornalistas, maior liberdade de exercício da profissão. Mas, como liberdade de imprensa não significa livre manifestação de opiniões e posicionamentos dos produtores da notícia e setores sociais e sim monopólio da censura empresarial livre das amarras governamentais, era possível defender o retorno da democracia para o país e a ditadura no interior das redações.

Os parâmetros propostos no Projeto Folha de uma prática noticiosa esvaziada de opinião, análise e contextualização histórica, não poderiam ser implementados com a presença destes profissionais. O próprio conceito de apartidarismo é reflexo do incômodo gerado, por aparecer na Folha num momento em que o recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁵⁴ crescia enquanto força política defensora de mudanças na estrutura do Estado se tornando uma alternativa para muitos setores da população, assim como para vários jornalistas no início dos anos 80.

O descarte de profissionais não “adestrados” encerrava em 1984 um ciclo de projeção e execução de medidas visando o esvaziamento da opinião da notícia, a produção baseada na objetividade jornalística e a adequação da empresa à lógica capitalista. As conseqüências deste projeto, já eram sentidas em 1986 quando a Folha de S. Paulo alcançou o patamar de maior jornal do país. Nesta época, a empresa comemorava este resultado como o sucesso do Projeto Folha que repercutia nas transformações que outros veículos de comunicação brasileiros passavam na década de 80. O projeto editorial de 1988 evidencia bem esta análise:

¹⁵³ PROJETO..., 1984.

¹⁵⁴ O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980.

A Folha beneficiou-se, até agora, de uma situação em que seus defeitos crônicos - acabamento precário da edição, falhas de reportagem, inexperiência e instabilidade da equipe - eram largamente obscurecidos pelo destaque que, em comparação a outros órgãos de imprensa, obtinham suas maiores qualidades - agilidade, ausência de ranço ideológico, prestação de serviços, pluralismo, espírito de controvérsia, imaginação e irreverência. Nesse período, a Folha tinha de lutar apenas contra si mesma: contra o risco de exagerar o que tinha de bom (transformando-o em arbitrariedade, invencionice, gosto de chocar) e contra o risco de naufragar no que tinha de ruim.

(...) Seria pouco dizer que a Folha não pode, agora, isentar-se dessa ebulição que necessariamente transformará em todos os seus aspectos a indústria de comunicações do país. Muito mais do que isso, a Folha está no centro dessa ebulição: é sua causa direta no que diz respeito à imprensa diária e está também na origem, indiretamente, das alterações velozes e profundas no restante da mídia, por influência do espírito que criou. Chegamos ao final da década vitoriosos.¹⁵⁵

A importância do projeto editorial da empresa é superestimada e dá margem a um entendimento de que o projeto estava acabado, de que não era mais necessário investir em sua reformulação constante. Podia-se manter a mesma estrutura editorial¹⁵⁶, o mesmo Manual de Redação com alterações casuais. A empresa estava livre para investir na propaganda, uma das táticas traçadas nos últimos anos para a manutenção do prestígio do jornal e da imagem pública de “jornal da democracia”. E deu certo.

Estratégia central de crescimento da empresa, o marketing foi intensificado a partir de 1986, quando os princípios do Projeto Folha já estavam em uso e a substituição da cultura jornalística se completara. A empresa passou a reforçar a captação de anúncios como estratégias de crescimento e de recebimento de recursos previstos na reformulação do jornal. Até o final dos anos 80, a Folha de S. Paulo alargou gradativamente o espaço e a frequência de anúncios, principalmente de empregos, criando cadernos especiais para esta finalidade. Nesta promoção, produziu a campanha “Patrão, Patrão”, de grande repercussão. O jornal investiu também em novos cadernos culturais, além de um programa televisivo de curta duração chamado Rede Folha sobre as notícias publicadas.

Estas medidas tomadas refletem a estratégia de crescimento do jornal que passou a focar a informação voltada ao público leitor, seja produzindo materiais destinados às necessidades mais imediatas de sobrevivência como os anúncios de emprego, seja

¹⁵⁵ Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1988.

¹⁵⁶ Apenas em 1997 o projeto editorial foi reeditado.

reforçando sua auto-imagem democrática e independente dos governos, em constante referência à campanha das Diretas Já.

Uma das principais campanhas publicitárias deste período foi produzida já em 1986 pela Jarbas Propaganda¹⁵⁷. O slogan “de rabo preso com o leitor” criado na ocasião pelo publicitário Jarbas José de Souza, se tornou uma frase muito memorizada no meio publicitário e na história do jornal. A idéia surgiu quando Luis Frias, diretor-comercial do Grupo Folha à época, pediu para o publicitário criar uma maneira de dizer que a Folha não tinha rabo preso com ninguém¹⁵⁸.

A campanha definia para o leitor o perfil editorial da Folha como um jornal livre e independente, sem compromisso com partidos políticos ou com o governo.¹⁵⁹

Segundo análise do jornal, o slogan foi lançado “numa campanha que sintetizava o projeto editorial da Folha”¹⁶⁰, ou seja, ressaltava que o principal compromisso do jornal não era com o governo ou com determinadas convicções políticas e sim com seu leitor. O que não transparecia na propaganda televisiva era que este leitor não era necessariamente o cidadão que tem direito à informação e à participação política, e sim com o consumidor da mercadoria jornalística, estivesse ele em tempos de ditadura ou liberdade democrática e que, os interesses que norteavam as edições da Folha não eram diretamente relacionados ao governo ou a partidos políticos, mas atendiam aos próprios interesses do grupo enquanto empresa comercial e órgão de poder da sociedade capitalista. Perseu Abramo chega a propor que para compreender a frase, era necessário mudar a ordem da afirmação: “o leitor é que está de rabo preso com a Folha (...) porque, efetivamente, é assim que os órgãos de comunicação se relacionam com os leitores (...) recriando a realidade à sua maneira e de acordo com seus interesses político-partidários”¹⁶¹

Outras campanhas também foram produzidas ressaltando esta relação da Folha com o leitor com slogans como: “Folha de S. Paulo. Do lado do leitor até na hora de

¹⁵⁷ As campanhas que nos referimos na análise sobre o marketing empregado, são televisivas, o que nos impossibilitou de acessá-las integrante. Possuímos apenas matérias produzidas pelo jornal que as detalham e debatem.

¹⁵⁸ Segundo Jarbas de Souza em “Hitler, o ratinho e os leões” **In: TUDO...**, 2001.

¹⁵⁹ “Trabalho feito pela Jarbas Propaganda foi premiado”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 14/07/1988.

¹⁶⁰ “Estratégias agressivas racham mercado de publicidade em São Paulo”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/01/1991.

¹⁶¹ ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 47.

procurar emprego”, lançada em agosto de 1989, ou “A Folha escreve, o leitor assina”, de maio de 1990. Mas, sem dúvida, as campanhas de maior repercussão da Folha nos anos 1980 foram “de rabo preso com o leitor”, ganhadora de prêmios como o de melhor campanha no Festival de Gramado em 1987, e “Hitler”, que também conquistou premiações.

O filme “Hitler”, lançado no final de 1987, evoca o compromisso do jornal com a verdade. Enquanto a imagem do ditador alemão ficava gradativamente nítida na tela, uma voz relatava políticas desenvolvidas por ele: "Este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho a seu povo...". Quando a imagem por fim aparecia, o comercial terminava com a frase: "É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação no jornal que você recebe. Folha de S.Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende”.

Ganhador do Leão de Ouro no Festival de Cannes de 1989 na categoria mídia eletrônica, “Hitler”, procurou refletir a liberdade de imprensa de que a Folha se dizia partidária. A evocação da verdade, contraditoriamente, mostrava como a objetividade jornalística, ou seja, a descrição dos acontecimentos, por si só não garante a compreensão da realidade, ela faz parte de um processo subjetivo em que o jornalista é o principal protagonista. Neste sentido, o comercial acabava por contradizer o modo de produção da notícia esvaziado de opinião da Folha, no mesmo movimento em que confirmava a ausência de imparcialidade do jornal e seu papel de formador de opinião pública dotado de um poder político expressivo na sociedade.

O sucesso reconhecido desta campanha e o grande “recall” da anterior “de rabo preso com o leitor”, mostrou a assertiva da promoção de campanhas com características similares. Através de argumentos baseados em princípios democráticos e independência tornava paupável o crescimento mercadológico do jornal, num processo de legitimação de uma imagem do jornal, contraditória com sua prática focada no lucro e em interesses próprios.

Ao mesmo tempo em que estas campanhas publicitárias reforçavam no público leitor os princípios que passavam a ser reconhecidos como a auto-imagem da Folha de S. Paulo, algumas matérias publicadas também concorriam no mesmo sentido enaltecendo a atuação do jornal no movimento pelas Diretas-já. Em 19 de setembro de 1987, por exemplo, em reportagem afirma que:

Durante todo o período em que a emenda das “diretas-já” foi o centro das atenções do país, a Folha acompanhou de perto, permitindo que seus leitores também o fizessem, a atuação de cada deputado.¹⁶²

Em 1989, quando enfim realizava-se a primeira eleição presidencial direta após o fim da ditadura iniciada em 1964, o jornal dava destaque em sua cobertura ao papel cumprido na promoção da campanha diferenciando-a de outros meios de comunicação que não o fizeram:

A Folha desempenhou um papel destacado na campanha. Foi o primeiro grande meio de comunicação do país a apoiá-la. O movimento se intensificou em novembro, mas antes disso o jornal já vinha manifestando seu apoio à convocação imediata de eleições diretas para a Presidência. (...) Enquanto a Folha manifestava seu apoio às manifestações que se iniciavam no editorial “Diretas na rua”, publicada no dia 28 (nov/83), outros meios de comunicação evitavam se comprometer com a campanha. Procurados em dezembro para se manifestarem a respeito, Roberto Marinho (presidente das organizações Globo) e José Antonio do Nascimento Britto (vice-presidente do “Jornal do Brasil”) preferem não responder se são favoráveis as eleições diretas.¹⁶³

Esta lembrança constante de suas defesas durante o processo de abertura política encontrou eco na imagem de jornal independente da Folha reforçada a partir de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello. Primeiro presidente eleito no sistema democrático após a ditadura em 1989 com apoio intenso da mídia¹⁶⁴, o ex-governador de Alagoas menos de um mês após assumir o mandato, lançou o Plano Collor que adotava o câmbio flutuante, substituía a moeda corrente de cruzado novo para cruzeiro e congelava contas bancárias, cadernetas de poupança e aplicações financeiras. Seu governo, no plano econômico, além das tentativas de estabilização da inflação, foi marcado pela abertura do mercado nacional às importações e pelo incentivo à desestatização das empresas nacionais.

A mídia se articulou para que Collor saísse vencedor em 1989, criando o mito de “caçador de marajás”¹⁶⁵. Durante a campanha eleitoral, a Rede Globo é acusada de ter editado um debate privilegiando Collor e prejudicando Lula, na clara intenção em

¹⁶² “Em 84, a Folha acompanhou de perto votação pelas diretas”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/09/1987.

¹⁶³ “Eleição realiza sonho da campanha das diretas já”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 12/11/1989.

¹⁶⁴ Vários estudos apontam que a mídia entusiasticamente apoiou Collor em sua candidatura contra o candidato Luis Inácio Lula da Silva. Bernardo Kucinski, atribui a Rede Globo a criação do mito de “caçador de marajás” quando ele era governador de Alagoas. KUCINSKI, 1998.

¹⁶⁵ Kucinski analisa como um rompimento surpreendente do padrão usual de subserviência da mídia ao poder. Ibidem.

influir na opinião pública e eleger o alagoano¹⁶⁶. A imprensa também é apontada como colaboradora neste processo ao publicar artigos e matérias anti-petistas, como quando os seqüestradores de Abílio Diniz apareceram vestidos com camisetas do partido¹⁶⁷. Bernardo Kucinski, apesar de atribuir ao O Estado de S. Paulo o papel principal de crítica diária ao PT, aponta que a Folha também teve sua parte neste processo ao trazer Paulo Francis de Nova York para escrever na primeira página do jornal e, nos últimos dias da campanha, atribuir a Lula uma proposta de arrocho salarial e às correntes majoritárias do partido a intenção de cercear a liberdade de expressão¹⁶⁸.

Com a política econômica adotada, no entanto, principalmente após o confisco das poupanças, a mídia que elegeu o presidente, se voltou contra ele. As revistas Veja e Isto É foram as primeiras a publicar denúncias de corrupção no governo¹⁶⁹. A Globo, ajudou a promover as manifestações dos cara-pintadas¹⁷⁰ quando os anúncios governamentais foram cortados pelo presidente, uma das bases de sustentação financeira da empresa à época. A Folha não foi pioneira nas análises críticas, mas a empresa avalia que assumiu papel central neste processo, com a ajuda do próprio presidente.

Menos de dez dias depois de Collor tomar posse, no dia 23 de março de 1990, seis fiscais da Receita Federal, dois agentes e um delegado da Polícia Federal invadiram a sede da Folha de S. Paulo, sob o argumento de que o jornal cobrava as faturas da contas publicitárias em cruzados novos não em cruzeiros, moeda recém-criada¹⁷¹. No dia seguinte, indignada, a Folha publicou reportagem sobre a invasão avaliando-a de “truculenta inspeção”:

O pretexto usado pelos agentes do governo não convenceu nem remotamente o diretor de Redação da Folha, Otavio Frias Filho:

¹⁶⁶ Em 1992, a Tv inglesa Channel 4, produziu o documentário “Brasil: beyond citizen Kane”, traduzido como “Além do cidadão Kane”, que mostrava o debate editado pela Rede Globo.

¹⁶⁷ O empresário Abílio Diniz foi seqüestrado em 11 de dezembro de 1989, em São Paulo por militantes do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária) chileno. Cinco dias depois, na véspera do segundo turno das eleições presidenciais, a polícia prendeu cinco dos seqüestradores e localizou o cativo. Antes do fechamento das urnas, o empresário foi libertado e todo o grupo levado para a prisão. A mídia divulgou a imagem dos seqüestradores usando camisetas do Partido dos Trabalhadores. Posteriormente, os seqüestradores afirmaram terem sido obrigados a vestir a camiseta do partido. “Sequestrador depõe e alega razão política”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/01/1990.

¹⁶⁸ KUCINSKI, 1998, p. 111.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 174.

¹⁷⁰ Ficaram conhecidos como caras-pintadas, os jovens que pintavam o rosto com as cores da bandeira brasileira e participaram de manifestações a favor do impeachment do presidente Collor entre agosto e outubro de 1992.

¹⁷¹ Segundo o caderno especial de 2001, a folha estava fazendo a cobrança em cruzeiros seguindo orientação da Associação nacional de Jornais.

"Considero a invasão de uma violência estúpida e ilegal. Por trás dos esbirros policiais, está Collor de Mello, a quem não reconheço como presidente da República mas como usurpador vulgar da Constituição", disse o jornalista.¹⁷²

A reportagem que detalhava as ações dos policiais como a entrada sem permissão em recintos da empresa e as tentativas de levar presos funcionários sem justificativa, vinha seguida do editorial "A escalada fascista" que, responsabilizando Collor pela ação e associando-o a ditadores totalitários, merece ser registrado na íntegra pela validade de suas considerações:

Assassinos da ordem jurídica, anunciadores do tumulto fascista que se desencadeia sobre a sociedade brasileira, esbirros de uma ditadura ainda sem nome - "Era Collor"?, "Brasil Novo"?- invadiram ontem a Folha de S.Paulo. Este fato culmina a série de agressões, de arbitrariedades e de violências que, em nome do combate à inflação, configuram um clima de terrorismo de Estado só comparável ao dos períodos mais infames e vergonhosos da história brasileira. Esta Folha, que criticou duramente a candidatura Fernando Collor - como, aliás, todas as outras-; mas que aprovou a audácia do presidente na edição das medidas econômicas, vê essa audácia transformar-se em prepotência e tirania; vê nos apelos do chefe de Estado aos "descamisados", nas ameaças que profere contra a livre iniciativa, na arrogância pretensamente incontrastável de suas atitudes, na precária corte de bajuladores que se acanalha à sua volta e no espetáculo de desorganização política, de obscurantismo e mistificação que se estabelece em seu governo, os sinais inequívocos, alarmantes e inaceitáveis de uma aventura totalitária. Não se agrediu um jornal. Agrediu-se a democracia. O chefe de Estado não parece ver limites para seu messianismo; este se constrói na arbitrariedade, sustenta-se na ignorância, mantém-se pela força, prossegue no arbítrio: é o momento de dizer basta.

A democracia brasileira não tolera aspirantes a Ceausescu ou versões juvenis de Mussolini. Aberta, como qualquer empresa, à fiscalização das autoridades, esta Folha não aceita intimidações grosseiras nem ameaças policiais. O governo federal investe na subversão das leis e na destruição das liberdades políticas. A escalada repressiva terá de ser interrompida: mais uma vez, quando já parecia consolidado o processo de transição para a democracia, cumpre lutar contra os inimigos da liberdade.¹⁷³

A visita da polícia federal à sede do Grupo Folha, vista com indignação pela empresa, neste editorial é intitulada como uma atitude totalitária comparada à política do ditador comunista romeno Ceausescu que há apenas três meses fora derrubado do poder e fuzilado. Esta identificação foi explorada mais detalhadamente no editorial

¹⁷² "Receita e Polícia Federal invadem a Folha". São Paulo: Folha de S. Paulo, 24/03/1990.

¹⁷³ "A Escalada Fascista". São Paulo: Folha de S. Paulo, 24/03/1992.

escrito por Otávio Frias Filho “Qualquer semelhança não é mera coincidência”. Publicado no dia seguinte, associava Collor a Mussolini, comparando-o não só em relação ao histórico da subida ao poder do líder fascista, mas exaltando o controle da economia que empregou, que no caso brasileiro a Folha afirma ter concordância, e o desrespeito à constituição e à liberdade.

Esses dirigentes messiânicos e auto-suficientes, dos quais Mussolini é um dos paradigmas neste século, são justamente os joguetes mais cegos da história, que os utiliza e depois descarta implacavelmente. Como a pessoa que vê as horas em seu relógio, ao mesmo tempo ouve as badaladas na igreja próxima e daí conclui que foi o seu ponteiro que acionou os sinos, eles imaginam comandar os acontecimentos quando são na verdade comandados; vêem a superfície rumorosa da política, onde imperam a ferro e fogo, mas não alcançam a profundidade subterrânea, as relações microscópicas onde milhões de pessoas constroem, sem saber e sem ter tampouco a pretensão de sabê-lo, o destino da sociedade - e de seus pequenos mussolinis.¹⁷⁴

No dia seguinte, o governo cancelou a medida provisória que autorizara a invasão, situação reconhecida pelo jornal como recuo do governo e vitória da Folha que mostrou não se atemorizar por tais ações. Poucos meses depois, o presidente entrou com processo contra o diretor de redação e três jornalistas da Folha devido a reportagens sobre licitações ilegais em seu mandato. Como resposta, ao ver o processo alongar-se por meses, Otávio Frias Filho publicou em 25 de abril de 1991, na primeira página da Folha uma "Carta aberta ao sr. Presidente da República", em que associa o processo impetrado contra três jornalistas, incluindo a si mesmo, mascarando o objetivo real de atingir a Folha como instituição. Afirmava o diretor de Redação:

Eu luto pela minha liberdade, o sr. por uma vaidade ferida; e no entanto minhas razões são públicas e de interesse geral, ao passo que as suas é que são particulares, sombrias como a própria solidão; (...) eu advogo um direito, o sr. uma obrigação de vassalagem; uma condenação lançará vergonha sobre o sr. e honra sobre mim; seu governo será tragado pelo turbilhão do tempo até que dele só reste uma pálida reminiscência, mas este jornal desde que cultive o seu compromisso com o direito dos leitores à verdade continuará de pé: até mesmo o sr. é capaz de compreender por que a minha causa é mais forte e mais justa que a sua.¹⁷⁵

¹⁷⁴ A ESCALADA..., 1992.

¹⁷⁵ “Carta Aberta ao sr. Presidente da República”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 25/04/1991.

Com a disputa com Collor o jornal teve a oportunidade de retomar sua retórica de defensor da democracia e, mesmo depois de assumir sua despolitização, requestrar sua imagem de jornal combativo. Reforçando a idéia de que a defesa principal da Folha é com a verdade e com o direito dos leitores, Otávio anuncia a longa vida do jornal em contraposição do governo Collor que já mostrava sinais de deterioração, através da utilização de motivos escusos de perseguição à imprensa. A fala é marcada pela arrogância de um diretor de redação que não admite acusações contra as publicações que dirige, praticante de uma objetividade jornalística que se pretende próxima da imparcialidade e que, portanto, em princípio, não poderia compactuar com o governo, em detrimento do público leitor. O que não está explícito, contudo, é que a preocupação não se dirige à missão da imprensa de denunciar práticas corruptas ou questionáveis do governo, mas garantir a posição de prestígio alcançada com o público leitor e manter os lucros com a circulação da mercadoria.

Em janeiro de 1992, os jornalistas foram absolvidos e o governo se desgastava cada vez mais. Neste ano, vieram a público inúmeros escândalos como o desvio de verbas feito pela primeira-dama Rosane Collor na Legião Brasileira de Assistência (LBA), as acusações do irmão mais novo do presidente Pedro Collor de que o tesoureiro da campanha Paulo César Farias pagava despesas pessoais do presidente e estava envolvido em esquemas de corrupção. Neste contexto, em 30 de junho, a Folha publicou um editorial em que defendia a renúncia de Collor:

O que se coloca, neste instante, é algo de bem mais alto do que divergências conjunturais. Trata-se da governabilidade do país. Trata-se de encerrar, da forma mais rápida e indolor possível, uma situação insustentável. O país precisa de governo. Precisa de um presidente. Já deixou de reconhecer, em Fernando Collor de Mello, uma figura capaz de atender a essa necessidade. A superação da crise exige sua renúncia.¹⁷⁶

Dando grande destaque às manifestações dos caras-pintadas em que em atitude contrária ao verde e amarelo da bandeira brasileira utilizava o preto, a Folha publicou edições com tarjas da mesma cor. Em 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à presidência diante da eminência de sofrer processo de impeachment.

Estas ações do governo Collor em relação ao jornal, serviram como argumentos importantes para a Folha lançar editoriais contra sua figura desde o início do mandato, pouco depois de ter elogiado sua política econômica em editorial e de ter ajudado a

¹⁷⁶ “Renúncia Já”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 30/06/92.

elegê-lo. Esta situação propiciou que o jornal fizesse uma análise posterior de que teria se colocado contra o governo desde seu início, como se já tivesse compreendido os limites e as conseqüências nefastas que este governo traria ao povo brasileiro e não como se fossem respostas às ações governamentais contra o jornal. Sem discutir como ajudou a elegê-lo, estes acontecimentos trouxeram elementos que unificados, permitiram a Folha a ser um dos primeiros meios de comunicação a propor a renúncia do presidente e a utilizar esta situação, sobretudo após ter este processo se concretizado, como uma atitude do jornal em defender as liberdades da sociedade civil desrespeitadas pelo presidente.

Nas campanhas publicitárias as críticas ao governo Collor foram utilizadas para autopromoção da imagem do jornal. Nelas, a Folha procurava demonstrar o caráter democrático pelo qual era pautada e a total independência de governos e partidos políticos. Com produção parecida com a do comercial “Hitler”, os comerciais produzidos em branco e preto, “Collor antes do impeachment” de maio de 1991 e “Collor depois do impeachment” de outubro de 1992, mostravam o presidente brasileiro enquanto fazia suas promessas de governo e admitia que:

Embora pareça ter dificuldade em assumir isto, a pessoa que ocupa o cargo de presidente da República também erra, como todo ser humano. Apontar estes erros não é crime, é um dever para um jornal que acha que seus leitores têm o direito de saber a verdade. Entre satisfazer a vontade da pessoa que ocupa a Presidência da República e satisfazer seus leitores, a Folha fica com a segunda opção. Se você é a favor da informação e do direito de saber o que é feito com os impostos que você paga, leia a Folha. Defenda-se.¹⁷⁷

Novamente, a Folha usava como argumento a defesa dos leitores e não dos governos para reforçar sua imagem democrática. O jornal descobriu que esta ação era comercial e politicamente vantajosa, como vimos anteriormente. Em clara referência às acusações de corrupção que sofria e as conseqüências pouco animadoras da política econômica, o jornal admite que o presidente errou e que a população precisa saber a verdade. Sua independência em relação aos governos é ressaltada no conteúdo da propaganda e também nas reportagens que publicou em sua referência. Quando as campanhas conquistaram o Leão de Ouro em 1993, o jornal citava análises de publicitários sobre como “a Folha foi o jornal que teve coragem de falar quando os

¹⁷⁷ “Campanha da Folha ganha leão de ouro”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/06/1993.

outros se calaram” e o ocorrido como “um momento tão histórico e decisivo para a manutenção de uma imprensa livre no Brasil”¹⁷⁸.

Avaliada pela Folha como uma campanha “pela antecipação e pela ousadia do jornal”, a importância destas duas peças que enfocam o ex-presidente Fernando Collor de Mello, não deve constar apenas em uma nota de rodapé. As ações da empresa durante seu governo e o marketing investido, se tornaram mais um momento da história do jornal que a Folha podia aproveitar para reforçar sua imagem democrática e independente que estava um tanto ofuscada desde o fim da campanha das Diretas-já.

Nesse sentido, a empresa não poupou esforços para mostrar sua disposição de denúncia do governo. Além das campanhas publicitárias, dos editoriais associando Collor a Mussolini, da Carta ao Presidente publicada na primeira página do jornal, até uma pesquisa de opinião foi encomendada em 1991. Visando mostrar como era recebida as críticas do jornal e campanha produzida naquele ano, o Instituto Datafolha, agência de pesquisas do Grupo Folha, concluiu que 78% dos paulistanos concordavam que a campanha institucional sobre o presidente “contribui (a) para a defesa da liberdade de imprensa”. Segundo a reportagem que anuncia os resultados da pesquisa “a campanha tinha por finalidade explicar a política editorial apartidária da Folha e o inconformismo do governo federal com essa demonstração de independência”¹⁷⁹.

O presidente Collor perdeu uma importante aliada enquanto a imagem de um jornal independente do governo e partidário das liberdades civis era reforçada na opinião pública, graças ao seu governo. Para o Grupo Folha, 1992 foi um ano singular:

A evolução do jornalismo brasileiro na década de 80 culminou com o impeachment do presidente da República em 1992, no qual a imprensa teve papel determinante. Os telejornais ganharam desenvoltura informativa, firmou-se nos meios impressos o prestígio de um profissionalismo independente, submetido apenas às forças de mercado. A democracia adquiriu consistência, conforme as instituições mostravam que podiam funcionar. Os meios de comunicação passaram a refletir pressões crescentes de democratização do poder público, expressas em timbre moralizador, tanto mais intensas quanto mais o Estado se mostrava incapaz de atender expectativas mínimas da população, represadas havia muito. Entrou em grande evidência um jornalismo baseado na investigação, nem sempre conscienciosa, de irregularidades na administração pública, divulgadas de forma categórica, às vezes bombástica. O impeachment ocupa entre nós posição análoga à do caso Watergate

¹⁷⁸ CAMPANHA..., 1993.

¹⁷⁹ “Para paulistanos, campanha da Folha reforça imprensa livre”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 08/06/1991.

na evolução da imprensa norte-americana, seja no sentido de ter revitalizado a função político-institucional do jornalismo, seja no de revelar falhas que o próprio aumento da influência dos meios de comunicação tornou patentes.¹⁸⁰

Ao evidenciar a postura adotada pela mídia durante o processo de impeachment de Collor, a análise do crescimento de influência do jornalismo na vida política nacional foi usada para corroborar a importância reivindicada pela e para a Folha no processo e assim reforçar sua defesa democrática e independente. As campanhas publicitárias produzidas que ressaltam estes princípios do jornal, se tornaram possíveis dado o papel desempenhado pela Folha na Campanha das Diretas Já em 1984, sublinhado em 1992 através dos editoriais contra o governo Collor e das campanhas publicitárias decorrentes destes acontecimentos.

A definição no projeto editorial da defesa de “um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista”¹⁸¹, passou a ser utilizado enquanto lema da empresa e a integrar o processo de construção da auto-imagem do jornal Folha de S. Paulo Estes valores que refletiam os objetivos comerciais da empresa, afirmados no Projeto Folha e presentes nas publicações da empresa até os dias atuais, alcançaram este patamar de importância por se constituírem como princípios baseados no conceito de objetividade jornalística, seguindo uma tendência da imprensa mundial integrante da lógica capitalista, traduzidos para o leitor enquanto garantia de democracia e independência. A Folha soube edificar uma imagem associada à assunção do caráter mercadológico do jornalismo com os conceitos de independência e democracia, como se a objetividade jornalística utilizada refletisse a ausência de vínculos políticos da publicação e assim como sua defesa por liberdade democrática irrestrita.

A manipulação da notícia e de sua imagem construída, mesmo à revelia de memórias e autores que ainda nos anos 80 questionavam os sentidos do engajamento da Folha à campanha das Diretas-já¹⁸². Porém, continuaram a pipocar análises sobre a atuação da empresa relacionada à ditadura militar e, portanto, à defesa da abertura política. Aos poucos, a quantidade de materiais produzidos questionando a legitimidade da imagem defendida, conseguiu ferir sua consolidação e se tornou alvo de preocupação, como veremos no próximo capítulo, apesar da empresa não negar as concepções que a orientam:

¹⁸⁰ Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1997.

¹⁸¹ PROJETO..., 1985.

¹⁸² Sobre este debate ver KUCINSKI, 1998 e TASCHNER, 1992.

A Folha é um jornal feito em São Paulo com irradiação nacional, que se propõe a realizar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Do ponto de vista político, sustenta a democracia representativa, a economia de mercado, os direitos do homem e o debate dos problemas sociais colocados pelo subdesenvolvimento.

Como empresa, o jornal se enraíza nas forças de mercado e adota uma atitude de independência em face a grupos de poder. Procura melhorar a qualidade dos serviços que oferece, pautando-se por uma política de competição comercial, modernização tecnológica e valorização da competência profissional.

A Folha considera notícias e idéias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico. Acredita que a democracia se baseia no atendimento livre, diversificado e eficiente da demanda coletiva por informações.¹⁸³

¹⁸³ NOVO..., 1996.

CAPÍTULO III:

IMAGEM QUESTIONADA

Nos capítulos anteriores, analisamos os esforços do Grupo Folha em erigir uma auto-imagem democrática e independente para a Folha de S. Paulo nas décadas de 80 e 90. A partir da cobertura dada pelo jornal à campanha das Diretas Já, do investimento em produções sobre a história da empresa e do uso intensivo do marketing, associados às novas técnicas de confecção da notícia, a empresa obteve êxito em sua estratégia, como reflete o posto alcançado pela Folha de S. Paulo em 1986 de jornal de maior circulação do país.

Neste período estudado surgiram críticas à atuação da empresa, mas estas pouco afetaram a auto-imagem em construção do jornal. No limiar dos anos 2000, como veremos neste capítulo, a continuidade de publicação de trabalhos acadêmicos analisando a atuação da empresa durante a ditadura militar e questionando a legitimidade da imagem defendida, fizeram com que o Grupo Folha se voltasse uma vez mais à análise do seu passado. Tornava-se necessário fazer um acerto de contas com a memória que vinha à tona sobre sua colaboração com a ditadura militar em três momentos: no despontar do golpe militar de 1964, durante a censura governamental à imprensa e, principalmente, na atuação da Folha da Tarde. Era inevitável assumir que a Folha da Tarde é a co-irmã da Folha de S. Paulo e revelar uma história de relações estreitas do jornal com o governo militar e os órgãos de repressão no interior do grupo empresarial.

A primeira demonstração da empresa deste retomar de sua memória transpareceu na publicação de um caderno especial em 19 de fevereiro de 2001. Nesta data, comemorava-se os “80 anos da Folha”¹⁸⁴ através de festas, debates e exposições¹⁸⁵ que enalteciam o crescimento em circulação que atingiu o ápice em 1986 e pronunciavam a disposição democrática e independente de suas publicações. O papel desempenhado durante a Campanha das Diretas Já, rememorado repetidamente na afirmação de sua imagem, não poderia faltar neste momento singular de celebração,

¹⁸⁴ Não podemos considerar 80 anos do jornal “Folha de S. Paulo”, já que o mesmo foi criado apenas em 1960 e nem da empresa Folha da Manhã Ltda, que recebeu este nome em 1931. O aniversário do jornal é considerado tendo como base a fundação da Folha da Noite em 1921, pela empresa.

¹⁸⁵ Como a exposição “Imagens de Fato - 80 Anos de Folha”, realizada no Museu de Arte de São Paulo (Masp), naquela ocasião.

estando presente neste caderno intitulado “Tudo sobre a Folha”. Escrita por André Singer, a matéria “Apoio a diretas amplia peso político do jornal” seguida do subtítulo “Direção percebe inclinação da sociedade por mudanças e decide fazer campanha”, detalha as reuniões e os debates que levaram o Conselho Editorial e os proprietários do jornal a decidirem apoiar a transição para a democracia:

“A Folha é uma antes das diretas e outra depois”, diz Kotscho. Para ele, com a campanha, o jornal consolidou o trabalho que começara alguns anos antes. Entre 1978 e 1982, o jornal havia adotado uma série de posições importantes, como a defesa da anistia e da convocação de uma Assembléia Constituinte, que iriam refletir-se depois na imagem de ser o veículo mais identificado com a volta da democracia ao país. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, por 22 votos, foi possível aferir a identidade que os leitores haviam estabelecido com o jornal. Frias Filho lembra-se de que o editorial de primeira página “Cai a emenda, não nós”, publicado em 26 de abril, o dia seguinte à frustração, foi o que teve maior repercussão de todos os que escreveram. “Vinha gente até o jornal só para nos cumprimentar”, diz.¹⁸⁶

Esta identificação do leitor pró-diretas com a Folha de S. Paulo e a consolidação da imagem do jornal ligada à democracia são nitidamente delineadas, assim como os ganhos oriundos desta experiência:

Com as diretas para presidente, que o jornal queria para 1984 e vieram só em 1989, termina um ciclo do país e do jornal. A transição para a democracia significou para a Folha a passagem para a condição de jornal mais influente do Brasil.¹⁸⁷

O crescimento do reconhecimento do jornal no país, ocorrido sobretudo na década de 80, é apontado como conseqüência do envolvimento com o processo de redemocratização governamental e com a implantação do Projeto Folha e do Manual de Redação. Estas atitudes, entendidas como acertadas e fundamentais nos resultados apresentados, são sublinhadas em todo o caderno especial. Buscando dar continuidade à consolidação desta imagem da Folha de S. Paulo, o texto sublinha a influência do jornal na política brasileira, como se o aumento em vendas refletisse diretamente na conquista de um papel social privilegiado na política governamental.

Em relação à ditadura militar e seus estertores, além de enfatizar com veemência o engajamento nas Diretas Já e os resultados obtidos, começam a aparecer algumas

¹⁸⁶ TUDO..., 2001.

¹⁸⁷ Ibidem.

análises que demonstram a preocupação do jornal em esclarecer os questionamentos que surgiam sobre sua atuação neste período. Este é o primeiro documento produzido e publicado pela empresa assumindo que o Grupo Folha não se opôs à ditadura em seu decorrer, como indicam Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato na “História da Folha de S. Paulo”, mas apenas quando a transição era certa.

A matéria: “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70”, analisa que a Folha resistiu aos militares ao publicar a coluna de Lourenço Diaféria em branco após sua prisão em setembro de 1977, momento em que o jornal avalia que foi alvo da censura à imprensa, demonstrando a mudança da identificação de resistência durante a prática da autocensura para este período em que o projeto de distensão política já estava em curso e que, portanto, o movimento repressivo representava apenas o reflexo das políticas censórias anteriores.

A análise da postura adotada na deflagração do golpe de estado de 1964, procura minimizar a responsabilidade da empresa diante das decisões tomadas. Ao reafirmar o apoio dado à deposição de João Goulart, reitera que “O jornal não participou, contudo, da conspiração que envolveu muitas publicações”, referindo-se ao concorrente O Estado de S. Paulo, e que a preocupação essencial de seus donos era com a saúde financeira do jornal, situação apontada como um fator de impedimento de uma atuação mais contundente. Esta análise exime os proprietários das preparações do golpe e acentua a disposição democrática da publicação já que, nos anos seguintes, “o jornal se pautaria por uma preocupação, a retomada da agenda democrática”.

Durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, “o mais duro do regime militar”, de 1969 a 1974, a publicação afirma que “a Folha viveu um período marcadamente acrítico”, posição que não reconhece nem resistência nem apoio aos governos daquele período. Apresenta, nesse sentido, uma neutralidade política do jornal que torna possível a defesa posterior de princípios democráticos. A instalação e as consequências da ditadura são apontadas neste trecho como exclusividade dos militares, portanto, sem identificação da participação de setores da sociedade civil nos acontecimentos.

A edição surpreende ao fazer apontamentos que evidenciam relações entre a empresa e os governos militares sem, no entanto, analisá-las detalhadamente ou reconhecê-las enquanto exemplos de colaboração. É citado o ataque aos carros da empresa ocorrido em 1971, o editorial publicado em resposta aos executores do atentado, a proteção dos agentes do Dops à família de Otávio Frias de Oliveira, o “tom

polícialesco” da Folha da Tarde e as suspeitas de que a empresa emprestava seus carros como disfarce para as forças de segurança nos atos de prisão de opositores ao regime instituído. É a primeira vez que estas denúncias contra a empresa são discutidas publicamente pelo próprio Grupo Folha que as considera, na maioria dos casos, sem comprovação efetiva¹⁸⁸. A preocupação com a Folha da Tarde e com as denúncias de envolvimento da empresa com órgãos do governo e na defesa da ditadura militar, demonstram a reflexão que a empresa passou a operar sobre as críticas que apareciam de forma cada vez mais intensa sobre sua atuação e como as mesmas poderiam ferir a afirmação de sua auto-imagem.

Quando em 2002, a Publifolha, editora do Grupo Folha, publicou “O Brasil em Sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha” como parte das comemorações do aniversário, não era possível rememorar a história da empresa sem tocar, mesmo que levemente, nestas polêmicas que vinham à tona relativas à sua atuação durante a ditadura militar. Assim como no documento de 2001, a análise realizada dos editoriais e das reportagens do jornal no decorrer de sua história, realizada pelo jornalista Oscar Pilagallo, não se aprofunda detalhadamente sobre estes questionamentos, mas traz elementos novos para o debate.

Em relação aos antecedentes do golpe, o jornalista que assina a obra afirma que a postura anti-janguista da Folha da gestão de Nabantino Ramos, não se alterou após a posse de Frias e Caldeira em 1962: o jornal elogiou a derrubada de Jango em 1964, reforçando as críticas que já vinha fazendo diante de medidas e projetos do presidente, e publicou noticiário altamente favorável ao governo de Castelo Branco. Já em relação ao sucessor Costa e Silva, o autor aponta que a Folha se distanciou da ditadura militar por sentir-se prejudicada com algumas medidas tomadas em relação à liberdade de imprensa e por reprovar situações como a prisão dos professores da USP. Porém, o jornal não deixou de reconhecer a disposição democrática do presidente Costa e Silva ao permitir a realização pacífica da “passeata dos cem mil”¹⁸⁹.

Durante os “anos de chumbo”, Pilagallo analisa que a Folha passou a atuar em “low profile”, aceitou a censura e apoiou o governo Médici e que por isso “seria vítima

¹⁸⁸ O caderno especial “Tudo sobre a Folha” afirma que: “Frias diz que, se isso ocorreu, foi à sua revelia. Nunca houve, afirma, colaboração com o Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) ou o Segundo Exército”.

¹⁸⁹ Sabemos que mais do que princípios democráticos, a morte recente do estudante Edson Luís de Lima Júnior, no Restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, era possivelmente o motivo para a autorização da passeata. O estudante foi morto pela polícia em conflito no dia 28 de março de 1968, o que gerou protestos em todo país.

de um atentado, em setembro de 1971, quando militantes da ALN incendiaram dois carros de entrega do jornal, em represália ao tom policialesco, no noticiário sobre guerrilha, da Folha da Tarde, outro jornal do grupo”¹⁹⁰. A proximidade do jornal ao presidente Médici se justifica, na obra, pela popularidade do ditador que, se não governasse por imposição, ganharia facilmente uma eleição naquele contexto.

Percebemos nesta publicação, o início de uma mudança da postura Folha em relação à ditadura militar, passado o calor do momento, em que reconhece os apoios que deu aos presidentes (praticamente todos, mesmo que em momentos e situações específicas, apenas Figueiredo não é citado) e o papel exercido pela Folha da Tarde. Neste movimento, identificamos a elaboração de um documento interno em 2004 como o ponto central desta atualização da empresa em relação ao seu passado. A pedido de Otávio Frias Filho, diretor de redação, Pilagallo aprofundou a análise dos relacionamentos que a empresa manteve com os governos militares do período anterior ao golpe à campanha das Diretas Já, no texto intitulado “O Regime Militar e a Folha”. Partindo das críticas apresentadas por jornalistas e trabalhos acadêmicos em efervescência, o documento tem como eixo central a colaboração ou não da empresa com a ditadura, detalhado através dos questionamentos sobre a atuação durante o golpe militar, a censura à imprensa e, principalmente, os significados das publicações e da manutenção pela empresa do jornal Folha da Tarde.

Este escrito de Pilagallo, até os dias atuais, não foi publicado. Constitui um documento de circulação interna restrita, já que não foi dado acesso à leitura a muitos jornalistas, mas apenas a uma palestra considerada como treinamento profissional, em que o diretor de redação debateu o papel da imprensa durante a ditadura militar¹⁹¹. Este caráter restrito da análise, associado ao fato de ter sido produzido por um jornalista e não um historiador, como foi o livro da história da empresa datado de 1981, demonstra que a disposição do jornal era a de formular para o público interno subsídios aos questionamentos que ora emergiam sobre o papel assumido pela empresa no período. Não havia uma preocupação em resgatar esta trajetória através de critérios científicos, mas de programar uma defesa da Folha à situação vivenciada que balizasse os debates que por ventura ocorressem. Era um ajuste de contas da empresa com a memória que

¹⁹⁰ PILAGALLO, 2004, p. 128.

¹⁹¹ Palestra proferida por Otávio Frias Filho em 01 de setembro de 2006, no auditório da Folha, aos jornalistas da empresa a título de treinamento profissional.

havia construído de si mesma e com memórias individuais ou acadêmicas que insistiam em aparecer.

Pilagallo utilizou como fonte principal de sua investigação as entrevistas colhidas para o “Projeto História Oral da Folha”, o que nos leva a utilizar trechos destes depoimentos para aprofundar a análise do escrito. Este projeto procurou resgatar as memórias de jornalistas e do proprietário Octávio Frias de Oliveira, sobre variados assuntos relativos à trajetória da empresa¹⁹². As primeiras entrevistas que tivemos acesso são datadas de 1995 a 1998 e têm como foco principal ex-jornalistas da empresa, como Odon Pereira, Audálio Dantas, Mario Mazzei, Gil Passarelli, Perseu Abramo, Ruy Lopes, Adilson Laranjeira, Pedro Pincirolli, Carlos Brickmann, Joelmir Beting, Boris Casoy, Alberto Dines, Hideo Onaga, Paulo Francis, Pedro Del Picchia, Hebe de R. Pestana, Geraldo Pinto Rodrigues, Ulisses Alves de Souza, Renato Pompeu, Antonio Pimenta Neves, Jorge Miranda Jordão, Mauricio de Sousa, João Baptista Ramos, Woyle Guimarães, Joel Alves da Silva, Caio de Alcantara Machado e Ieda Ramos. Em 2001, foi colhido o depoimento de Luiz Alberto Bahia e em 2005 de Benedito Carlos de Almeida. O projeto conta ainda com uma longa entrevista de Octávio Frias de Oliveira de maio de 1989 e o depoimento de Antonio Aggio Júnior em 2003, colhido especialmente para a elaboração do texto. Pilagallo dialoga também com publicações empresariais, como a “História da Folha de S. Paulo”, livros de memórias de jornalistas, como “A Regra do Jogo”, de Cláudio Abramo, e obras que questionam a imagem construída para o jornal.

O texto de Pilagallo foi escrito partindo da verificação da consolidação da Folha econômica e editorial durante a ditadura militar, de onde decorre a necessidade de compreender o relacionamento entre a empresa e os governos do período. O caráter da análise realizada transparece no título do trabalho, “O Regime Militar e a Folha”, demonstrando o entendimento de que o jornal era independente do governo e que não possuía nenhuma relação com a sustentação de sua legalidade e legitimação. Ou seja, num entendimento de como a imprensa e organismos da sociedade civil não fazem parte necessariamente da estrutura de poder e que, portanto, suas atitudes se constituem apenas como respostas à política governamental. Estas respostas são analisadas em três

¹⁹² Buscamos esclarecer suas motivações e objetivos procurando o gerente do Banco de Dados de São Paulo Ltda, do Grupo Folha, Carlos Henrique Kauffmann. O gerente diz desconhecer a sistematização de um projeto, nos enviou indicações de como desenvolver uma entrevista datados possivelmente de 1997 e nos indicou entrar em contato com Lízia Bydlowski, a primeira entrevistadora registrada do Projeto História Oral. Infelizmente, não conseguimos contactá-la para maiores esclarecimentos.

fases pelo autor, divididas segundo os posicionamentos do jornal frente à ditadura e não as práticas administrativas usadas na periodização adotada por Mota e Capelato. Desse modo, o período compreendido entre 1962 e 1968, é entendido como de apoio ao golpe e ao regime, entre 1969 e 1973 de autocensura e conivência com a repressão e 1974 e 1985 de aposta na abertura política e na aproximação com a sociedade civil.

O primeiro período analisado evidencia o questionamento sobre a colaboração da empresa com o golpe militar, um dos pontos de reflexão delimitados pela Folha no processo de esclarecimento de sua atuação. A afirmação de que a Folha de S. Paulo, única publicação da empresa à época, apoiou o golpe militar de 1964, é um ponto que não costuma gerar disputas em relação a sua efetividade. Todas as análises produzidas pela empresa e por outros estudiosos e as memórias que consultamos, referendam esta afirmativa. Porém, existem interpretações diferenciadas para legitimar esta atitude e questionamentos sobre a participação ativa nos movimentos conspiratórios.

Pilagallo confirma que a linha editorial adotada antes de 64 disparava críticas constantes às medidas governamentais e que, em março daquele ano, a Folha de S. Paulo apoiou o golpe. O autor destaca as ações concretas empreendidas em sua defesa, como a promoção feita pelo jornal do Congresso para as Reformas de Base, fórum que visava orientar as elites em relação às reformas que o presidente João Goulart queria pôr em prática. Realizado juntamente com O Correio da Manhã em janeiro de 1963, o autor aponta que o evento tinha como função difundir teses antipopulistas “mesmo sem o poder de influenciar a opinião pública”¹⁹³.

Pilagallo, no entanto, omite que o congresso era uma atividade do IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais)¹⁹⁴. Renée Dreifuss, no seu livro, “1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes”, ao apontar que o nome de Frias constava numa lista de associados proeminentes do IPES, um dos órgãos que financiou a conspiração de 1964 ao lado do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), cita o congresso como uma das atividades do organismo. Este dado apresentado por Dreifuss, é contraposto por Pilagallo com a entrevista ao Projeto História Oral de Octávio Frias de Oliveira que nega, terminantemente, ter sido partícipe das conspirações do golpe. O proprietário confirma ter comparecido apenas a uma reunião na casa de José Adolpho da Silva Gordo, banqueiro, em que os proprietários do “O Estado de São Paulo” foram recebidos em separado. A manchete da Folha de S.

¹⁹³ PILAGALLO, 2004, p. 2.

¹⁹⁴ Sobre a presença da Folha no IPES, além de Dreifuss, ver SOUZA, 2007.

Paulo de 01 de abril de 1964 "Tantos Estados Sublevados Contra a União", é lembrada como uma prova de que o jornal não estava ativamente engajado. Segundo Frias, a Folha se manteve independente à época do golpe, apoiou, porém não ajudou a articulá-lo. Seu testemunho é suficiente para Pilagallo sustentar que o proprietário do jornal não participou de muitas destas reuniões e acreditar que não teve papel de destaque nas preparações.

O autor justifica que a Folha de S. Paulo apoiou o golpe como o fez toda a grande imprensa nacional que não acreditava nas disposições democráticas de Jango e desconfiava de sua aproximação com o Partido Comunista. Esta atitude de desconsiderar o significado da participação da Folha no IPES, significa ignorar a participação da mídia no esforço conjunto entre as classes burguesas e os militares em prol da intervenção militar no Estado e do rearanjo político para manutenção da autocracia burguesa. Por outro lado, ao mesmo tempo em que esclarece a motivação da atitude tomada, reforça a consideração dos escritos anteriores da empresa que procuram eximí-la do fardo desta decisão ao anunciar que como o objetivo era sanar as dívidas do jornal, não havia uma preocupação com o desenvolvimento de uma política editorial nem o interesse em posicionar-se claramente, como se fosse possível uma neutralidade política ou como se esta decisão tivesse sido tomada inadvertidamente no mesmo movimento que os outros órgãos de imprensa¹⁹⁵. O depoimento de Octávio Frias de Oliveira que afirma só ter voltado seu foco para a redação após os dez primeiros anos de gestão quando a situação financeira da empresa já estava consolidada: “antes disso eu orientava a Redação, conversava diariamente com o diretor, o José Reis”¹⁹⁶, é utilizado como prova deste distanciamento assim com a manutenção de grande parte do corpo redacional da gestão Nabantino nos quadros da empresa, como os jornalistas Emir Nogueira e Mário Mazzei.

Outro envolvimento debatido da empresa com o golpe é a participação de Antônio Aggio Jr, diretor de redação da Folha da Tarde a partir de 1969, nos preparativos para 31 de março. Segundo o depoimento de Aggio, quinze dias antes do golpe, o coronel Antonio Lepiane¹⁹⁷, comandante do 4º Regimento de Infantaria de

¹⁹⁵ Esta defesa justifica a separação feita na obra de Capelato, dos períodos de consolidação do jornal, reservando os anos de 1962 a 1967, a reorganização financeiro-administrativa e tecnológica da Folha.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Octávio Frias. Octávio Frias de Oliveira: depoimento (21,28/05/1989). Entrevistadores: Boris Casoy, Clóvis Rossi, Carlos Eduardo Lins, Otavio Frias Filho e Leão Serva. São Paulo: Grupo Folha, 1989. Entrevista concedida ao Projeto História Oral da Folha entre 21 e 28 de maio de 1989.

¹⁹⁷ Aggio afirma ser afilhado do coronel Antônio Lepiane – comandante a partir de 1967 do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, São Paulo.

Quitaúna (Osasco) que fazia parte da ESG (Escola Superior de Guerra), o procurou dizendo que um grupo de militares ligado a Castelo Branco ia fazer um movimento para botar abaixo o presidente João Goulart e que precisava de uma camuflagem para os preparativos. Aggio ajuda levando Lepiane e o coronel Caetano¹⁹⁸ a uma reunião dos comandos do II Exército num um carro da Folha da Manhã para não levantar suspeitas. No encontro ficou acordado que os coronéis de São Paulo assumiriam toda a estrutura do II Exército afastando Amauri Krue¹⁹⁹, que era parente do Jango e próximo a Adhemar de Barros e que por este motivo não poderia fazer parte da jogada. No dia em que o Castelo Branco anunciasse o movimento, Lepiane passaria um telex do Rio de Janeiro para Aggio na Folha de S. Paulo dizendo que seu tio estava muito mal e que havia chegado sua hora. Esta era a senha para que o movimento tivesse início. Aggio cumpriu sua parte na conspiração: recebeu o telex e o repassou para o coronel Caetano.

Segundo Aggio, Cláudio Abramo, secretário de redação, sabia que ele estava envolvido no processo e o enviou para cobrir a movimentação das tropas no Vale do Paraíba e no Rio de Janeiro, mas afirma que nenhum dos proprietários ficou sabendo do caso a época²⁰⁰. Frias só tomaria conhecimento nos anos 80, o que o irritou muito.

Depois posteriormente, muito posteriormente, eu soube que o Ágio usou o nosso telex para fazer mensagens cifradas. Mas muito posteriormente eu soube disso, contado pelo próprio Aggio. (...) Nunca procurei saber porque aquilo me irritou também.²⁰¹

Agindo de forma isolada ou não, o futuro diretor de redação da Folha da Tarde, utilizou-se de sua condição de jornalista para auxiliar a promoção do movimento militar sem, por outro lado, empregar as informações obtidas a favor da informação pública, como dá a entender em sua entrevista ter sido a finalidade de tais atos. Em suas memórias, não demonstra nenhum arrependimento, confirma em pelo menos duas passagens a defesa dos governos militares “eu realmente torcia para a revolução”²⁰², e

¹⁹⁸ De acordo com Aggio, o coronel Caetano era chefe da 5ª Seção do Segundo Exército em São Paulo. Não localizamos o nome completo do coronel. AGGIO Jr. Antonio. Antonio Aggio Jr.: depoimento (26/03/2003). Entrevistadores: Oscar Pilagallo. São Paulo: Grupo Folha, 2003. Entrevista concedida ao Projeto História Oral da Folha em 26 de março de 2003.

¹⁹⁹ Krue¹⁹⁹ assumiu o comando do II Exército, sediado em São Paulo, no final de 1963. A adesão de Krue¹⁹⁹ ao golpe de Estado só se deu praticamente no momento em que este foi deflagrado, no dia 31 de março de 1964.

²⁰⁰ Apesar desta afirmativa de Aggio em depoimento, Cláudio Abramo não fazia parte do corpo de funcionários da empresa em 31 de março de 1964.

²⁰¹ OLIVEIRA, 1989.

²⁰² “Tirando o negócio da revolução (que eu realmente torcia para a revolução), [esse meu apoio] não tem nada a ver com as matérias.” AGGIO Jr, 2003.

considera que o apoio a sua causa revolucionária não alterou a linha editorial do jornal que dirigiu, como se fosse possível proceder uma total separação entre as convicções e defesas dos jornalistas e, em especial do diretor de redação, do resultado do trabalho jornalístico.

A análise destas denúncias não impediu que Pilagallo mantivesse sua avaliação de que a Folha de S. Paulo apoiou “discretamente” o golpe. Atribuindo uma participação ocasional de Frias nas reuniões do IPES e as ações de Aggio como responsabilidade individual, analisa que, se o jornal teve um envolvimento direto com o golpe, não o fez de forma isolada, como figura central e nem com a anuência de seus proprietários. Nesta perspectiva, a postura da empresa se justifica por seguir a decisão em voga dos meios de comunicação de apoiar o golpe diante do temor da instauração do comunismo no Brasil, mas não de atuar diretamente em sua promoção.

Contudo, o autor discorda da análise de Mota e Capelato, de que o jornal começou a distanciar-se do apoio incondicional do golpe ao publicar o editorial “Deduro na USP”. Para ele, a crítica presente no texto, não passou de um fato isolado, não era resultado de uma política editorial consistente, já que o jornal adotou o “silêncio tático”²⁰³ e continuou a defender a ditadura militar nos primeiros anos, como confirmou no livro “O Brasil em Sobressalto”. Em sua análise, somente após a publicação do AI-5 a Folha de S. Paulo deixou de apoiar o governo:

O recuo estratégico é explicado pela vulnerabilidade financeira da empresa e pela fragilidade do jornal como instituição. O Grupo Folha ainda não havia se consolidado e o jornal não tinha maior relevância. Nessas condições, não haveria como resistir a pressões do governo. Enfrentar o governo seria bravata. “Eu nunca fui homem de bravatas”, afirma Frias. “Fechar o ‘Estado’ era uma tarefa difícil. Fechar a Folha era uma coisa fácilima”.²⁰⁴

Assim, para o jornalista, quando a ditadura militar acirrou a repressão, a Folha de S. Paulo adotou posição acrítica em relação ao governo, sob o argumento de irrelevância do jornal e a situação financeira da empresa, e praticou a autocensura entre 1969 e 1973. A postura assumida pelo principal jornal do Grupo Folha no que tange à censura e seus significados, é o segundo ponto de reflexão que norteia os trabalho analisado no sentido de esclarecer o processo de colaboração da empresa com os governos militares.

²⁰³ CAPELATO e MOTA, 1981.

²⁰⁴PILAGALLO, 2004, p. 9 e 10.

A posição do jornal frente a censura era um dos questionamentos que estavam emergindo de análises acadêmicas, principalmente nos fins dos anos 90, e confrontavam a auto-imagem até então sustentada de jornal democrático e independente dos governos. A censura à imprensa no Brasil durante a ditadura militar instalada em 1964²⁰⁵, teve início com a publicação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, apesar da maior parte dos registros de material censurado datar do início da década de 1970. Alguns jornais como O Estado de S. Paulo e O Pasquim vivenciaram a censura prévia das informações, exercida através da presença periódica de um censor na redação do jornal que proibia ou liberava a publicação do conteúdo produzido²⁰⁶. Mas, a maioria dos meios de comunicação recebia comunicados da Polícia Federal dizendo o que podia e o que não podia ser publicado, como a Folha de S. Paulo. Chamados de “bilhetinhos”, os comunicados enviados levavam os veículos de imprensa a exercer uma autocensura em relação à cobertura jornalística.

A confecção e distribuição dos “bilhetinhos”, assim como a censura prévia, era uma atribuição do Ministério da Justiça que determinava a orientação geral e o conteúdo a ser censurado, apesar de outros órgãos do poder também participarem ocasionalmente deste processo²⁰⁷. A execução ficava a cargo da Polícia Federal de Brasília, de onde eram enviados as proibições para as sedes regionais, que as repassavam aos órgãos de imprensa. Geralmente havia um responsável de cada veículo para recebê-las, copiá-las a mão e transmití-las aos editores dos jornais. Esta prática garantia ao governo o controle dos jornais e dos jornalistas que confirmavam o recebimento das proibições, enquanto os impossibilitava de ter provas da existência da censura ao impedir cópias xerográficas dos bilhetes.

Excluindo-se cerca de sete publicações que entre 1968 e 1978 contavam com a censura prévia, os bilhetinhos eram enviados a todos os jornais do país na década de 1970, os de grande e os de pequena circulação. Este tipo de censura na ditadura militar brasileira foi usado para transmitir verdades e versões governamentais sobre acontecimentos. A diversidade de temas censurados foi significativa abarcando desde seqüestros, entrevistas de personalidades, fugas de prisões, incêndios em edifícios e

²⁰⁵ Nossas considerações sobre censura à imprensa entre 1968 e 1978, foram elaboradas principalmente através das obras de Smith, Aquino e Kushnir.

²⁰⁶ Em alguns casos, o conteúdo era enviado pelo correio ao censor para sua apreciação.

²⁰⁷ No entanto, o conteúdo dos comunicados mostra que outros órgãos do poder também participavam indiretamente das ordens, como o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), o II Exército, a Polícia Militar e o próprio Poder Executivo. Temas como o choque entre o exército e guerrilheiros, prisão e morte de “subversivos”, só poderiam ser emanados de forças de segurança que acabavam servindo como fonte de informação aos jornais, mesmo que o assunto não viesse a público.

derrame de cédulas falsas. Eram recorrentes as proibições de notícias sobre as disputas das sucessões presidenciais, com o objetivo de transparecer harmonia na escolha daqueles que assumiriam o cargo e de assuntos que, sob a ótica do Estado, eram potencialmente questionadores da segurança nacional. Mas, o cerceamento às informações não se restringia aos dados sobre a violência praticada pelos agentes militares, mas também a notícias relativas à condição de saúde da população e as que poderiam, de alguma forma, mostrar ao público a incapacidade do governo em resolver problemas nacionais. Este é o caso da proibição da publicação de informações sobre uma epidemia de meningite que assolava o país em julho de 1974. Por dias, a imprensa não pôde avisar a população sobre a doença e os cuidados necessários para seu controle.

Ao omitir notícias sobre eventos e informações importantes como estas, o governo pretendia passar à população imagens irreais do país que impediam a contestação da legitimidade do poder estabelecido. A censura à imprensa, é uma prática comum em muitos regimes ditatoriais. É um dos mecanismos mais utilizados para o controle social, seja reprimindo a pluralidade de pensamentos, seja ocultando ou desfigurando informações e erros fazendo prevalecer apenas o discurso oficial. A singularidade do caso brasileiro era a prática da autocensura. Poucos diários passaram pela censura prévia, a maioria preferiu acatar as orientações ditatoriais, assumindo a responsabilidade do falseamento das informações e pactuando com a repressão governamental. Para o governo o fato dos próprios jornalistas se autocensurarem, era uma situação confortável que não demandava legitimar a censura e tornar pública sua existência, e que tornava possível continuar a assumir diante da população a faceta de um governo de transição que pretendia retomar a normalidade democrática.

Numa exceção ao controle vigente, foi imposta a censura prévia temporária a alguns periódicos como o Estado de S. Paulo, apesar do próprio diretor do jornal admitir que as matérias censuradas que poderiam causar algum transtorno ao governo não seriam publicadas se dependesse de suas orientações²⁰⁸. Os poucos jornais da grande imprensa censurados utilizaram estas proibições para erigir uma imagem de resistência à ditadura posteriormente. São conhecidos os trechos dos “Lusíadas”, obra de Luís de Camões, textos ensinando a cultivar rosas e excertos do escritor Cícero em latim publicados diariamente pelo Estado de São Paulo, e as receitas de doces e salgados que nunca davam certo do Jornal do Brasil.

²⁰⁸ Júlio de Mesquita Neto **In:** KUCINSKI, 1998, p. 63.

Reconhecendo a atitude destes jornais como um sinônimo de resistência em contraposição a publicações como a Folha de S. Paulo que obedecia aos comunicados da censura, a historiadora Maria Aparecida de Aquino publicou “Censura, Imprensa e Estado Autoritário” em 1999, livro que analisa as relações entre a censura, o governo e os órgãos da grande imprensa e da imprensa alternativa entre 1968 e 1978. A autora utiliza como representantes de resistência às imposições governamentais contra a liberdade de imprensa naquele período, os exemplos dos jornais “O Estado de São Paulo”, da grande mídia, e ao semanário “O Movimento”, da imprensa alternativa, em acordo com uma análise que entende a imprensa desvinculada dos mecanismos de poder e, portanto numa posição defensiva em relação à censura prévia das informações.

Em sua análise, Aquino considera a autocensura vivenciada pela Folha de S. Paulo como uma capitulação. Em seu entendimento, diferentemente da censura prévia, neste caso o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação. O jornal passa a ser cúmplice da ditadura, na medida em que as imposições deixam de ser externas, passam a ser formuladas e efetivadas na prática diária das redações. Partindo destas premissas de resistência e capitulação, esta análise vai de encontro à imagem democrática em construção para e pela Folha de S. Paulo, ao propor que o jornal não sofreu com a presença diária do censor na redação e que compactou com o governo, ao passo que O Estado de São Paulo, que resistiu à censura, é visto pelo senso comum como conservador e defensor do golpe militar de 1964.

O surgimento desta análise de Maria de Aparecida de Aquino foi fundamental para trazer à tona a discussão sobre o papel desempenhado pela Folha de S. Paulo no período de censura governamental à imprensa, assim como sua atuação durante a ditadura instalada no Brasil entre 1964 e 1985, apesar de já existirem análises que apontavam a autocensura praticada do jornal. Os questionamentos sobre o caráter da autocensura e da censura prévia governamental aos meios de comunicação, se iniciaram ainda no processo de abertura política, quando jornalistas começaram a relatar suas experiências no período e a falta de liberdade no interior das redações. Um dos primeiros escritos sobre o assunto, o livro de Paolo Marconi, “A Censura Política na Imprensa Brasileira” datado de 1980, indicava a escolha da Folha de S. Paulo e os sentidos da autocensura. Porém, por tratar-se mais de uma compilação do material colhido na imprensa brasileira naquele período do que uma análise aprofundada deste processo, esta obra não repercutiu diretamente sobre a imagem do jornal.

O jornalista Bernardo Kucinski, no artigo “A Síndrome da Antena Parabólica”, publicado no livro de mesmo título em 1998, também indicava esta disposição da Folha de S. Paulo, apesar de não analisá-la especificamente. Debatendo os sentidos e conseqüências da autocensura na imprensa brasileira, o autor apresenta este conceito como a supressão intencional da informação jornalística, “uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade”²⁰⁹ do leitor. Enquanto a censura exercida pelo Estado impede o exercício da liberdade, “a autocensura atinge diretamente a integridade do ser (humano), porque ele aceita a restrição à sua liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão”²¹⁰. Para o autor, a autocensura tornou-se uma prática no meio jornalístico, já que:

A autocensura determinou o padrão de controle da informação durante os 15 anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia, acessórios e instrumentos à implantação da autocensura. Sua prática prolongada pode ter uma cultura jornalística na qual se destacavam a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura.²¹¹

Kucinski aponta que a autocensura instalou-se antes mesmo do golpe de 1964, porque contou com a participação ativa dos “barões da imprensa” na conspiração, que se identificaram com os interesses gerais da burguesia naquele momento. Neste processo de convivência com a ditadura, os jornalistas que se manifestavam de forma crítica foram demitidos a partir de 1969, o que propiciou o surgimento de uma imprensa alternativa diretamente atingida pela censura prévia. Em contrapartida, a grande imprensa, incluindo a Folha de S. Paulo, prosseguiu seu afinamento com o governo criando com o passar do tempo esta cultura da autocensura no meio jornalístico.

A historiadora Anne-Marie Smith, contemporaneamente a Aquino, no ano 2000, trouxe novas interpretações sobre as motivações do jornal neste processo, concordando que a prática da autocensura vivenciada pela Folha não correspondeu a uma atitude de resistência, como se afirmava na obra sobre a história da empresa. Smith questiona o uso do conceito, apesar de utilizá-lo na obra “Um Acordo Forçado: o Consentimento da Imprensa à Censura no Brasil”, por entender que os jornais não possuíam “livre-

²⁰⁹ KUCINSKI, 1998, p. 52.

²¹⁰ Ibidem, p. 68.

²¹¹ Ibidem, p. 51

arbítrio” de seguir ou não as recomendações da Polícia Federal. A autora parte da análise de que a utilização do prefixo “auto” pode passar a idéia de consentimento daquele que faz a censura, como se a quisesse, se a achasse necessária, e como se não sofresse retaliações em sua recusa. Para a autora, a imprensa consentiu com o sistema ilegal de censura do Estado, mas não o aceitou. Foi um “acordo forçado”, como repetiu diversas vezes Moacyr Coelho – que dirigiu a Polícia Federal entre 1974 e 1985 - em entrevista. Ou seja, um acordo consciente da imprensa, mesmo que ela não concordasse com todos os termos e que o fizesse para não sofrer retaliações posteriores.

O surgimento destas análises e deste papel polêmico desempenhado pelo jornal em contraposição a seu principal concorrente, O Estado de S. Paulo, levou a empresa a repensar a autocensura e a posicionar-se mais claramente sobre como a praticou, como vimos indicados no caderno especial publicado em 2001. No documento interno produzido por Pilagallo, o período de censura à imprensa é classificado como “negro”, em empréstimo da análise de Cláudio Abramo, presente no livro “As Regras do Jogo”. Reconhecendo que a Folha praticou a autocensura, Pilagallo cita o depoimento de Octávio Frias de Oliveira, que confirma esta posição: “(...) aquela censura que havia, nós - ao contrário do que fez 'O Estado' - não resistimos à censura. Então, paramos os editoriais, não resistimos, cumprimos as ordens da censura”²¹² e assume, portanto, que a Folha de S. Paulo, como outros jornais, preferiu acatar as proibições a ser submetida à censura prévia, assumindo ser o próprio censor de seus textos.

No processo de detalhamento da autocensura praticada na Folha o autor descreve como, diferentemente da maioria dos outros jornais que recebiam os bilhetinhos por escrito, a Folha os recebia por telefone dado os contatos estreitos que mantinha com funcionários e agentes dos órgãos de repressão e policiamento do Estado. Após serem transcritos pela Agência Folha, eram enviados às diversas redações dos jornais integrantes do grupo. Quem coordenava estas operações era o diretor desta agência desde junho de 1972, Luiz Carlos da Rocha Pinto:

Rocha Pinto, que também era delegado da polícia civil, recebia diariamente telefonemas da PF, em geral de um agente que se identificava apenas como 'doutor Richard'. Eram de duas a quatro ligações por dia, na média. No contato, o agente informava quais os assuntos proibidos. Rocha Pinto datilografava o comunicado numa bobina com várias cópias e as distribuía aos editores dos jornais e à direção da empresa. De acordo com o mecanismo observado durante

²¹² OLIVEIRA, 1989.

anos, os editores formalizavam o recebimento dos comunicados, assinando-os. A Folha e os outros jornais do grupo acatavam a proibição, sem indicar ao leitor que o noticiário sofria restrições.²¹³

Diante da assunção de que o jornal acatava as proibições, a autocensura empregada pela Folha não pode ser compreendida enquanto um acordo forçado ou como ausência da crítica ao governo, como propõe o autor, assim como a censura prévia à grande imprensa não se constitui como um tipo de resistência por avisar o leitor da existência da censura. O consentimento empregado pela empresa em relação à autocensura é único, na medida em funcionários da polícia federal e com ligação direta com o DOPS, trabalhavam nas redações, eram repórteres, editores, mantinham contato com aqueles que transmitiam os comunicados e ainda faziam a segurança pessoal da família proprietária, como discutiremos adiante. Estas relações da empresa com os governos militares, demonstram que não houve um acordo forçado, mas um acordo nítido de apoio à ditadura por parte dos donos. Quanto aos jornalistas, devem ter ocorrido diversas discordâncias, mas na prática, nossas pesquisas mostram que poucos se desligaram da empresa devido à autocensura.

Pilagallo considera que a autocensura e, conseqüentemente, a ligação com os órgãos de policiamento faziam com que o contato censório fosse muito mais próximo, vivo e presente nas redações do grupo. Apesar de prejudicial, esta atitude foi tomada, segundo o autor, dada à vulnerabilidade financeira da empresa e a fragilidade do jornal como instituição²¹⁴. Os empréstimos aludidos por outros autores²¹⁵ como o elemento importante para decisão de não opor-se ao governo, não chegam a ser discutidos enquanto fator constituinte da decisão de colaboração, aparecendo apenas quando ao discutir o processo de redemocratização, o autor admite que o fim das dívidas foi um dos fatores determinantes nos novos rumos adotados. Novamente a argumentação sobre a fragilidade das condições financeiras da empresa são utilizadas para justificar as ações empregadas, demonstrando que para a Folha o produto do trabalho jornalístico é considerado nada mais do que uma mercadoria e que portanto os resultados financeiros

²¹³ PILAGALLO, 2004, p. 21.

²¹⁴ Anne-Marie Smith, aponta outros relacionamentos entre a censura e os órgãos de repressão ao citar que em entrevista, o jornalista Boris Casoy, que tinha bom relacionamento com o censor da Polícia Federal em São Paulo, Ricardo Bloch, afirmou que, quando considerava uma proibição incabível, ligava para Bloch e pedia para reconsiderar a proibição, o que por vezes parece ter ocorrido.

²¹⁵ Gisela Taschner no livro “Folhas ao Vento” afirma que o aumento do espaço dedicado nas edições aos artigos de opinião da Folha de S. Paulo só seria possível a partir de 1974, com o fim das dívidas que a empresa tinha com o governo. TASCHNER, 1992.

e a sustentação mercadológica são determinantes nas decisões empresariais em detrimento de uma função social do conteúdo publicado.

A análise de Oscar Pilagallo que por vezes é contraditória, ao propor apoio ao governo em alguns momentos e em outros defender uma posição de neutralidade, é passível de ser compreendida se levarmos em conta que o autor tem a concepção de que existe uma total independência da imprensa em relação aos órgãos de poder burguês e à sua efetivação na sociedade capitalista. O não reconhecimento da mídia e em especial da Folha de S. Paulo como partícipe do golpe de 1964 e de sua sustentação por cerca de vinte anos, é um argumento utilizado em sua análise que visa legitimar a auto-imagem do jornal democrático e independente em relação aos governos. Legitimar a ditadura militar enquanto movimento necessário à retomada da ordem e ao desenvolvimento capitalista não lhe parece ter influenciado os rumos do jornal.

A assunção do apoio da Folha ao golpe e da não-resistência do jornal frente à censura governamental, apesar da justificativa destas medidas ser apresentada como a fragilidade financeira e política do jornal e de seu significado ser entendido de neutralidade frente ao governo e não de colaboração, demonstra a preocupação da empresa em aprofundar sua percepção e responder às novas evidências apresentadas de seus relacionamentos com a ditadura militar. Os dois pontos analisados, apesar de sua importância, não constituíam o principal foco do documento interno do acerto de contas levado a cabo no período.

Em 2004, a publicação do livro “Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1989”, trouxe à tona questionamentos que feriam ainda mais a auto-imagem da Folha de S. Paulo: o papel exercido por outro jornal do grupo, a Folha da Tarde. Defendida como tese de doutoramento em História Social em 2001 por Beatriz Kushnir na Universidade Estadual de Campinas, a obra investiga a colaboração de jornalistas com a censura durante a ditadura militar brasileiro e a presença de policiais nas redações dos jornais, em especial os que trabalhavam na Folha da Tarde.

Nesta obra, Kushnir traz dados decisivos sobre a trajetória da Folha da Tarde, os jornalistas que foram censores federais e os policiais que foram jornalistas e censores. A autora estuda como os jornalistas e proprietários optaram estar ao lado do poder naquele período, agindo como colaboracionistas. Tornaram-se, neste sentido, agentes da política estatal, já que por não fazerem oposição à ditadura e às suas formas violentas de ação, apoiaram. Daí a designação de cães de guarda, ao mesmo tempo em que guardavam e ajudavam a manter a ordem imposta, eram adestrados para isso e acabavam por

introjetar os valores veiculados pela ditadura e se tornavam coniventes com a situação. Segundo a autora, era mais importante continuar em uma das esferas de poder das sociedades atuais, a imprensa, do que cumprir com o papel desta esfera:

Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo – fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico -, a Folha da Tarde tornou-se um exemplo claro do colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário após o AI-5. Colaboraram tanto jornalistas quanto donos de jornal. E foi dentro de uma redação de jornalistas/censores, jornalistas/policiais, que tudo aconteceu.²¹⁶

Nesta relação de conivência e colaboração, detalhando as memórias que indicam os envolvimento entre a Folha da Tarde e a ditadura militar, a publicação da obra causou fortes reações entre ex-integrantes do jornal e também no Grupo Folha. O jornalista Antonio Aggio Jr., diretor de redação da Folha da Tarde durante grande parte da ditadura militar, intentou processar²¹⁷ Beatriz Kushnir acusando-a de calúnias em relação ao jornal. É possível inclusive encontrar na internet um site de autoria do jornalista que contém artigos criticando a historiadora²¹⁸.

Por parte da empresa, não houve nenhuma tentativa de processo. A resposta da Folha neste sentido, foi a elaboração do documento que ora analisamos que tem como foco principal a confirmação ou a refutação dos questionamentos apresentados por Kushnir em contraposição às produções empresariais e às entrevistas citadas, em especial a de Antonio Aggio Jr e Octávio Frias de Oliveira. Até as comemorações dos 80 anos da empresa, localizamos apenas esparsas referências em publicações da empresa sobre a Folha da Tarde. Nos projetos editoriais analisados integrantes do Projeto Folha, há somente uma citação afirmando que o jornal possuía características diversas à Folha de S. Paulo e reconhecendo a adoção de uma linha editorial complacente com a ditadura²¹⁹.

²¹⁶ KUSHNIR, 2004, p. 232.

²¹⁷ Em vários documentos encontramos referência em relação à intenção da abertura de processo judicial, mas não conseguimos confirmar sua realização.

²¹⁸ O jornalista possui um site na internet com uma página de críticas a Kushnir. <http://www.aggio.jor.br/arquivo.htm>.

²¹⁹ Contamos agora com o respaldo da Folha da Tarde, que continuará sendo um jornal diverso da Folha, mas que passa a atuar ao nosso lado, segundo uma estratégia comum que prevê uma relação de complementaridade entre ambas. ²¹⁹“A Folha depois da campanha das Diretas-Já”. Projeto Folha, junho de 1984.

A Folha da Tarde foi lançada em 1949 como um jornal vespertino que acompanhada a Folha da Noite (1921) e a Folha da Manhã (1924)²²⁰. Integrante do Grupo Folha, deixou de existir em 1960, assim como a Folha da Noite, data da unificação das “Folhas” no jornal Folha de S. Paulo. A Folha da Tarde foi relançada em 1967, pouco tempo depois de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira terem assumido o controle da empresa. O relançamento se encaixava na estratégia dos donos de que, quanto mais publicações fossem colocadas no mercado, era mais fácil alcançar o público potencialmente leitor do estado de São Paulo e assim, multiplicar os lucros. Segundo Frias:

Nós reabrimos a Folha da Tarde por insistência do Carlos que achava – dentro da filosofia dele - que precisa ter muitos jornais para distribuir. (...) Quando tivemos a idéia, principalmente o Carlos, de reabrir a Folha da Tarde também achamos que era uma área neutra ali que estava.²²¹

O texto de Pilagallo ressalta como foi uma decisão consciente, nada desprovida de interesses, o relançamento do jornal buscando captar o clima de contestação emergente principalmente através do movimento estudantil. Frias chamou primeiramente Jorge Miranda Jordão, que era de “esquerda”, para dirigir a Folha da Tarde. A redação do jornal foi montada, citando Conti²²², toda ou quase toda por militantes ou simpatizantes de organizações armadas de esquerda. O próprio secretário de redação, Miranda Jordão, participava da resistência à ditadura, oferecendo seu apartamento como ponto de encontro de Frei Betto e Marighella²²³. Frei Betto era um dos jornalistas contratados pelo jornal. Militante da ALN (Aliança de Libertação Nacional) reconhece que muitas vezes utilizou as informações que recebia como jornalista em proveito da luta armada, repassando-as aos grupos de seu conhecimento²²⁴. Segundo Miranda Jordão:

²²⁰ Nos baseamos em Pilagallo e Kushnir para apontar a trajetória do jornal.

²²¹ OLIVEIRA, 1989.

²²² CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²²³ Segundo depoimento do jornalista citado em PILAGALLO, 2004. Carlos Marighella foi um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN) em 1968. Este grupo de guerrilha acreditava na ação armada na luta contra o regime militar e visando a revolução comunista no Brasil. A ALN, juntamente com o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), foi responsável pelo seqüestro no Rio de Janeiro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, entre outras ações.

²²⁴ KUSHNIR, 2004, pg. 242.

A Folha da Tarde podia ser considerada um jornal de esquerda. Não era um jornal do Partido Comunista, é evidente, mas era um jornal, para a época, bem atrevido. Era o mais atrevido. Guardadas as devidas proporções, era o mais atrevido. Durante dois anos a Folha da Tarde teve um papel de crítica ao regime. Mas a coisa apertou mesmo quando houve o AI-5. Em maio de 69, por problemas que eu desconheço quais sejam - em função, talvez, de tentar mudar um pouco a linha do jornal -, fui afastado.²²⁵

As críticas que a Folha da Tarde despendia ao governo logo foram notadas por seus representantes que perseguiram e prenderam muitos jornalistas e incomodavam os proprietários da empresa que resolveram extinguí-las. Este movimento aconteceu, segundo Pilagallo, após a decretação do AI-5²²⁶, quando o cerco à imprensa começou a se fechar e os jornais de grande circulação e principalmente aqueles de oposição à ditadura, sentiram os efeitos da censura e a necessidade de se adequarem às normas governamentais para continuarem em circulação. Este contexto é apontado como crucial na decisão da substituição dos jornalistas “de esquerda” da Folha da Tarde, por uma redação mais “afeita” ao governo, demonstrando a disposição conciliatória da empresa com a política governamental e os interesses mercadológicos que a guiam.

As alterações bruscas realizadas na linha editorial e na substituição da redação, que passou a abrigar um grande número de policiais e jornalistas ligados aos órgãos de repressão, fizeram com que a Folha da Tarde por muito tempo ficasse conhecida na mídia como “o jornal de maior tiragem do país”, em alusão à forma como policiais eram apelidados à época, os “tiras”. Boris Casoy, que foi diretor de redação da Folha de S. Paulo entre 1977 e 1984, é considerado por muitos o autor desta identificação da Folha da Tarde. No entanto, ele não foi o único a se referir ao jornal desta maneira. Outros jornalistas e inclusive organizações de esquerda, consideravam a Folha da Tarde defensora do regime graças ao aparato militar que empregava. Esta visão do jornal justificou os ataques que a ALN (Aliança Libertadora Nacional) fez aos carros do Grupo Folha em 1971.

Aggio Jr., diretor de redação da Folha da Tarde pós AI-5, justifica que a fama cresceu com sua entrada na redação do jornal. Encarregado de erguer o jornal para que o mesmo não acabasse, diante da vendagem irrisória que tinha à época, demitiu grande parte da redação composta por militantes e simpatizantes de grupos de esquerda. “Esse

²²⁵ Entrevista concedida por Jorge Miranda Jordão ao Projeto História Oral da Folha, em 13 de dezembro de 1996.

²²⁶ Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968.

pessoal acha que eu sou um símbolo, sei lá, da repressão”. Por raiva, apelidaram o jornal²²⁷. Esta compreensão também era compartilhada pelos donos da empresa. Segundo o próprio Aggio, quando foi decidido mudar a linha editorial do jornal em 1984, Frias justificou com a frase “Esse jornal é policialesco, esse jornal é de polícia, está na hora de mudar”²²⁸.

A começar por Antonio Aggio Jr., responsável pela reformulação do jornal em 1969. Aggio começou a trabalhar para o Grupo Folha em 1958, como repórter especial²²⁹. Em 1967, foi convidado a dirigir o jornal Cidade de Santos, lançado pela empresa no dia 01 de julho daquele ano para homenagear o proprietário da empresa Carlos Caldeira que aniversariava naquela data. Em 1969, por acreditar que as críticas à ditadura ameaçavam a sobrevivência da Folha da Tarde, Octávio Frias de Oliveira convidou Aggio para dirigi-la, tornando-o responsável pelo reerguimento do jornal, a mudança na linha editorial e no corpo redacional.

Além do trabalho na imprensa, desde 1962, o jornalista acumulava o cargo de escriturário na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Não bastasse este vínculo administrativo, Aggio era assessor do delegado Romeu Tuma desde o início dos anos 60 que, por sua vez, assessorou durante muitos anos do governo militar o delegado Sérgio Paranhos Fleury do Dops de São Paulo, conhecido pelos métodos brutais de tortura empregados para obter confissões.

Com uma redação contrária aos novos ideais pregados pela Folha da Tarde, o diretor de redação demitiu quase a totalidade dos jornalistas que lá trabalhavam e os substituiu por outros, usando o argumento de que a vendagem irrisória que o jornal possuía era resultado da pouca qualificação dos jornalistas²³⁰. Em entrevista, Aggio admite que além dele apenas mais dois jornalistas eram ligados aos órgãos de repressão: Carlos Dias Torres e Carlos Antônio Guimarães Sequeira. Pilagallo esclarece que Carlos Dias Torres, chefe de reportagem da Folha da Tarde a partir de 1967, era investigador de polícia. Desde 1958, quando trabalhava no jornal Última Hora, era responsável pela seção policial e escrevia para a “Revista Policial”. Na Folha da Tarde, Torres mantinha uma seção chamada “Notícias Militares” que noticiava aniversários de colégios militares e cobria acontecimentos do Exército, do Dops, da Polícia Federal e de

²²⁷ AGGIO Jr., 2003.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Informações fornecidas pelo próprio jornalista nas entrevistas que concedeu a Oscar Pilagallo e Beatriz Kushnir.

²³⁰ AGGIO Jr., 2003.

outros órgãos de informação. Carlos Antônio Guimarães Siqueira, era editor-chefe da seção Internacional. Delegado desde 1972, foi transferido para o Dops em 1977.

No entanto, há incidências de mais policiais na redação. Kushnir e Pilagallo listam outros personagens da história do jornal e da empresa com esta característica, como o repórter geral Edson Corrêa que era major da Polícia Militar e o delegado Antônio Bim. Kushnir lembra a entrevista concedida por Ítalo Tronca, em que o jornalista afirma que Horley Antonio Destro, secretário de redação, circulava de pistola automática pelas dependências do jornal, causando medo entre os jornalistas, enquanto Aggio gostava de exibir uma carabina turca em sua sala²³¹. Com Aggio, Carlos Dias Torres e Horley Antonio Destro formavam o trio que caracterizou os rumos do jornal nos anos de recrudescimento da repressão.

A confirmação através de diversas fontes da presença de policiais nas redações do Grupo Folha, indica o nível de colaboração que a empresa mantinha com o governo. Não é possível imaginar que o cargo que exerciam não influenciasse a produção da notícia, não apenas porque se tratava de policiais, mas por ser o trabalho jornalístico uma atividade intelectual em que o fazer reflete a concepção da empresa ou do jornalista do mundo e do produto final esperado.

Kushnir revela ainda acusações da utilização de informações coletadas por policiais nas redações como meio de denúncia aos órgãos de repressão, através do depoimento de uma jornalista que trabalhava na Folha da Tarde na gestão de Jorge Miranda Jordão. Rose Nogueira, foi presa em 1969 após dar a luz e quase morreu no Dops em consequência das torturas. Segundo seu depoimento, no dia 09 de dezembro daquele ano, o delegado Sérgio Paranhos Fleury ameaçou matá-la. Alguns anos depois, ao realizar uma pesquisa na Folha sobre sua situação funcional, viu em sua ficha a data em que foi ameaçada como o dia em que abandonou o cargo. De acordo com a legislação trabalhista brasileira vigente isto não era possível, já que a jornalista nesta data ainda se encontrava em licença-maternidade. Pilagallo analisa que:

Não é possível afirmar que, nesse caso, o Grupo Folha tivesse agido de acordo com os interesses da repressão. Não há indícios suficientes de que isso tenha de fato ocorrido. O que há, apenas, é uma suspeita

²³¹ “Nós não sabíamos de onde vinha esta gente (Aggio, Horley e Torres). O Horley vinha armado de uma automática. Torres era relações públicas do IV Comar e fazia uma gênero de amigo. Os outros dois eram acintosamente policiais”. “Até que chegou Aggio. Ele trazia para dentro da redação um estojo que parecia um violão. Não sabíamos o que era. Mas ele gostava de exibi-lo em sua sala: uma carabina turca”. Ítalo Tronca em entrevista concedida a Beatriz Kushnir em 03 de maio de 2000. **In:** KUSHNIR, 2004, p. 318.

levantada pela vítima, com base numa coincidência de datas. Por outro lado, não há explicação para a versão que consta de sua ficha profissional.²³²

Afirmado ser apenas uma coincidência de datas sem explicação comprovada, o autor coloca em dúvida a validade do testemunho da jornalista. No entanto, para ele, estas e outras coincidências fazem jus à fama da Folha da Tarde de jornal sórdido e apontam para a presença de jornalistas policiais como determinante na retórica de direita da publicação. A versão policial no tratamento da reportagem é apontada como responsável pela imagem negativa possuída que, por sua vez fazia com que “qualquer versão que colocasse o jornal na posição de colaborador das forças de repressão ganhava credibilidade²³³”. Desse modo, para o autor, as denúncias dirigidas à Folha da Tarde não passavam de um reflexo da linguagem policialesca empreendida pelo jornal, não podendo ser comprovadas enquanto um relacionamento direto ou enquanto gerador de beneficiamentos à empresa pelos governos. Não é possível, no entanto, responsabilizar apenas os jornalistas pela fama da Folha da Tarde e considerar que sua presença não significava relacionamento direto, como se a publicação não refletisse suas convicções políticas e não atendesse às projeções realizadas pela empresa, já que por mais que os proprietários não respondam diretamente pelas atitudes de seus funcionários, estes foram contratados com seu aval e sua produção jornalística foi aprovada.

Além dos policiais que trabalharam na Folha da Tarde, alguns ex-militantes da luta armada também compuseram o quadro de funcionários e colaboradores. A presença dos “desbundados” no jornal é um dos pontos levantados na análise de Kushnir e Pilagallo referenda sua versão²³⁴. Mario Vinício Fernandes dos Santos e Rômulo Augusto Romero Fontes, militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), foram contratados pela Folha da Tarde em 1970 após serem libertos dos cárceres da ditadura. Juntamente com mais três companheiros guerrilheiros, naquele ano, resolveram renegar publicamente a luta armada.

No dia 22 de maio de 1970, no presídio Tiradentes, em São Paulo, estes cinco militantes escreveram duas cartas: uma tentando aplacar as críticas à tortura e à situação dos presos no Brasil, e outra condenando as ações armadas. Com ampla divulgação pela

²³² PILAGALLO, 2004, p. 9.

²³³ PILAGALLO, 2004, p. 15.

²³⁴ Versão baseada no livro escrito por Kushnir e referendada por Pilagallo, pelas quais me baseei na explicação do trecho acima.

mídia, deram declarações na rede de televisão Tupi e colaboraram com os órgãos de repressão ao mostrar o arrependimento daqueles que participavam da luta armada com o objetivo de destruir a credibilidade das guerrilhas e da resistência à ditadura. Os ex-guerrilheiros declararam que o período em que ficaram presos no cárcere ajudou-os a repensar os fundamentos da “doutrina política” que seguiam, a ponto de Rômulo Fontes se intitular integralista, ao ser entrevistado por Beatriz Kushnir em novembro de 1999²³⁵. Enquanto jornalistas atuaram em um jornal que reproduzia às aspirações da ditadura auxiliando na compreensão do funcionamento e da organização dos grupos armados. Mario Vinício foi colaborador por alguns anos enquanto Rômulo Fontes trabalhou na Folha da Tarde até 1984.

A saída dos ex-guerrilheiros dos porões da ditadura diretamente para a redação de um jornal, mostra que os contatos entre a empresa e os órgãos de repressão eram estreitos. Pilagallo reforça esta proposição ao relatar que Rômulo Fontes, em entrevista, afirma ter ingressado no jornal “manu militari”. Segundo seu relato, o general Ernani Ayrosa da Silva, sócio-fundador da Oban, o encaminhou ao major Barreto, relações públicas do exército, que entrou em contato com Otávio Frias de Oliveira. O autor aponta, no entanto, um agente do Dops que trabalhava na empresa como responsável pelo contato e não esclarece se Frias teve envolvimento nas contratações.

Este tipo de relação que os funcionários e proprietários dos jornais do Grupo Folha mantiveram com os militares é constantemente lembrada por ex-jornalistas e nas obras analisadas. Beatriz Kushnir lembra que segundo relatos coletados, Caldeira fazia alianças com os setores políticos ligados ao governo ditatorial, relação que o levou a ser nomeado prefeito da cidade de Santos durante o governo de Paulo Maluf (1979-1983) no estado de São Paulo²³⁶. A autora cita Percival de Souza para confirmar estes relacionamentos:

o coronel Antônio Erasmo Dias, ex-secretário da Segurança Pública, ex-deputado estadual e ex-deputado federal, era amigo íntimo de Carlos Caldeira. Freqüentava, portanto, as festas promovidas na sede do jornal Folha de S. Paulo.²³⁷

²³⁵ Em entrevista à Beatriz Kushnir.

²³⁶ Carlos Caldeira foi nomeado prefeito em 07 de maio de 1979 e renunciou ao cargo em 28 de janeiro de 1980.

²³⁷ In: KUSHNIR, 2004, p. 435.

Alguns depoimentos, como o do jornalista Ruy Lopes, indicam que Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar em 1977, era amigo de Frias. Neste ano, dados os acontecimentos envolvendo Lourenço Diaféria, Hugo Abreu teria ligado para Frias, se identificando não como amigo, mas com o posto a ele conferido no governo. Anne-Marie Smith cita que o jornalista Boris Casoy tinha bom relacionamento com o censor da Polícia Federal em São Paulo, Ricardo Bloch. Pilagallo, no documento analisado, registra a opinião pessoal de Octávio Frias de Oliveira que dizia gostar de Costa e Silva “tínhamos um relacionamento afável”, mas não de Médici “não tinha boas relações”²³⁸, apesar de afirmar que o comportamento do jornal não refletia a opinião pessoal de seu proprietário. Em sua entrevista ao Projeto História Oral, o proprietário afirma:

Nunca fui a presidente algum – muitos dos quais meus amigos -, pedindo o que quer que fosse. Ao contrário, sempre mantive uma distância deles todos. Tanto estadual como federal.²³⁹

Em relação a Golbery do Couto e Silva, que Frias considerava “um homem muito preparado, inteligente, e tinha boas relações com ele”²⁴⁰, Pilagallo expõe ocasiões em que o general e o proprietário se encontraram. Em 1964, logo após Castello Branco ter sido eleito presidente pelo Congresso, Frias compareceu a um jantar em sua homenagem no Conjunto Nacional. Lá se encontrava também Júlio Mesquita Filho, do jornal O Estado de São Paulo. Segundo Frias, Júlio reclamou aos militares do crescimento da Folha, que estava conseguindo sustentar-se financeiramente, escrevendo um bilhete em um guardanapo, mostrado a ele por Golbery. Dez anos depois, Golbery demonstrou novamente o bom relacionamento que possuía pela Folha em detrimento das publicações da família Mesquita. O general chamou Frias para uma reunião em que indicou a importância de existir um jornal forte em São Paulo para fazer frente ao O Estado de São Paulo, que se opunha mesmo que timidamente ao governo ao não aceitar a autocensura. Golbery expôs seu plano de distensão lenta, gradual e segura e deu a entender que via com bons olhos o crescimento do jornal. Pilagallo afirma ainda que, após os ataques aos carros da empresa feitos pela ALN em 1971 Frias, para proteger-se, mudou com sua família para o prédio da Folha e passou a contar com a proteção de dois agentes do Dops: os irmãos Robert e Edward Quass.

²³⁸ PILAGALLO, 2004.

²³⁹ Ibidem, p. 376.

²⁴⁰ Ibidem, p. 385.

Estas ligações de jornalistas e proprietários que trabalhavam no Grupo Folha, não podem ser analisadas independente do contexto histórico vivido e não podem ser consideradas como meras amizades, sem influência na prática do jornalismo. Assumir a prefeitura de uma cidade em pleno regime ditatorial e com apoio de um de seus integrantes, Paulo Maluf, não era um lugar que uma pessoa sem fortes laços políticos podia alcançar. Sobretudo em Santos, cidade que foi declarada à época como de área de segurança nacional. Ainda, os contatos entre Frias e Golbery, os auxílios governamentais possibilitados nestes encontros e a segurança realizada por agentes do Dops, demonstram quanto eram estreitos os laços entre o Grupo Folha e a ditadura. Laços que não podem ser negligenciados em uma análise acadêmica que evidencie tanto a política editorial quanto o crescimento financeiro e de reconhecimento da empresa no período aludido.

Este relacionamento entre os proprietários do Grupo Folha e os militares e a presença de policiais nas redações, não constituem, no entanto, os únicos motivos que levaram jornalistas e integrantes dos grupos de luta armada a apelidarem a Folha da Tarde de “diário oficial da Oban”. A existência de relatos de mortes de guerrilheiros anunciadas pelo jornal antes de fato ocorrerem, é uma argumentação importante neste sentido que demonstra mais uma faceta deste contato entre a empresa e o governo e indica a interferência direta dos jornalistas policiais na redação do jornal.

Uma destas mortes, que causou e ainda causa muita polêmica é do metalúrgico Joaquim Seixas. Usando o codinome Roque, foi preso em 16 de abril de 1971 com seu filho Ivan Seixas, acusado de liderar a morte do industrial Enning Boilesen, do grupo Ultras, financiador da OBAN. Ambos eram militantes do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) que integrava a VPR. Após passar a noite sob torturas, Ivan que sobreviveu ao episódio, em seu depoimento, afirma ter sido levado a um “passeio” pela cidade. Antes de retornar a OBAN, os policiais que o acompanhavam pararam para tomar um café, momento em que Ivan pode ver a notícia, na Folha da Tarde, da morte de seu pai em um suposto tiroteio. Ao voltar para prisão, ainda encontrou seu pai com vida, passando-lhe a sensação de uma morte anunciada.

O relato desta morte, publicado por Kushnir, recebeu severas críticas de Antonio Aggio Jr. Aggio afirma que em entrevista avisou Kushnir que outros jornais teriam publicado a mesma notícia no dia 17, mas que a historiadora insistiu em afirmar que a Folha da Tarde a publicou um dia antes do ocorrido, portanto no dia 16. Ao lermos a obra com atenção, perceberemos que Kushnir não cita o dia 16:

Por volta do meio-dia do dia 17, Ivan Seixas, que se encontrava dentro de uma viatura policial, leu na manchete do vespertino (Folha da Tarde) o anúncio da solução do caso Boilesen e o assassinato de seu pai. Ao retornar à Oban, na rua Tutóia, ainda o encontro vivo, mas seu óbito já havia sido sentenciado”²⁴¹.

A autora conclui que a notícia foi publicada no dia de sua morte, antes desta ser efetivada. Em nossas pesquisas, confirmamos que vários jornais como o Jornal do Brasil, a Folha de S. Paulo e o Correio da Manhã, não apenas a Folha da Tarde publicaram a notícia da morte de Roque no dia 17. O grupo Tortura Nunca Mais²⁴², em seu site, data a morte no dia 17 e declara que os jornais paulistas publicaram a nota de sua morte antes dela de fato acontecer, dado que Kushnir não analisa, apresentando apenas a notícia da Folha da Tarde nesta data sem, no entanto, excluir a possibilidade de outras publicações a terem noticiado. Sua tese, portanto, não é refutada, apesar de carecer de contextualização jornalística.

Outro caso de morte anunciada envolvendo o nome da Folha da Tarde é de Eduardo Collen Leite, o “Bacuri”, da ALN (Aliança Libertadora Nacional). Preso em agosto de 1970 passou dois meses sob torturas diárias. Em 25 de outubro de 1970, quando diversos jornais divulgaram sua fuga, Bacuri foi levado para outro cárcere, em que morreu em dezembro do mesmo ano para não ser trocado por um embaixador suíço seqüestrado²⁴³. Vinicius Caldeira Brant, que narrou este episódio em depoimento em juízo, afirma que no dia 25 de outubro, os torturadores chegaram a mostrar para Bacuri a notícia de sua fuga na Folha da Tarde.

Em nossa pesquisa aos arquivos dos jornais constatamos que, enquanto outros jornais como O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo anunciaram a fuga de Bacuri no dia 25 de outubro, a Folha da Tarde publicou a matéria no dia seguinte, já que o jornal não circulava aos domingos²⁴⁴. Apesar de ser mais uma morte anunciada, mascarada nas edições diárias como tiroteios, Pilagallo conclui que não há evidências

²⁴¹ KUSHNIR, 2004, p. 300.

²⁴² O Grupo Tortura Nunca Mais foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos da ditadura militar brasileira, com objetivo de defender os direitos humanos e debater os atos de tortura, desaparecimento e morte empreendidos pelos governos militares. <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>

²⁴³ O embaixador suíço Giovanni Bucher foi seqüestrado na cidade do Rio de Janeiro em dezembro de 1970 pela VPR e trocado por setenta presos políticos.

²⁴⁴ A reportagem “Ossadas a céu aberto”, publicada em 29 de agosto de 2007 na revista Carta Capital, confirma a informação da publicação em vários jornais, ao citar o lançamento do livro “Direito à Memória e à Verdade”, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que reafirma as circunstâncias da morte de Bacuri.

de uma relação direta da Folha da Tarde com a Dops. A polêmica levantada, sobretudo por Aggio, em relação às declarações de Kushnir quanto às mortes anunciadas, são rebatidas por Pilagallo, que reconheceu não ter sido exclusividade da Folha da Tarde estes relatos, como comprovamos, apesar de admitir a existência desta prática em relação à imprensa de um modo geral. Pilagallo acredita que as diferenças presentes nas publicações da época em relação às mortes de guerrilheiros se deviam mais ao modo como eram noticiadas do que à responsabilidade apenas da Folha da Tarde. Kushnir ressalta que: “no quadro de notícias cuja divulgação era permitida, a singularidade da Folha da Tarde era tornar esse informe uma verdadeira matéria jornalística. Tem-se a impressão, ao ler a notícia, de que havia um jornalista do periódico cobrindo o fato”.²⁴⁵

Esta impressão expressa por Kushnir, se manifesta em alguns casos, através da reprodução pelo jornal da versão oficial dos fatos que chegava através dos bilhetinhos. A Folha da Tarde não especificava em seu conteúdo qual era a origem das informações e a história era narrada como por um observador, não como um dado repassado por fontes policiais. Outro elemento que diferenciava conteúdo desta publicação era o fato de ser o único jornal da grande imprensa que não era censurado, que podia livremente noticiar ações de grupos armados, seqüestros e mortes. Esta situação, no entanto, não exime totalmente a Folha da Tarde de colaborar diretamente com os órgãos da repressão, mesmo porque o diretor de redação, na entrevista, admite ter livre acesso ao Dops graças ao apoio dado a Romeu Tuma.

Não havia censura neste jornal, segundo Aggio, porque não era necessário. As notícias vinham peneiradas pela Agência Folha e na redação só o título era formulado, independente da orientação geral da empresa. Aggio atribui esta liberdade apenas à sua eloqüência na conversa com o general Silvio de Camargo. Pouco após ter assumido a direção de redação, segundo seu relato, autorizou como “teste” o noticiário com manchete sobre um casal de terroristas mortos por justiça. No dia seguinte, o chefe de reportagem Carlos Dias Torres foi preso na polícia federal. Aggio e Paulo Nunes, então diretor do Dics (Departamento do Interior, Correspondentes e Sucursais precursor da Agência Folha), foram buscá-lo tentando convencer o general responsável Silvio de Camargo: “que este raciocínio está errado, que tinha que dar a notícia do terrorismo, porque, embora concordando que, realmente, o terrorista procura a repercussão de seus atos, mas tem o outro lado da medalha: a população fica com ódio”

²⁴⁵ KUSHNIR, 2004, p. 291.

²⁴⁶. O diretor de redação da Folha da Tarde fez um documento descrevendo os motivos pelos quais ele defendia a liberação da notícia e o entregou ao general que o apresentou como seu ao ministro da justiça Alfredo Buzaid. O ministro, responsável pela censura à imprensa, autorizou então a publicação de matérias com este conteúdo. Agradecido, o general “daí pra frente virou um cara maravilhoso. Podia ligar para ele a hora que eu quisesse. Rompida essa barreira – porque o que eu queria era isso, era a manchete do terrorismo para vender jornal -, daí para frente deitamos e rolamos. Os outros tinham medo de dar, porque os “terroras” ficavam ameaçando todo mundo ...” ²⁴⁷

Protegido por sua condição de funcionário do Serviço de Segurança Pública ou por seus contatos policiais, Aggio não parece ter se intimidado com os terroristas, já que com os censores ele não tinha barreiras. Aggio atribui o episódio como resultado simplesmente de sua coragem e determinação no diálogo com os militares, não devido às relações que enquanto funcionário da Secretaria de Segurança Pública mantinha, as quais aparecerem em sua narrativa ao Projeto História Oral diversas vezes. Sobre Romeu Tuma, Aggio afirma:

Eu sempre ajudei o Tuma, sempre fui ligado ao Tuma. Há 40 anos que eu sou ligado ao [Romeu] Tuma. Sou uma espécie de assessor do Tuma. O Tuma é um dos caras (não, não vou fazer, não vim aqui para fazer propaganda do Tuma) mais maravilhosos que eu conheci na minha vida. Tão maravilhoso que no Dops a gente nem entrava. Jornalista não entrava no Dops. Quem abriu as portas do Dops foi ele. Ele. Você vai dizer: “Mas você teve influência?”. Sei lá se eu tive influência, alguém teve influência? Mas era a cabeça dele. Ele que abriu aquele troço. Ele que começou a dar entrevista. Deixava os caras entrarem lá para fazer entrevista. Foi ele. Eu sempre fui ligado a ele. A minha vida funcional na segurança foi exatamente esse relacionamento com o Romeu, ajudando ele...” ²⁴⁸

Além da admiração e do contato estreito que possuía com o diretor-geral da Polícia Federal, em outra passagem, o jornalista admite que quando trabalhava na Cidade de Santos, o jornal ajudou a eleger prefeito do município o candidato Esmeraldo Tarquinio, do MDB, em 1968²⁴⁹. Como Esmeraldo pertencia ao partido de “oposição”, Aggio alertou-o que sua situação era delicada e que ele deveria assumir o cargo com diplomacia porque “eu era amigo dos milicos também aqui em São Paulo, os caras que

²⁴⁶ AGGIO Jr., 2003.

²⁴⁷ AGGIO Jr, 2003.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem.

me contaram, falaram. (...) ‘Olha, o general Fulano, o general Sicrano me disseram isso, isso e isso: abra os olhos, Esmeraldo’(...) Eu tinha um bruto de um trânsito lá na ESG. Os caras achavam que eu entendia de tudo. Então, respeitavam, apesar de eu ter idade para ser filho deles, mas respeitavam”²⁵⁰.

Segundo ele, esta proximidade com os militares se dava porque “todo mundo tinha que ter esses contatos nessa época porque senão você não sabia nem o que estava acontecendo”²⁵¹. Cláudio Abramo o indicou para fazer a cobertura da movimentação das tropas no dia do golpe, porque “de alguma maneira eu sabia, se eu não sabia, eu tinha como saber. Ele [Cláudio] não tinha ligação nenhuma. Não tinha contatos, não tinha fonte nenhuma. Quem tinha as fontes? Quem deveria ter as fontes? Eu”²⁵². Nestas passagens, Aggio assume os contatos que tinha, a necessidade de mantê-los e como se utilizou desta situações em algumas ocasiões, como na cobertura do golpe. O jornalista ainda assume ter “enchido a bola” de um militar amigo de família, em reportagem que fez no dia de seu aniversário²⁵³ e declara a admiração que tinha por Castelo Branco, um verdadeiro democrata²⁵⁴. Negando favorecimentos a partir de suas fontes, ambigualmente o diretor de redação afirma nunca ter usado estes contatos para obter informações para o jornal:

Nós nunca usamos isso nem para obter informação, entendeu? Porque a gente podia. Podia obter informações que os outros nem sonhavam em ter, entendeu? E nem também para defender bulhufas de ninguém, de nada, entendeu?²⁵⁵

Esta postura de admitir suas convicções e práticas mas negá-las como se fossem meros detalhes que não influenciavam a prática jornalística, permeia toda a entrevista utilizada na análise de Pilagallo e deixa claro que, apesar de não admitir, estes contatos foram imprescindíveis e interferiram profundamente no conteúdo publicado pela Folha da Tarde. Pilagallo admite que o cargo que Aggio exercia na Secretaria de Segurança Pública e os contatos que mantinha com militares, foram determinantes para orientação

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ AGGIO Jr, 2003.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ Aggio lembra que enquanto Governador de Goiás criou os combinados agrourbanos que, segundo ele, era como os kibutzim israelenses e que, resolveriam os conflitos por terra que temos hoje. Eu enchi a bola do Mauro mesmo, inclusive, era dia do aniversário dele e tal, festa de aniversário e tudo o mais...”.
Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem.

política e editorial do jornal e para a imagem que a Folha da Tarde e por consequência toda a empresa possuía durante a ditadura militar.

O autor analisa ainda outras acusações de relacionamento entre o Grupo Folha e os órgãos de repressão que não se limitam apenas às publicações da Folha da Tarde, como as denúncias de que a empresa emprestou veículos para órgãos da repressão na prisão de militantes de “esquerda”. Esta foi a motivação do ataque aos carros da Folha promovido pela ALN em 21 de setembro de 1971 e morte de dois guerrilheiros por agentes do Dops, segundo Antonio Carlos Fon²⁵⁶. O jornalista Mino Carta, em entrevista a AOL em 26 de março de 2004, também afirma que a Folha de S. Paulo “emprestava a sua C-14 para recolher torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Oban. Isso está mais do que provado”²⁵⁷. Pilagallo acredita que de fato os carros foram usados para esta finalidade, já que as declarações dos ex-guerrilheiros que dizem tê-los visto na Oban, foram colhidas atualmente e soam desapaixonadas dada a distância dos acontecimentos. O autor afirma não ter localizado mais nenhum indício além destas memórias que provem o uso, já que Octávio Frias de Oliveira, em sua entrevista, diz nunca ter chegado ao seu conhecimento o empréstimo dos veículos. O autor registra,

sem tirar conclusões, que cuidar da frota da Folha era atribuição de Carlos Caldeira Filho, a quem coube a tarefa de montá-la. Caldeira, tido como próximo de setores da linha dura do regime, era amigo íntimo de Erasmo Dias, que se destacou no combate à esquerda armada (ambos tinham grande influência na Baixada Santista; Erasmo Dias ocupou cargos importantes na hierarquia militar em Santos, onde Caldeira foi prefeito nomeado). Essas associações de Caldeira, porém, não autorizam a atribuição de responsabilidade a ele, no caso do suposto uso indevido de veículos da empresa.²⁵⁸

Esta fala é um dos melhores exemplos de como a empresa, através deste documento interno, não se furta de assumir as denúncias analisadas como verdadeiras enquanto acontecimentos, mas não assume sua responsabilidade. É como se os proprietários nada soubessem do que se passava no Grupo Folha à época, como se os fatos acontecessem sozinhos, sem a anuência de ninguém. Para Pilagallo, a responsabilidade de Carlos Caldeira sob o uso dos veículos da empresa e o fato da família de Otávio Frias de Oliveira receber proteção de agentes do Dops após o atentado

²⁵⁶ A informação é de Antônio Carlos Fon, no site do “Unidade” de abril de 2004. O texto é uma resposta a um anúncio da Folha que diz “antes de escolher o jornal do futuro, é preciso lembrar o passado”.

²⁵⁷ Entrevista ao provedor da internet América OnLine.

²⁵⁸ PILAGALLO, 2004, p. 17 e 18.

a bomba promovido pela ALN, apesar de demonstrarem um relacionamento próximo da empresa com órgãos do governo, não impediram que posteriormente a Folha de S. Paulo se lançasse em terrenos mais democráticos editorialmente, enquanto a Folha da Tarde mantinha o tom policialesco que a caracterizava.

Para o autor, estas diferenças editoriais levavam à interpretação de que a empresa fazia um jogo duplo em relação aos governos militares. O autor cita Lílian Perosa, em sua tese de doutoramento “Cidadania Proibida – O Caso Herzog através da Imprensa”, que avalia que como a empresa não conseguia precisar a correlação de forças envolvidas nos processos políticos da época, optou pela promoção de ambas as defesas políticas, expressas nas duas “Folhas”. Apesar de não posicionar-se explicitamente, Pilagallo parece concordar com a autora ao afirmar que até 1975, a Folha de S. Paulo não resistiu ao governo, não apresentou nenhuma opção diferenciada. Foi um período difícil, “negro”, vivenciado através da convivência do jornal e do apoio irrestrito da Folha da Tarde, situação só questionada após o aceno do próprio governo que procurou Frias através de Golbery.

As publicações da Folha da Tarde durante a ditadura militar, são apontadas como um paradoxo em relação às da Folha de S. Paulo por Pilagallo, que considera que a história da Folha da Tarde “estará sempre entrelaçada com o regime militar”²⁵⁹. Quando a Folha de S. Paulo decidiu participar da campanha das Diretas-já, o autor analisa a situação como “um último descompasso entre a Folha e a Folha da Tarde”. Enquanto a Folha liderava a campanha, a Folha da Tarde mal participava. Na véspera da votação da emenda, quando o general Newton Cruz cercou o Congresso Nacional, a Folha da Tarde noticiou que tinha havido apenas um ‘teste de adestramento’²⁶⁰.

A discrepância entre estes dois jornais do Grupo Folha são mostradas como um alerta à influência dos policiais nas orientações da empresa e tiram o foco das acusações dos proprietários voltando-os aos jornalistas da Folha da Tarde. Esta é uma atitude tomada pela Folha diante da inevitabilidade de reconhecer a Folha da Tarde como uma co-irmã e sua atuação durante a ditadura diretamente em consonância com os objetivos e práticas governamentais. Este reconhecimento, no entanto, é feito baseado numa análise que a coloca de maneira paralela à história da Folha de S. Paulo e aponta uma incompreensão da motivação destas atitudes, eximindo a empresa e os proprietários de qualquer responsabilidade sobre sua atuação. As ações e os relacionamentos atribuídos à

²⁵⁹ PILAGALLO, 2004, p. 6.

²⁶⁰ Ibidem, p. 29.

Folha da Tarde são confirmados e atribuídos pessoalmente ao diretor de redação do jornal, Antonio Aggio Jr, como se ele agisse independentemente das recomendações dos proprietários. O uso de carros pelo Dops, por outro lado, confirmado tendo como base os depoimentos colhidos, também não são atribuídos a Octávio Frias de Oliveira e sim a Carlos Caldeira Filho, falecido em 1993.

Em relação à censura, fica nítida a mudança na maneira como a empresa encara sua atuação naquele momento diante das evidências e análises acadêmicas confirmando que, acatar os comunicados enviados pela Polícia Federal, não pode ser interpretado como uma atitude de resistência. Isto não significa, no entanto, que o documento assumira esta participação como capitulação ou apoio à ditadura, mas sim como falta de “disposição política”, como uma atitude “acrítica”, “neutra”. Seguindo a mesma lógica, as defesas de momentos como o golpe de 1964, são admitidas como fruto do contexto vivido e como uma desatenção aos rumos editoriais do jornal.

Percebemos claramente que o documento analisado encomendado pela direção do jornal buscava esclarecimentos que possibilitassem a tomada de posição em relação às polêmicas que vieram à tona a partir de 1999 e a reafirmação da imagem em construção do principal jornal do grupo, a Folha de S. Paulo. O enfoque dado aos pontos polêmicos e a não publicação do material até os dias atuais reafirmam esta análise. Até hoje, esta preocupação é latente, já que presenciamos em setembro de 2006 uma palestra proferida por Otávio Frias Filho para os funcionários da empresa sobre a imprensa durante a ditadura militar em que as análises presentes do documento interno de 2004 foram apresentadas como a história da empresa, como a memória que se quer reproduzida sobre as relações da Folha com os governos militares e como comprovação da independência do Grupo Folha.

CONCLUSÃO

A análise que realizamos procurou elucidar as tramas de poder em que estão envolvidos os meios de comunicação, principalmente o seletivo grupo de empresas familiares que monopoliza a mídia brasileira e que se consolidou no decorrer da ditadura militar. A Folha de S. Paulo, que emergiu com um dos principais jornais do país em 1986, o de maior circulação até os dias atuais, constitui um dos melhores exemplos desta imbricação/relação entre imprensa e Estado, não assumida. O prestígio e o crescimento em venda alcançados são resultados da remodelação do projeto editorial da empresa e, sobretudo, da construção de uma auto-imagem de jornal realizada a partir da década de 80, que nega a defesa de interesses governamentais pelo Grupo Folha.

A base de sustentação desta imagem se encontra na rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído na busca da empresa de tornar-se dona de sua história e silenciar questionamentos que possam ferir o prestígio alcançado. Neste sentido, a empresa resolveu promover obras sobre sua trajetória, inicialmente com a assinatura de historiadores, mas posteriormente contando apenas com o método de trabalho jornalístico.

A manutenção a duras custas de uma imagem do jornal e da memória institucional, significou e significa para a Folha sua sustentação no mercado jornalístico e a manutenção do lugar alcançado enquanto grupo de mídia. A própria lógica de produção da notícia diretamente relacionada ao mercado e baseada na pretensa objetividade jornalística, inaugurada com o Projeto Folha e o Manual de Redação, encontraria grande dificuldade de êxito não fosse a cobertura dada pelo jornal à campanha das Diretas-já. E, por outro lado, a busca da construção da notícia de maneira objetiva e com pouca interferência da opinião do jornalista foi usado para justificar o princípio de independência defendido, construído com uma idéia de distanciamento da empresa em relação ao governo demonstrado nesta perspectiva em 1984. No entanto, como vimos, o fato do Grupo Folha defender o fim da ditadura militar significava mais um apoio à política distensionista dos governos militares do que a independência defendida, assim como este princípio se encontrava ausente em momentos anteriores de seu passado.

O movimento em prol da legitimação da imagem da Folha de S. Paulo iniciado em 1981 ganhou em 1984 um trunfo que garantiu a associação do jornal à independência defendida em relação aos governos. Neste ano, a ampla cobertura dada à Campanha das Diretas-Já, permitiu à empresa reivindicar o título de jornal democrático, mesmo que a decisão de participar das movimentações sociais a favor de eleições presidenciais diretas fizesse parte de uma estratégia acordada com o projeto de distensão e abertura política promovido pelos governos militares. Nesse sentido, a ausência de independência foi remodelada pela empresa a favor da imagem que se queria construir do jornal. O próprio conceito de democracia, que para a Folha de S. Paulo, significava a representação e limitação da participação social nas estruturas do Estado através do voto e admitia na defesa da ordem burguesa a implantação de regimes políticos coercitivos, passa a ser transmitido como sinônimo da independência em relação ao governo, sendo afastadas do debate as ocasiões em que a empresa colaborou, como na promoção do golpe militar de 1964. O papel desempenhado pela Folha da Tarde, outro jornal do grupo, durante a ditadura, também deixou de integrar a memória da empresa a partir de então, já que a atuação colaboracionista e de defesa explícita das políticas governamentais e da repressão estatal, não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, a imagem da própria empresa que se confunde até os dias atuais com a da Folha de S. Paulo.

Com a repercussão inesperada da campanha das Diretas-Já, a empresa implantou ainda em 1984 o Projeto Folha e do Manual de Redação, que alteravam a forma de produção da notícia e programava o investimento maciço em marketing visando reforçar a auto-imagem da Folha de S. Paulo e aumentar os lucros. No entanto, a estratégia de utilizar-se da memória para legitimar seu lugar nas estruturas de poder, voltou-se contra o Grupo Folha nos anos 2000, quando obras acadêmicas começaram a debater a atuação da Folha da Tarde durante a ditadura militar, além de questionar a autocensura empregada pela Folha de S. Paulo e as relações dos proprietários do jornal com personagens importantes dos governos militares. A empresa se viu obrigada a fazer um ajuste de contas com seu passado e a reconhecer a Folha da Tarde como uma coirmã da Folha de S. Paulo, admitindo que sua trajetória colaboracionista com os governos militares e sensivelmente ligada aos órgãos de repressão também integra a história da empresa e contradiz os princípios democráticos e independentes aclamados para a Folha. Apesar deste processo se realizar partindo da negação da responsabilidade da empresa em todos os questionamentos levantados, a auto-imagem em construção

para a Folha de S. Paulo e, em extensão para o Grupo Folha, sofreu um golpe profundo e fez com que a memória da empresa incorporasse uma leitura sobre as denúncias dirigidas ao grupo dando-lhes porém, conotação atenuada e não as reconhecendo enquanto política empresarial.

Esta análise demonstra como a Folha de S. Paulo conseguiu alcançar um grande prestígio e tornar-se um dos maiores jornais do país na década de 80, a partir da modelação e fabricação constante de uma auto-imagem para o jornal que não se efetiva ao longo de sua história. Independência em relação aos governos, que às vezes significa também defesa das liberdades democráticas ou da liberdade de empresa, se constitui para a Folha como um princípio concreto no plano teórico, já que de fato a maior parte da mídia nacional não tem caráter estatal. No entanto, dada sua conformação enquanto uma das esferas do poder burguês que, portanto, defende sua manutenção no comando do estado, e os interesses próprios da imprensa, em várias situações a imprensa sente a necessidade ou decide simplesmente defender as políticas governamentais. Assim, esta independência não se efetiva na maioria das situações, já que a imprensa pode criticar aspectos da política governamental, mas não necessariamente a natureza ou a estrutura do Estado. E os benefícios de manter relações amistosas com os grupos que dominam a máquina estatal, são inegáveis, haja vista a consolidação dos meios de comunicação nacionais durante o regime militar. A independência pode ser de fato em relação ao governo, mas não em relação ao estado, o que implica um mecanismo muito intrincado e de difícil dissociação.

Assim como o restante da mídia, a Folha dá exemplos de como esta articulação entre as esferas de poder burguês é estreita. De maneira ainda mais intensa que outros veículos de comunicação, a empresa colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos; apoiou e promoveu o projeto de distensão e abertura política a partir do governo Geisel; auxiliou o processo de eleição de Fernando Collor de Mello. Para nós, a mensagem que fica deste trabalho, é para reflexão sobre as artimanhas e maneira como se estrutura o poder da mídia, como integra os desígnios do Estado e como manipula sua função e seu papel fazendo transparecer uma imagem irreal para a sociedade da maneira como notícia e de sua própria configuração, como alimenta um sentido puramente informativo e maqueia as relações concretas e interesses que norteiam sua constituição.

As memórias defendidas pela Folha que legitimam a imagem que ser presente demonstram a manipulação da imprensa não só em seu exercício diário mas também na

constituição de sua própria história. Como vimos, a colaboração com os governos militares e os órgãos de repressão, não figuram entre as defesas da empresa, mas apenas um passado construído de defesa democrática e de independência do governo em conflito com outras memórias de personagens que vivenciaram este processo e com a reconstituição da história em obras acadêmicas.

Para uma análise mais detalhada deste processo, faltou-nos tempo para investigar obras mais recentes produzidas pela empresa, como a biografia do principal proprietário do grupo intitulada “A Trajetória de Octávio Frias de Oliveira”, de Engel Paschoal, publicada em 2007 pela Publifolha. Nossa pesquisa abre caminho também outros trabalhos que busquem compreender as articulações de poder da Folha e da imprensa nacional durante os governos militares tendo como base os questionamentos de envolvimento dos proprietários com políticos integrantes dos governos militares e dos órgãos de repressão e o uso dos carros da empresa pela OBAN.

FONTES

Documentos produzidos pelo Grupo Folha:

- Manual de Redação. Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.
- Novo Manual da Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1996.
- PILAGALLO, Oscar. *A Folha e o Regime Militar*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 15/09/2004.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1978.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1981.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1986.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1988.
- Projeto Folha. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1997.

Matérias Jornalísticas:

- “A Década da Incerteza”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01/01/1980.
- “A Escalada Fascista”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 24/03/1992.
- “A Harmoniosa Convivência dos Contrários”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/02/1982.
- “A História da Folha é lançada em livro”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 08/12/81.
- “A História da Folha. Tema de Livro”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/11/1981.
- “Análise imparcial”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/12/1981.
- “Cai a emenda, nós não”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 26 de abril de 1984.
- “Campanha da Folha ganha leão de ouro”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/06/1993.

- “Características distintas marcam as quatro fases”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/11/1981.
- “Carta Aberta ao sr. Presidente da República”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 25/04/1991.
- “Constituinte com Legitimidade”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/01/1980.
- “Contra a abertura”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 28/08/1980.
- “Eleição realiza sonho da campanha das diretas já”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 12/11/1989.
- “Em 84, a Folha acompanhou de perto votação pelas diretas”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/09/1987.
- “Estratégias agressivas racham mercado de publicidade em São Paulo”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/01/1991.
- “Família”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 24/04/1969.
- “Nem tão liberal assim”. São Paulo: Revista Meio & Mensagem, 07/05/2007.
- “Nosso Direito e Nosso Dever”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 07/05/1978.
- “O fim de uma época ainda romântica”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 29/11/81.
- “Octavio Frias de Oliveira liderou abertura da mídia no Brasil, diz AP”, Folha Online, 30/07/2007.
- “Ossadas a céu aberto”. São Paulo: Revista Carta Capital, 29/08/2007.
- “Para paulistanos, campanha da Folha reforça imprensa livre”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 08/06/1991.
- “Pluralismo marca adeus a Octavio Frias de Oliveira”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01/05/2007.
- “Políticos elogiam atuação na retomada da democracia no país”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/05/2007.
- “Propriedade”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 02/10/1968.
- “Receita e Polícia Federal invadem a Folha”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 24/03/1990.
- “Renúncia Já”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 30/06/1992.

- “Seqüestrador depõe e alega razão política”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 06/01/1990.
- “Sobre Octavio Frias de Oliveira”. São Paulo: Portal Comunique-se, 14/05/2007.
- “Trabalho feito pela Jarbas Propaganda foi premiado”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 14/07/1988.
- “Tradição”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 12/05/1969.
- “Tudo sobre a Folha”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 19/02/2001.
- “Vinte anos da Greve dos Jornalistas de São Paulo”. São Paulo: Jornal Unidade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 01/05/1999.
- “Vinte anos de uma herança democrática”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 25/04/2004.

Matérias assinadas:

- CARTA, Mino. “Análise imparcial”. Folha de S. Paulo. 06/12/81.
- DEBRUN, Michel. “A Volta da Conciliação Tradicional”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 05/10/1980.
- MARCONDES, Ciro. “A Folha e as Diretas-Já”. São Paulo: Revista Novo Leia, jan/1985, ano 8, nº 75.
- PILAGALLO, Oscar. “Defesa das diretas fixou identidade da Folha”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 23/11/2003.

Entrevistas do Otávio Frias Filho:

- Otávio Frias Filho. **TV Record**. São Paulo, 05/11/1989. Entrevista concedida ao Programa Imprensa na TV da Rede Record.
- ABREU, Alzira Alves org. Otávio Frias Filho. *Eles Mudaram a Imprensa: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 2003. Entrevista.
- Otávio Frias Filho. **Revista Playboy**. São Paulo, maio de 1988, n. 5, ano 13, p. 37 a 59. Entrevista.

Entrevistas de Octávio Frias de Oliveira:

- DINES, Alberto e outros org. Octávio Frias de Oliveira. *Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil – Vol 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil*. São Paulo, Editora 34, 2000. Entrevista.

Depoimentos ao Projeto História Oral:

Data: 28/08/1995

Entrevistado: Perseu Abramo

Entrevistador: Lízia Bydlowski

Número de Fitas: 2

Versão: editada e integral

Data: 11/12/1995

Entrevistado: Alberto Dines

Entrevistador: Lízia Bydlowski

Número de Fitas: 2

Versão: editada

Data: 03/12/1996

Entrevistado: Jorge Miranda Jordão

Entrevistador: Lízia Bydlowski

Número de Fitas: 1

Versão: editada

Data: 26/03/2003

Entrevistado: Antonio Aggio Júnior

Entrevistador: Oscar Pilagallo

Número de Fitas: 4

Versão: integral

Data: 21 e 28/05/1989

Entrevistado: Octavio Frias de Oliveira

Entrevistadores: Boris Casoy, Clóvis Rossi, Carlos Eduardo Lins da Silva, Octávio Frias Filho, Leão Serva

Número de CDs (reprodução das fitas originais): 8

Versão: integral

BIBLIOGRAFIA

A Folha e alguns passos que é preciso dar. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes – USP, 1987.

A História do Exército no Brasil (Vocação Democrática do Exército), Biblioteca do Exército, Odebrecht, São Paulo, 1998.

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro.* São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves et all (org). *Eles Mudaram a Imprensa. Depoimentos ao CPDOC.* Rio de Janeiro, FGV, 2003.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares e WEISS, Luiz. “Carro Zero e Pau-de-arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis, Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário.* São Paulo, EDUSC, 1999.

ARBEX JR, José. *Showrnlismo: A Notícia Como Espetáculo.* São Paulo, Casa Amarela, 2002.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.

BEIGUELMAN, Paula. *O Pingo de Azeite: a Instauração da Ditadura.* São Paulo, Perspectiva, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. *O Braço Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”.* São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas.* São Paulo, Estação Liberdade, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil.* São Paulo, Edusp, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

CHAUÍ, Marilena In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo, Contexto, 2001.

COMBLIN, Padre Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro. 1978.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta. Periodismo e Vida Urbana – 1890-1915*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2000.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. *A Revolução Imprensa : A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, EDUSP, 1996.

----- . *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DINES, Alberto e outros org. *Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil – Vol 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil*. São Paulo, Editora 34, 2000.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

----- . *Poder e Contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Heloísa. *Os Militares como Categoria Social*. São Paulo, Global Editora, 1979.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FILOFOLHA : *textos sobre jornalismo*. Iniciativa do jornal Folha de S.Paulo, estes textos que abordam diversos aspectos do jornalismo foram distribuídos mensalmente

aos jornalistas da casa, como proposta de atualização e aperfeiçoamento profissional. São Paulo, 1989.

FIORI, José Luís. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro, Insight, 1995.

FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964. Discurso e Ideologia*. São Paulo, Atual, 1988.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

----- *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

----- *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1998.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!: o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira*. São Paulo, Vozes, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. *Síndrome da Antena Parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, FAPESP, 2004.

LAGE, Nilson Lemos. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1963.

MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MARCONDES Filho, Ciro org. *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984.

----- *Jornalismo fin-de-siécle*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

----- *O Capital da Notícia*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira*. São Paulo: Global Editoria, 1980.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. São Paulo: Cortez, 1997.

MOTA, Carlos Guilherme org. *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme, CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo, 1921-1981*. São Paulo, IMPRES, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva: Fapesp, 2002.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, **In:** *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PASCHOAL, Engel. *A Trajetória de Octávio Frias de Oliveira*. São Paulo: Mega Brasil, 2006.

PEREIRA, Moacir. *O golpe do silêncio: imprensa, censura e medidas de emergência*. São Paulo, Global, 1984.

PILAGALLO, Oscar. *A Folha e o Regime Militar*. Memorial Folha de S. Paulo, 15/09/2004.

----- *O Brasil em Sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha*. São Paulo, Publifolha, 2002.

PORTELLI, Alessandro. *O Que Faz a História Oral Diferente*. **In:** Projeto História 14, São Paulo, fevereiro de 1997.

RAGO Filho, Antonio. *A Ideologia de 64 e os Gestores do Capital Atrófico*. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 1988.

RAGO, Luzia M. e MOREIRA, Eduardo F.P. *O Que é Taylorismo*, Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SERVA, João. *Jornalismo e Desinformação*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

----- Dossiê Sociedade de Massa e Identidade, n. 32, pp. 118-25, dez./96-fev./97.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.

SILVA, Marcos (org.). 1964-1968: A ditadura já era ditadura. São Paulo, LCTE, 2006.

SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa a censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA Jr. Valdemar Gomes de. *Os Editoriais da Folha de S. Paulo (1963-1964): evidência de uma solução bonapartista para a crise política*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos de Pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 2007.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre, Editora da PUCRS, 2001.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo, Publifolha, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)